

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE
– PPGPCS
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

UM PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO PELAS MÃOS: LIBRAS COMO UM PATRIMÔNIO
CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA DE JOINVILLE/SC

ELOIZA BASTOS

ORIENTADORA: Dra. Roberta Barros Meira
COORIENTADORA: Dra. Mariluci Neis Carelli

JOINVILLE - SC
2025

ELOIZA BASTOS

UM PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO PELAS MÃOS: LIBRAS COMO UM PATRIMÔNIO
CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA DE JOINVILLE/SC
A HERITAGE BUILT BY HANDS: LIBRAS AS A CULTURAL HERITAGE OF THE
DEAF COMMUNITY OF JOINVILLE/SC
UN PATRIMONIO CONSTRUIDO POR MANOS: LIBRAS COMO PATRIMONIO
CULTURAL DE LA COMUNIDAD SORDA DE JOINVILLE/SC

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento sustentável, da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade sob orientação da professora Dra. Roberta Barros Meira e Coorientação da professora Dra. Mariluci Neis Carelli.

JOINVILLE - SC
2025

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

B327p	<p>Bastos, Eloiza</p> <p>Um patrimônio construído pelas mãos : libras como um patrimônio cultural da comunidade surda de Joinville/SC / Eloiza Bastos; orientadora Dra. Roberta Barros Meira, coorientadora Dra. Mariluci Neis Carelli. – Joinville: UNIVILLE, 2025.</p> <p>146 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)</p> <p>1. Patrimônio cultural – Joinville (SC). 2. Língua Brasileira de Sinais. 3. Surdos. 4. História oral. I. Meira, Roberta Barros (orient.). II. Carelli, Mariluci Neis (coorient.). III. Título.</p> <p>CDD 419</p>
-------	--

Termo de Aprovação

“Um patrimônio construído pelas mãos: libras como um patrimônio cultural da comunidade surda de Joinville/SC”

por

Eloiza Bastos

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Roberta Barros Meira
Orientadora (UNIVILLE)

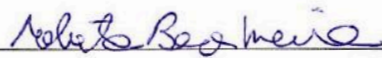
Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
Coorientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
(UNIMONTES)

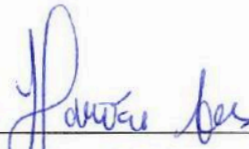
Profa. Dra. Ilanil Coelho
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes
(UNIVILLE)

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profa. Dra. Roberta Barros Meira
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Areas
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Joinville, 30 de junho de 2025.

RESUMO

A dissertação tem como foco a Língua Brasileira de Sinais, o seu significado e a importância do seu reconhecimento como Patrimônio Cultural para a comunidade surda. No primeiro capítulo, o objetivo foi abordar a História do Instituto Imperial de Surdos-Mudos, e seu funcionamento no período do Segundo Reinado. Nesta parte, a discussão é dirigida para reflexões sobre a visão que se tinha a respeito dos surdos e da criação de um espaço educacional, que buscou adaptar modelos de ensino estrangeiros para atender a realidade brasileira. No segundo capítulo, a dissertação apresenta algumas reflexões sobre o Corpus da Libras, que foi encabeçado pela pesquisadora Ronice Müller Quadros, realizada entre 2014 e 2018, com financiamento do IPHAN. A pesquisa enfoca o reconhecimento da Libras como Patrimônio Cultural para a comunidade surda e a análise da legislação brasileira sobre a inclusão para pessoas surdas, apontando seus cumprimentos e descumprimentos. No terceiro capítulo, a pesquisa utiliza a metodologia da História oral para investigar as histórias, experiências de vida e as memórias. A História oral é uma metodologia sensível, pois escuta e registra a voz dos excluídos, das pessoas comuns, que geralmente são deixadas de lado. Essa dissertação está pautada em entrevistas com pessoas da comunidade surda, incluindo ouvintes como familiares, professores e intérpretes, pessoas surdas não oralizadas e que façam uso da Libras. A dissertação faz parte da linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que compreende como transversais a cultura, natureza, sustentabilidade e cidadania. Além disso, a pesquisa também está integrada aos grupos de pesquisa Estudos sobre circulação de saberes, natureza e agricultura (CANA) e Pesquisa, Cultura e Sustentabilidade (CULTS).

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; comunidade surda; Libras; História Oral.

ABSTRACT

The dissertation focuses on Brazilian Sign Language (Libras), its meaning and the importance of its recognition as Cultural Heritage for the Deaf Community. The first chapter aims to address the history of the Imperial Institute for the Deaf and Mute, and its operation during the Second Empire. In this part, the aim is to discuss the vision that was held regarding the deaf and the creation of an educational space, which sought to adapt foreign teaching models to meet the Brazilian reality. In the second chapter, the dissertation presents some reflections on the Libras Corpus, which was led by researcher Ronice Müller Quadros, carried out between 2014 and 2018, with funding from IPHAN. The research focuses on the recognition of Libras as Cultural Heritage for the deaf community and also analyzes Brazilian legislation on inclusion for Deaf people, pointing out its compliances and non-compliances. In the third chapter, the research uses the Oral History methodology to investigate stories, life experiences and memories. Oral History is a sensitive methodology, as it listens to and records the voices of the excluded, of ordinary people who are usually left aside. This dissertation is based on interviews with people from the Deaf Community, including hearing individuals such as family members, teachers and interpreters, as well as deaf individuals who are non-oralized and who use Libras. The dissertation is part of the research line *Heritage, Environment and Sustainable Development*, which includes the cross-cutting themes of culture, nature, sustainability and citizenship. In addition, the research is also integrated into the research groups *Studies on the Circulation of Knowledge, Nature and Agriculture (CANA)* and *Research, Culture and Sustainability (CULTS)*.

Keywords: Cultural Heritage; Deaf Community; Libras; Oral History.

RESUMEN

La tesis se centra en la Lengua de Señas Brasileña (Libras), su significado y la importancia de su reconocimiento como Patrimonio Cultural de la Comunidad Sorda. En el primer capítulo, el objetivo fue abordar la historia del Instituto Imperial para Sordomudos y su funcionamiento durante el período del Segundo Imperio. En esta sección, la discusión se orienta hacia reflexiones sobre la visión que se tenía respecto a las personas sordas y la creación de un espacio educativo que buscó adaptar modelos de enseñanza extranjeros para atender la realidad brasileña. En el segundo capítulo, la tesis presenta algunas reflexiones sobre el proyecto Libras Corpus, que fue liderado por la investigadora Ronice Müller Quadros y realizado entre 2014 y 2018, con financiamiento del IPHAN. La investigación se centra en el reconocimiento de la Libras como Patrimonio Cultural de la comunidad sorda y también analiza la legislación brasileña sobre inclusión de personas sordas, destacando sus cumplimientos e incumplimientos. En el tercer capítulo, la investigación utiliza la metodología de Historia Oral para indagar en relatos, experiencias de vida y memorias. La Historia Oral es una metodología sensible, porque escucha y registra la voz de los excluidos, de la gente común que generalmente es dejada de lado. Esta tesis se basa en entrevistas con personas de la Comunidad Sorda, incluyendo oyentes como familiares, maestros e intérpretes, así como personas sordas no oralizadas que utilizan Libras. La tesis se enmarca en la línea de investigación *Patrimonio, Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible*, que considera como temas transversales la cultura, la naturaleza, la sostenibilidad y la ciudadanía. Además, la investigación también se integra en los grupos de investigación *Estudios sobre la Circulación del Conocimiento, la Naturaleza y la Agricultura* (CANA) e *Investigación, Cultura y Sostenibilidad* (CULTS).

Palabras clave: Patrimonio Cultural; Comunidad Sorda; Libras; Historia oral.

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação para minha mãe, Ednea Maria Gomes Bastos, que me apoiou nas buscas dos meus sonhos, mesmo que eles parecessem difíceis de alcançar. Meu sonho de estudar Libras se tornou o seu, meu sonho de cursar um mestrado também foi o seu. Te vi sorrir comigo em cada conquista, e secar minhas lágrimas e me dando apoio sempre que precisei.

Infelizmente tive que te dizer adeus durante o processo de escrita da minha dissertação, mas te trouxe comigo em cada uma dessas linhas, pois seu amor e seu carinho me deram amparo, mesmo você não estando mais comigo fisicamente, ainda te sinto aqui, no amor que tenho por você. Mãe, você foi mais que mãe, era a minha pessoa, minha melhor amiga, minha alma gêmea. Te amarei eternamente, assim como serei grata por ter tido a honra de ser sua filha.

*E foi difícil ver o Sol se pôr quando você se foi
Mas acredito que existe um final infinito para nós dois
Você vai pra sempre estar em mim
Diz que a história não acabou
Que depois do universo ainda existe o nosso amor
Este não pode ser o fim
Tem que existir outra versão
Depois do universo
Além da nossa dimensão
E eu te vejo lá
(Depois do Universo – Giulia Be)*

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos pelos meus pais, que apoiaram meu sonho e se alegraram com minha conquista, mas principalmente à minha mãe, Ednea, que foi a pessoa que mais me ajudou nessa conquista. Ao meu pai, Fabio, que também esteve ao meu lado e sempre acreditou em mim, desde a graduação, sonhava que eu estudasse; e, pai, estou me formando mestra, nós conseguimos.

Agradeço também aos professores, não apenas por serem excelentes no curso, mas por serem acima de professores, humanos, e compreenderem meus momentos de luto e acima de tudo, respeitar meu tempo e espaço para que eu pudesse sentir a dor das perdas e seguir a vida.

Agradeço ao meu afilhado Ruan Manoel Rathunde, que, com apenas dois anos, e à sua irmã e minha afilhada de coração, Ana Júlia Rathunde, às minhas primas Amanda e Andreza, à minha tia Edinete e ao meu tio Jucélio. Vocês me acolheram em meus momentos de maior fraqueza, dando-me força e carinho para que eu pudesse seguir em frente.

Agradeço também à minha orientadora, Roberta Barros Meira, pela orientação maravilhosa, com a paciência e por acreditar em mim, mas acima disso, agradeço não à professora Roberta, mas à Roberta pessoa, que respeitou meu momento, me incentivou a descansar e ter meu luto. Obrigada por ser essa pessoa incrível, você é uma pesquisadora incrível, uma professora melhor ainda, mas sua maior qualidade é ser um ser humano maravilhoso e empático.

Agradeço minha avó Maria, que infelizmente também me despedi durante a escrita dessa dissertação, mas a senhora sempre estará comigo, dentro do meu coração, nunca vou esquecer seu apoio, seu amor e todo seu carinho, a senhora será sempre uma das estrelas mais brilhantes no céu da minha vida, te amarei eternamente vó.

Agradeço a comunidade surda, que me recebeu, aceitou me ceder entrevistas e, além disso, apoiaram e elogiaram minha pesquisa, incentivando que continuasse com ela, para juntos trilharmos um caminho rumo a um mundo melhor, sonharemos com isso.

Por último, mas não menos importante, agradeço meu namorado e melhor amigo, Éwerton de Oliveira Cercal. Você esteve ao meu lado em cada momento, desde o princípio, me ajudando na documentação e a estudar para a prova. Foi meu

editor particular, quando me ajudou com as formatações, segurou minha mão e não soltou quando passei pelos piores momentos da minha vida, e ali, me ajudou a ter força e coragem para seguir em frente e, quando eu não conseguia ir em frente, você estava lá para me acolher. Não posso escrever em palavras o quanto preciso agradecer, porque só nós dois sabemos o apoio que você foi.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. OS SURDOS EM TERRAS BRASILEIRAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE AS CONDIÇÕES DOS surdos NO BRASIL E O INSTITUTO IMPERIAL DE SURDOS-MUDOS	27
1.1 Introdução.....	27
1.2 Uma Sociedade Excludente.....	28
1.3 O surdo sempre existiu, a surdez foi inventada.....	33
1.4 O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos.....	42
1.5 Considerações Finais.....	49
2. LIBRAS – MAIS QUE UMA LÍNGUA, UM PATRIMÔNIO CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA	51
2.1 Introdução.....	51
2.2 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia: Libras como um processo de resistência e Luta da comunidade surda.....	53
2.3 A Libras e as políticas patrimoniais do IPHAN.....	61
2.4 Considerações finais do capítulo.....	82
3. “EU SOU A MOSCA QUE PERTURBA O SEU SONO”: A COMUNIDADE SURDA EM JOINVILLE	84
3.1 Introdução.....	84
3.2 O surdo também tem história para contar.....	85
3.3 Libras pela comunidade surda e para a comunidade surda.....	91
3.4 Eu sou a mosca que perturba o seu sono”: surdos em Joinville.....	100
3.5. Um ponto que precisa ser questionado: Joinville é uma cidade acessível para os surdos?.....	108
3.6 E trabalhar, o surdo pode?.....	117
3.7 Considerações Finais.....	121
CONCLUSÃO	123
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICES	138
APÊNDICE A – Carta de aceite do Comitê de Ética.....	138
APÊNDICE B - Roteiro para entrevistas com familiares.....	141
APÊNDICE C - Roteiro para entrevistas com intérpretes/professores de Libras..	143
APÊNDICE D - Roteiro para entrevistas com surdos.....	144
ANEXOS	146
ANEXO A - Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações.....	146

INTRODUÇÃO

Eu busquei na Libras uma nova língua e acabei encontrando um novo universo. - Diogenes Eufrasio

Essa pesquisa iniciou após mais ou menos quatro anos de cursos de Libras, um ano de pós-graduação e um caminho de vida que foi encontrado, afinal, todos estamos buscando nos encontrar e eu posso escrever que me encontrei na Libras. A dissertação é resultado de muitos questionamentos da vida e da realidade ao meu redor, pois embora eu tenha lido muito sobre a questão dos surdos na sociedade, pude também presenciar a falta de acessibilidade e a exclusão da comunidade surda. Ao trabalhar com atendimento ao público vivi situações em que precisei auxiliar surdos e até ser pega pela mão por um, pois assim ele sabia que seria, ainda que minimamente, bem atendido e compreendido, sem precisar fazer um esforço gigantesco.

Minha formação acadêmica é em História, pela Universidade da Região de Joinville - Univille, onde tive a oportunidade de reencontrar a Libras, como uma das matérias obrigatórias, embora fossem aulas curtas, uma vez por semana, com duração de apenas seis meses. A professora Sônia Marcia Fambomel, - a quem já tive a oportunidade de agradecer -, com todo amor, gentileza e dedicação - conseguiu me cativar e me dar meios, compartilhando materiais e apostilas, para que eu pudesse aprofundar meus estudos fora da universidade. Não exagero quando falo sobre ela ensinar com amor, pois era visível a paixão em seus olhos, e hoje, ouço de muitos as mesmas palavras, que também podem ver a paixão nos meus olhos.

Acredito ser necessário uma contextualização sobre a minha formação, por isso me voltarei ao início para poder introduzir a dissertação, aqui apresentada e, explicar um pouco da paixão que tenho e, acima de tudo, incentivar as pessoas a estudarem Libras, afinal, segundo dados do IBGE¹, no Brasil existem cerca de 10 milhões de pessoas com algum grau de surdez, representando 5% da população, dos quais 2,7 milhões possuem surdez profunda. Saber Libras, ainda que em um

¹ Disponível em:

[https://jornal.usp.br/atualidades/mais-de-10-milhoes-de-brasileiros-apresentam-algum-grau-de-surdez/#:~:text=Dados%20do%20IBGE%20\(Instituto%20Brasileiro,ou%20seja%2C%20n%C3%A3o%20escutam%20nada.](https://jornal.usp.br/atualidades/mais-de-10-milhoes-de-brasileiros-apresentam-algum-grau-de-surdez/#:~:text=Dados%20do%20IBGE%20(Instituto%20Brasileiro,ou%20seja%2C%20n%C3%A3o%20escutam%20nada.)

nível básico, é uma forma importante de promover acessibilidade e a inclusão social das pessoas surdas, rompendo, ainda que em pequenos passos, a exclusão das pessoas surdas da vida plena em sociedade.

Pense na seguinte cena: uma pessoa surda em um terminal de ônibus precisando de ajuda para encontrar o local de embarque. Ninguém entende Libras. Ela precisa escrever - coisa que muitos surdos têm dificuldade, pois a estrutura gramatical da Libras é muito diferente do português -, e esperar que a outra pessoa responda também escrevendo. Neste caso, a comunicação se torna mais difícil. Bigogno (2010) destaca que a vida de uma pessoa surda é marcada pelo desafio na comunicação, preconceito e principalmente pela segregação. Afinal, o número de pessoas que dominam Libras, ainda que em um nível básico, é extremamente baixo. Arruda (2023) traz o dado de que apenas 5% da população brasileira tem domínio da Libras. Por outro lado, Arruda (2023) ressalta que 27% da população brasileira tem domínio de uma língua estrangeira. Um dado interessante quando se confronta o fato de que em 24 de abril de 2002, a Lei nº 10.436 foi sancionada reconhecendo a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão no país.

No segmento educacional, Freitas (2021) sinaliza dados significativos, no ano de 2019, apenas 7% da população surda brasileira tem ensino superior completo, 15% têm ensino médio, 46% completaram o ensino fundamental e cerca de 32% da população não tem nenhum grau de instrução formal. São dados tristes e importantes para entender os problemas do país quando pensamos que, segundo dados do IBGE de 2021, cerca de 10 milhões de brasileiros têm algum grau de deficiência auditiva, sendo que 2,7 milhões não ouvem nada.

Não se pode perder de vista as consequências psicológicas do isolamento social das pessoas surdas em decorrência das dificuldades de comunicação. Costa et al. (2020) apontam que somos seres sociais, a interação em sociedade é uma parte importante da nossa formação, sendo que a língua tem um papel de máxima importância nessas interações. Exatamente por isso a ansiedade e a depressão são comuns em pessoas surdas, além da baixa autoestima e fobia social, tudo em decorrência das dificuldades em se comunicar e todo o estresse causado pela exclusão que os surdos vivenciam em meio aos ouvintes.

Arruda (2023) conclama que é necessário se falar em voz alta sobre a solidão e isolamento da comunidade surda. É necessário apontar as deficiências e falhas da sociedade, pois para os ouvintes o mundo pode permanecer como está, mas para a

comunidade surda o isolamento e os direitos negados são uma triste realidade. Se faz necessário salientar que para Strobel (2006 apud Carraro; Del Mouro, 2015), a comunidade surda não é formada apenas por pessoas surdas, mas também por familiares, amigos, intérpretes, professores, pois todos partilham de um ponto em comum que faz parte de sua identidade.

O primeiro contato que tive com a Libras foi na primeira série, em 2004, aprendendo o alfabeto manual. Uma das alunas tinha um parente surdo e ensinou para a professora, que fez o alfabeto para colar na parede e repassava todos os dias com os alunos. Ao longo dos anos da minha infância e adolescência, a vontade de aprender Libras ia e vinha, conforme tinha contatos rápidos com ela, pela televisão ou internet.

Quando saí da faculdade, logo teve início a pandemia do Covid 19 e minha mãe descobriu um câncer. Foi tudo muito assustador, eram muitas coisas novas para entender e aprender, optei por tirar um ano sem trabalhar ou estudar para acompanhá-la em todo o tratamento, por passar muito tempo no hospital, acompanhando nas consultas, quimioterapias e principalmente, nas internações, que durava até uma semana. Meu tempo se dividia entre leituras e a rede social que estava famosa no momento, o TikTok, e foi ali que conheci o Jota Libras² e comecei a fazer aulas com eles. Foram 4 anos de cursos, e ainda me mantenho estudando. A Libras foi um caminho para manter minha saúde mental e depois se tornou uma paixão, e decidi transformar a paixão em uma dissertação.

Durante o mestrado, busquei conhecimento acadêmico para entender de forma teórica o que infelizmente já conhecia de forma empírica, por ver de perto a vivência dos surdos em uma sociedade ouvicentrista. Como historiadora me vi buscando entender a história da surdez no Brasil, a criação do Instituto Imperial de surdos-mudos, agora, INES – Instituto Nacional de Estudos Surdos, em 26 de setembro de 1857, e o processo de patologização da surdez. A professora Ilanil Coelho sugeriu redirecionar o enfoque para a história do Brasil e a história da comunidade surda em Joinville.

Assim, a presente dissertação tem por objetivo principal a comunidade surda em Joinville, abordando a história da educação e as discussões sobre patrimônio cultural e políticas públicas. Releva notar que “os surdos, enquanto grupo, têm uma experiência essencialmente visual e adquire uma língua visual – espacial,

² Disponível em: <https://www.tiktok.com/@jotalibras>.

identificando-se como surdos.” (Skliar e Quadros, 2000, p.16). Diane Ackerman (1992), em seu livro, *Uma História Natural dos Sentidos*, ao falar sobre o sentido da audição, de forma poética e sensível, destaca que os sons são uma parte importante de nossas vidas, que eles servem para que possamos interpretar o mundo. Nesse sentido, a nosso ver, perder o sentido da audição cria outras formas de construir e interpretar a lógica da vida.

Permeando esse objetivo, existe um segundo objetivo da dissertação, que é analisar os desafios e as possibilidades do reconhecimento da Libras como um Patrimônio Imaterial da comunidade surda. A Libras é abordada por diversos autores, como Karin Strobel, Gladis Perlin e Ronice Quadros, como o principal símbolo da Identidade da comunidade surda. A Libras teve um corpus financiado pelo IPHAN e produzido pela UFSC, tendo Ronice Muller de Quadros como coordenadora, um projeto muito bonito e sensível.³ Nas notas de rodapé de um artigo para os anais do seminário Ibero-Americano de diversidade linguística, de 2014, Quadros (2014) explica sobre o projeto:

O Inventário Nacional de Libras tem como objetivo constituir um corpus das Libras abrangente e consistente, bem como sistematizar os procedimentos de registro, documentação e recuperação de dados e meta-dados relativos a Libras. Além disso, especificamente, objetiva a difusão, visibilidade, valorização e instrumentalização de políticas linguísticas relacionadas a essa língua. (Quadros, 2014, p.161)

O recorte espacial escolhido para essa pesquisa foi a cidade de Joinville, uma cidade no norte de Santa Catarina, também a cidade em que nasci e moro até hoje. Porém, apesar da proximidade pessoal com a Cidade, a escolha de recorte foi pensada por conta da proximidade da pesquisadora com a comunidade surda local.

Atualmente a Associação mais atuante na cidade de Joinville é a ACSJSC (Associação da comunidade surda de Joinville), embora outras também sejam atuantes, uma associação beneficente e cultural. Além das associações, em 2009, foi fundado na cidade de Joinville o IJAS – Associação Beneficente de Assistência aos Surdos em Joinville, um órgão não governamental que promove a inclusão e

³ Projeto Inventário Nacional de Libras: pesquisadores responsáveis Ronice Müller de Quadros e Tarcísio de Arantes Leite, encaminhado ao IPHAN em 2013. Em 2014, outra versão do projeto é aprovada pelo IPHAN, por meio de uma parceria do IPOL com a UFSC, com o objetivo de realizar um levantamento demográfico e a organização de um corpus representativo com base nos materiais produzidos no ambiente virtual de ensino do Letras Libras entre 2006 e 2008. (Quadros, 2014, p.161)

acessibilidade dos surdos na Cidade, conforme explicado pela pesquisadora Neide de Lima Lourenço (2018).

Conforme o site do Instituto⁴, o IJAS tem foco na alfabetização do surdo, além de oferecer cursos gratuitos de LIBRAS para toda a comunidade, além de preparar o surdo para o mercado de trabalho, tendo parceria com algumas empresas, facilitando a aquisição do emprego. Oferece reforço escolar para evitar a evasão escolar, além de assistência social, como cesta básica e atendimento médico, para as famílias carentes. O IJAS promove eventos culturais comunitários, artísticos e esportivos, integrando a comunidade e promovendo a integração de surdos e ouvintes. Um exemplo que pode ser citado foi em 2023, um piquenique organizado no Zoobotânico, um evento aberto, para que todos pudessem participar.

Ao contrário do que se difunde de forma errônea, a Libras não é uma linguagem e sim uma língua, sendo que “(...) a língua é um conjunto de signos combinados, que formam um código para a transferência de mensagens de um emissor para um receptor e que é, portanto, dominado pelos falantes. (...) (Miranda, 2010, p. 29). O autor ressalta que:

(...) o tema linguagem é aplicável não apenas ao inglês, português, espanhol etc., mas, também, a sistemas de notação como o sistema dos matemáticos e o dos engenheiros de sistema, chamados de “linguagens, artificiais e não naturais”. Acrescenta, ainda, outros sistemas tanto humanos quanto não humanos que são chamados de linguagem; tais como “linguagem de sinalização”, “linguagem corporal” e “linguagem das abelhas”. (Miranda, 2010, p. 25)

A luz dessas definições entende-se que, a Libras é uma língua, reconhecida por lei, pois possui uma estrutura gramatical e regras próprias e, embora ainda seja uma confusão muito feita, a Libras não está necessariamente vinculada ao português, são dois idiomas completamente diferentes. Libras não é português sinalizado, explica Castro:

Como qualquer língua, a de sinais apresenta variações linguísticas, no sentido de que cada região possui diferenças no léxico. Esta modalidade linguística é tão complexa e expressiva quanto as outras línguas. Assim, o surdo, quando explica e mostra as narrativas surdas ou um profissional que ensina a Libras, quando se trata do tema Cultura surda, procura fazer entender como se constitui uma linguagem, reconhecendo seu potencial na formação da identidade

⁴ Disponível em: <https://institudesurdos.blogspot.com/p/quem-somos.html?m=1>.

do indivíduo e do grupo, e enfatiza que é extremamente importante perceber a cultura como campo de forças subjetivas que se expressam através da linguagem, dos juízos de valor, da arte e das motivações, gerando a ordem do grupo, seus códigos próprios, suas formas de organização e de solidariedade. (Castro, 2015, p. 20)

A Libras é a língua oficial dos surdos sinalizantes do Brasil, sendo que ela também sofre alterações regionais assim como o português, e não é uma língua universal como muitos pensam, existem muitas línguas de sinais pelo mundo. Essa pesquisa visa acima de tudo dar um espaço para a comunidade surda relatar suas memórias e vivências em uma sociedade ouvinte e entender como a Língua de sinais influencia diretamente em suas vidas. Strobel (2008 apud Perlin; Strobel, 2008) explica que a Libras permite ao surdo ter liberdade para se comunicar, sendo uma das principais marcas de sua identidade, pois é através da Libras que a comunidade surda pode se relacionar com o mundo.

A dissertação, *Um Patrimônio Construído pelas Mãos: Libras como Patrimônio Cultural da Comunidade Surda de Joinville/SC* não tem a ambição de se colocar como porta-voz dos surdos, ou como a grande virada de chave que irá mudar suas vidas, mas esse projeto visa dar espaço para a comunidade surda se expressar, já que apesar de se posicionar, na academia seu espaço ainda é pequeno. A pesquisa foca em suas histórias e experiências de vida, suas memórias, e quer compreender o processo de construção de suas identidades. Escolher trabalhar com a História Oral, apesar de todos os desafios, dificuldades e incertezas, é escolher trabalhar com a memória dessas pessoas. Candau (2011) destaca que, “sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece” (Candau, 2011, p. 59).

Compreender a Libras e sua importância para a construção da identidade dos surdos sinalizantes pelas suas próprias narrativas e memórias é compreender a comunidade surda para além da dor e da surdez, é compreendê-los como pessoas comuns, que têm vidas comuns, algo que muitas vezes fica esquecido, pois a sociedade os vê apenas como surdos, como se tivessem uma história única, sendo que “a consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos” (Adichie, 2019). Perlin e Quadros (2006), Strobel (2008), Ribeiro (2008) e Perlin (2013) abordam que historicamente

os surdos sempre foram tratados de formas estereotipadas, pois imaginário que os ouvintes constroem sobre eles é de seres inferiores, ou de forma paternalista, como se fossem coitadinhos que precisam de pena e misericórdia, ou pior, de forma patológica, como se a surdez fosse uma doença contagiosa, o que apenas exclui a comunidade surda de um convívio saudável em sociedade. Sobre isso Perlin (2013) escreve:

Nunca a representação estereotipada vai dar à representação da identidade surda um lugar social. O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois o imobiliza em uma representação contraditória, em uma representação que conduz a uma política de identidade. (Perlin, 2013, p. 55)

Perlin (2013) aponta que o surdo é marginalizado na sociedade ouvinte, tendo sua identidade subordinada aos ouvintes. Nesse sentido a autora continua escrevendo que essa marginalização é, de certa forma, a maneira de se manter uma ordem, onde os teóricos ouvintes ditam o que deve e o que não deve ser escrito, “o principal componente é o que torna a cultura ouvinte - etnocentrismo - como hegemonia, uma ideia da identidade ouvinte como superior a tudo que se refere aos surdos.” (Perlin, 2013, p. 59). Nesse sentido podemos evocar Bourdieu (1983), que explica que o campo é o local de jogo, onde acontecem as disputas de poder, pois ter poder no campo significa poder simbólico, sendo assim, os mais antigos, os que já detém o discurso dado como oficial, possuem estratégias para se manter. Ainda na questão de luta por espaços, temos Foucault (1996) que aborda o discurso como algo que é construído, que possui uma estrutura para colocar um determinado grupo como detentor do poder.

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1996, p. 8-9)

Ainda nesse sentido, podemos citar autores como Candau (2011), Le Goff (2013) e Pollak (1989), que investigam a própria memória como um campo de disputas e de relações de poder, todos querem se tornar senhores da memória e do esquecimento. Ao falarmos de memória e esquecimento, precisamos falar sobre cultura e para isso Perlin e Quadros (2006) nos lembram sobre o ouvicentrismo, a

cultura dominante, baseada no ouvir, enquanto as experiências dos surdos são baseadas no visual.

Strobel (2007) destaca em suas reflexões que para os ouvintes, ser surdo é algo tido como ruim, uma deficiência, pois lhes falta a audição, algo tido como o verdadeiro normal e aceito na sociedade. Isso faz com que muitos surdos tenham vergonha e até medo de sua própria identidade, pois não querem ser vistos como menos capazes ou como doentes. O fato sinaliza que, quando um surdo aprende a ler lábios ou a falar, sua representação frente a sociedade ouvinte se destaca, pois falar é algo tido como importante para os ouvintes e isso coloca máscaras nas identidades surdas. “As opressões das práticas ouvintistas são comuns na história passada e presente para o povo surdo.” (Strobel, 2007, p. 27). Strobel (2008) explica que as culturas nacionais têm sufocado as identidades mais particulares, a autora continua:

Muitos sujeitos estão cientes que existe ‘povo surdo’, ‘cultura surda’, no entanto não o conhecem ou não sabem o que são, como é a sua organização, cultura, tradições, regras e outros. Então de fato, para a sociedade, o ‘povo surdo’ é um ‘povo imaginário’, com sujeitos também ‘imaginários’ (...). (Strobel, 2008, p. 29)

Perlin (2003) e Strobel (2008), autoras surdas, escrevem que a cultura e a identidade surda não são únicas, elas são mutáveis, possuem subjetividades, estão baseadas nas experiências variadas que acontecem ao longo da vida, trabalho, círculo de amigos e experiências internas. Quadros (2004), que assim como Perlin e Strobel também explica que a cultura de identidade surda é muito variada, como todas as outras:

Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes. (Quadros, 2004, p. 10)

Stuart Hall (2005) relata que as identidades nacionais são em muitos momentos encaradas como algo inerente a nós, porém, elas são formadas em nossas subjetividades, mas com a globalização somos cada dia mais confrontados com uma gama cada dia maior de diferentes identidades, mudam cada vez mais

rápido. O sociólogo continua “(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (Hall, 2005, p.38).

Os enfoques reflexivos sobre identidade propostos por Hall (2000) e Woodward (2000) sinalizam que a identidade não é algo fixo, mas mutável, que se molda. Ela é fluída, residindo nas diferenças muito mais do que nas igualdades. Identidades são relações de poder. Assim como a memória, a identidade também é uma forma de resistência por grupos marginalizados, nesse sentido Woodward (2000) aponta que:

A política de Identidade concentra-se em afirmar a Identidade Cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica. (Woodward, 2000, p. 34)

Perlin (2003) ressalta que a identidade surda deve ser entendida na diferença, “Ser ouvinte é o oposto do ser surdo. Ser surdo significa simplesmente se desenrolar como o diferente, como o outro do ouvinte” (Perlin e Quadros, 2006)

As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda elas se moldam de acordo com maior ou menor representatividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro desta representatividade cultural também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, da redutibilidade, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes. A cultura surda é o lugar para o sujeito surdo construir sua subjetividade de forma a assegurar sua sobrevivência e a ter seu status quo, nas múltiplas culturas, múltiplas identidades. Para o surdo, não é: tudo é cultura, mas o que tem significado essencial para a constituição da existência tem a dimensão cultural, um significado, uma política. (Perlin, 2003, p.130)

Karin Strobel (2008), em seu livro *As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda*, informa que os surdos percebem o mundo de uma forma completamente diferente dos ouvintes, o mundo dos surdos é percebido através dos olhos, das imagens. Perlin (2006) lembra que o ser surdo se faz através das experiências visuais. Perlin (2013) escreve:

A cultura surda como diferença se constitui numa atividade criadora. Símbolos e práticas jamais conseguidos, jamais aproximados da cultura ouvinte. Ela é disciplinada por uma forma de ação e atuação visual. Já afirmei que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva. (Perlin, 2013, p. 56)

Skliar e Quadros (2000) demarcam que enquanto os surdos adquirem uma língua essencialmente visual, a língua tem muito significado nas identificações e reconhecimento enquanto pessoa, pela capacidade de significação. Nesse sentido, Perlin (2003), Skliar e Quadros (2000), Strobel (2008), Castro (2015), Lourenço (2018), entendem que a Libras é a principal marca da identidade da comunidade surda, pois é a forma com que se relacionam com o mundo, que se comunicam, se expressam. É nesse contato com outros surdos, explica Lourenço (2018) e Perlin (2013), que o surdo vai se entendendo como surdo e moldando sua identidade fundamentada no ser surdo.

O surdo e o ouvinte praticam o ato da diferenciação. Assim, o cotidiano dos surdos confronta diferentes tipos de ouvintes que procuram se aproximar dos surdos com objetivos de uma fabricação da própria posição. Esse conjunto não é uma coação, mas presença da diferença.” (Perlin; Quadros, 2006, p. 177)

Em buscas no Arquivo da Biblioteca Central da Univille, nos Periódicos da Capes, no google acadêmico, no google e no EBSCO, não foi encontrado pesquisa que relacionasse a Libras a um Patrimônio imaterial da comunidade surda, porém, no site do Iphan existe informações de um Corpus⁵ que foi criado, a partir de financiamento, para salvaguarda da Língua.

Strobel (2008) nos explica que os surdos se relacionam com o mundo de forma visual, diferente dos ouvintes, sendo a experiência visual um dos artefatos culturais da comunidade surda.

Os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos, tudo que ocorre ao redor dele: desde os latidos de um cachorro - que é demonstrado por meio de movimentos de sua boca e da expressão corpóreo - facial brutal - até de uma bomba estourando, que é óbvia aos olhos de um sujeito pelas alterações ocorridas no ambiente, como os objetos que caem abruptamente e a fumaça que surge. (Strobel, 2008; p. 39)

⁵ Disponível em: <https://corpuslibras.ufsc.br/>.

A dissertação será constituída por mais de uma metodologia, sendo elas levantamento bibliográfico, documental e História oral. O maior desafio da dissertação em questão é que a pesquisa em História oral costumeiramente é realizada por meio de entrevistas orais, porém essa dissertação está se propondo a entrevistar pessoas da comunidade surda. Isso implica em entrevistar ouvintes, como familiares, professores e intérpretes, mas também pessoas surdas não oralizadas e que façam uso da Libras. Aqui entende-se que Libras, embora não seja uma língua oral, ainda é uma língua oficial e, a forma que as pessoas da comunidade surda se comunicam com o mundo, explica Strobel (2008 apud Perlin; Strobel, 2008). Escolher trabalhar com a História oral, apesar de todos os desafios, dificuldades e incertezas, é escolher trabalhar com a memória dessas pessoas, suas histórias, dar protagonismo e espaço para quem em muitos outros espaços lida com a exclusão. Sobre o uso da História oral, Freitas (2006) elucida:

A História oral possibilita novas visões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir histórias a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também de seu imaginário. (Freitas, 2006, p. 80)

Alberti (2008) aborda que a partir da década de 1980 se estabeleceu um novo campo, História do Tempo Presente, momento histórico em que os temas contemporâneos foram atribuídos à História, os historiadores passaram a se interessar em pesquisar com maior profundidade a vida cotidiana, e até relatos pessoais, tudo que pode ser abordado a partir da História oral. Nesse sentido, Alberti (2008) esclarece que “A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (Alberti, 2008, p. 164).

Alves (2016) entende que a História oral é uma alternativa sensível, pois escuta e registra a voz dos excluídos, das pessoas comuns, que geralmente são deixadas de lado pela historiografia. Nesse sentido, Beatriz Sarlo (2007) apontou que “nas últimas décadas, a história se aproximou da memória e aprendeu a interrogá-la; a expansão das “Histórias orais” e das micro histórias é suficiente para

provar que esse tipo de testemunho obteve uma acolhida tanto acadêmica quanto midiática.” (Sarlo, 2007, p. 43). Sarlo, considera que, um sujeito é repleto de experiências que podem ser comunicadas para dar sentido a elas, podendo a partir disso se entender como sujeito.

Gattaz, Meihy e Seawright (2019) defendem que a História oral é política, pois cabe aos pesquisadores do campo valorizarem criticamente o campo da memória, tendo em cheque todo seu poder de ouvir os mais diferentes grupos sociais, a História oral é democrática. Ao se pensar na História oral se pode ter impressão de que ela se volta para a oralidade, para a fala, porém, Meihy (2005, p. 24), no Manual da História oral, nos lembra que a oralidade é ampla, e compreende uma gama de manifestações sonoras e humanas, levando em consideração os diversos códigos comunicantes que possuem sentido, sendo assim, “(...) a língua oral e a língua de sinais não constituem uma oposição, mas sim canais diferentes para transmissão e recepção da capacidade mental da linguagem”.

Mediante aprovação do Comitê de Ética⁶, foram entrevistadas oito pessoas entre familiares, intérpretes e surdos. Para a pesquisa em questão os indivíduos selecionados são participantes da comunidade surda (surdos, parentes, professores e intérpretes), residentes da cidade de Joinville, maiores de 18 anos, de ambos os sexos, todos os gêneros e cores, que aceitem participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas com intérpretes e familiares foram no formato oral, já com os surdos, foram ministradas em Libras, para fornecer o máximo de conforto para os participantes.

A metodologia utilizada para a seleção dos entrevistados pode ser nomeada como amostra por conveniência, ou snowball, sendo assim, apenas um dos entrevistados foi selecionado, aqui sendo a entrevistada nomeada como Begônia, e ela indicou outros entrevistados, que por sua vez indicaram outros.

Um ponto que precisa ser destacado é que, foi opção da entrevistadora e mestranda, dar codinomes para todos os entrevistados, visando a privacidade e integridade dos entrevistados, visando que alguns possuem cargos públicos e se objetivou proporcionar um ambiente confortável, onde pudessem se expressar.

⁶ Número do parecer: 6.761.071

Grasiele Pavan⁷, em sua dissertação de Mestrado em Letras e Cultura, no ano de 2020, pela Universidade de Caxias do Sul, intitulada Libras como língua (de direito) no registro da memória da comunidade surda, dentro de um recorte temático e geográfico, investigou o tratamento dado para as Memórias Orais da comunidade surda, pelos espaços de memória e arquivos. Na tese, ela cita sobre a importância do registro das memórias do povo surdo serem registrados em sua língua primária.

Trabalhar com a memória da comunidade surda é poder compreender também sobre as estruturas de poder de uma sociedade. Sendo os surdos usuários de uma língua vista pela sociedade, de forma geral, como secundária, ter ou não o registro dessas memórias em sua língua é também selecionar os testemunhos que farão parte da escrita da história, é permitir que essas pessoas possam participar ativamente do processo de perpetuação dos acontecimentos que os envolve, a partir da sua percepção dos acontecimentos. (Pavan, 2020, p. 62–63)

Gabriele Vieira Neves, vinculada à Universidade de Caxias do Sul, no ano de 2011, em sua dissertação de Mestrado em Educação, intitulada Educação de surdos em Caxias do Sul de 1960 a 2010: Uma História Escrita por Várias Mãos, investigou, através da História Oral, o processo de educação dos surdos em Caxias do Sul de 1960 a 2010. Neves (2011), ressalta a importância da História Oral e de como a metodologia permite dar visibilidade aos sujeitos por muito tempo marginalizados na História. Sobre as entrevistas, que foram gravadas em vídeo e realizadas em Libras, Neves (2011) relata:

(...) procurei abrir mão justamente desse controle, da busca pela confirmação de hipóteses e da decifração do que estavam me dizendo. Simplesmente me permiti entrar na trama da narrativa que ia se construindo e interagindo com os entrevistados a partir dos rumos que eles iam traçando. O tópico guia com algumas questões estava ali no momento das filmagens, mas quem traçava os rumos da entrevista eram os próprios entrevistados. Assim que percebi ser possível entrar no jogo e fazer as entrevistas a partir dos caminhos traçados pelos surdos, descobri o quanto isso era libertador para mim, que não estava mais presa a questões que julgava importantes, e para eles, pois quanto menos eu perguntava, mais iam revelando, mais iam deixando o discurso fluir, e as memórias se desenrolarem no seu próprio ritmo. (Neves, 2011, p. 46)

⁷ É importante ressaltar que não sou a primeira, e espero não ser a última, a trabalhar História Oral com a comunidade surda.

Em 2004, na Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte-Americana, Tarcísio de Arantes Leites, escreveu a dissertação intitulada O Ensino de Segunda Língua Com Foco no Professor: História Oral de Professores surdos de Língua de Sinais Brasileira, onde pesquisou melhorias no ensino de Libras como segunda língua para alunos ouvintes, utilizando da metodologia da História Oral, entrevistando professores surdos.

Com a finalidade de estruturar a pesquisa, a dissertação foi dividida em três capítulos. O capítulo um, Os surdos em Terras Brasileiras: Uma Abordagem Histórica Sobre as Condições dos surdos no Brasil e o Instituto Imperial de surdos-mudos propõe fazer um levantamento da patologização da surdez, discutindo os discursos a respeito dos surdos que influenciaram diretamente no Brasil. Foi realizado levantamento de documentos oficiais do século XIX, a respeito da criação do Instituto Imperial de Surdos-Mudos e seu funcionamento durante esse período. O levantamento foi feito através da Hemeroteca, a plataforma digital responsável por armazenar materiais antigos e atuais para pesquisa. Foi um processo longo, onde foi primeiro localizado jornais do ano da fundação do instituto e posteriormente foi se analisando os documentos daquele ano, até encontrar a fonte. Foi um trabalho lento e que necessitou de muita atenção e dedicação, mas um trabalho satisfatório.

O capítulo dois, Libras - mais que uma língua, um patrimônio cultural da comunidade surda, busca analisar o Corpus de Libras, encabeçado pela pesquisadora Ronice Müller Quadros, realizada entre 2014 e 2018, com financiamento do IPHAN. A esse respeito, abre-se a discussão sobre a Libras como um patrimônio cultural da comunidade surda.

No capítulo três, “Eu sou a mosca que perturba o seu sono”: a comunidade surda em Joinville, utiliza-se a metodologia da História oral, para compreender o que é a Cidade de Joinville para quem não ouve e, quais os desafios dessas pessoas com os espaços da cidade. Além disso, busca-se analisar a legislação brasileira, analisando as leis de inclusão para pessoas surdas, apontando seus cumprimentos e descumprimentos.

Encerro a introdução esclarecendo que, a presente dissertação não tem como objetivo se fazer como porta-voz dos surdos, ou se colocar como uma grande mudança da História e realidade dos surdos, apenas ambiciona ser um ponto de questionamento, tensionamento e uma motivação para que você comece a estudar

Libras e, se questione os preconceitos e exclusão da comunidade surda. A dissertação é dirigida para o estabelecimento de um diálogo nos espaços acadêmicos para que os surdos possam falar e se expressar.

1. OS SURDOS EM TERRAS BRASILEIRAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE AS CONDIÇÕES DOS surdos NO BRASIL E O INSTITUTO IMPERIAL DE SURDOS-MUDOS

1.1 Introdução

O primeiro capítulo tem como objetivo abordar a História da patologização da surdez e como esse momento influenciou diretamente nos tratamentos direcionais aos surdos brasileiros. Nesse sentido, a pesquisa parte da criação, em 1856, do Instituto Imperial de Surdos-Mudos e seu funcionamento. Pretende-se discutir a visão que se tinha a respeito dos surdos naquele momento, diretamente influenciada pelos conceitos europeus que se criaram e se perpetuaram ao longo da história do Brasil.

Para abrir essa pesquisa, pretende-se fazer-se uma abordagem que se volta para o passado e as consequências de todas as vivências e tratamentos direcionados às pessoas surdas. Os autores levantados se dedicam a estudar a surdez deslocando-a do âmbito médico e trazendo para o campo social. Podemos apontar nomes como Karin Strobel, Gladis Perlin, Ronice Quadros, Nídia de Sá, Oliver Sacks, Audrei Guesser e diversos outros nomes, que se dedicaram aos estudos voltados aos surdos e sua História tão pouco narrada, principalmente por eles mesmos.

Inicialmente a proposta é dirigida para o debate do Oralismo, conceito apontado nos estudos surdos, que vem do eurocentrismo, e representa a dominação da cultura ouvinte sobre a cultura dos surdos e os efeitos que se perpetuam até os dias atuais. Buscou-se analisar os mecanismos pelos quais essa estrutura se perpetua e, são normalizadas, principalmente através dos discursos médicos e da patologia. Na discussão do oralismo será problematizado o estereótipo capacitista que se coloca sobre os surdos, os estigmatizando como doentes e incapazes, os fazendo passar por momentos constrangedores, tratados como coitados e de forma paternalista, mas nunca respeitosa. Neste capítulo não se perde de vista as resistências das pessoas e da comunidade surda a esse discurso marginalizador.

1.2 Uma Sociedade Excludente

*Eu duvido que eles iriam querer nadar
Contra a correnteza bem aqui no meu lugar
Se eu tivesse no seu barco nunca iria
encostar na água
Mas a gente não tá nem no mesmo mar
(Bea Duarte)*

O trecho introdutório é da Música Mar⁸, lançada em 2023, pela cantora independente, Bea Duarte. Na canção, através de metáforas de mar, a cantora aborda temas muito caros para essa pesquisa, como a falta de empatia, os julgamentos da sociedade e as desigualdades sociais. A letra elucida a existência de realidades diferentes para cada pessoa e, de como a vida se desenrola de forma completamente diferente para cada indivíduo, pois as experiências vividas por cada pessoa são diferentes. Enquanto uns passam pela “correnteza” em um barco, na tranquilidade, conforto e segurança, outros estão contando apenas com a força dos próprios braços e pernas, nadando em “mar aberto”, desesperados buscando amparo e salvação. A canção Mar, aponta, de forma cantada e melodiosa, como a vida não é igual para todos, as oportunidades e os acessos não são os mesmos. Quando canta “Mas a gente não tá nem no mesmo mar”, essa desigualdade fica ainda mais exposta, pois o local de partida de cada indivíduo e o caminho percorrido não são os mesmos para todos, para uns o caminho é repleto de privilégios, para outros, o “mar” é agitado, cheio de ondas e longe dos privilégios que alguns possuem.

*Eles, que tem o poder
Sempre dizem que tudo é igual
Como se pra tu chegar lá
Fosse só subir degraus*

*E não penhascos, montanhas
Truques e façanhas
Quem joga as cartas e tem artimanhas
Sempre diz que o jogo é justo, é certo
Pra quem?*

Nessas estrofes, Bea Duarte ilustra que algumas pessoas detém o poder na sociedade, para quem a vida se torna mais fácil e de certa forma, mais justa, onde

⁸ Disponível em: <https://youtu.be/lehWKPdP6HM>.

as oportunidades chegam com mais facilidades, enquanto outros precisam enfrentar “penhascos, montanhas, truques e façanhas”, precisam driblar preconceitos e exclusão, além de todas as desigualdades existentes em nossa sociedade. Para os que detém o poder, a vida é mais simples. Por isso a escolha de dar início a pesquisa com essa música não foi algo aleatório e sem propósito, pois ao escolher falar sobre a comunidade surda, estamos falando de indivíduos marginalizados, como aponta Perlin (2013).

Nídia de Sá (2010) escreve que há uma luta de poderes e saberes que acontecem nas sociedades humanas, sendo a sociedade em si o campo de jogo. Nesse jogo, as opressões sofridas pelas consideradas minorias, é exatamente o que garante o poder e prevalência da dita maioria, como tal, “(...) na dimensão cultural, são expostas tentativas palpáveis, ou mesmo difusas, de assujeitamentos dos diferentes, na dimensão individual é mostrado um alargamento do egoísmo e da solidão” (Sá, 2010, p. 13). Strobel (2008) destaca que, a cultura é a forma que as sociedades se entendem e se percebem pertencentes a uma determinada identidade, sendo assim, as disputas políticas dentro de uma sociedade são para que diversos olhares culturais possam ser vistos e manifestados. Nesse caso, podemos pensar na cultura ouvinte que tenta prevalecer e os surdos que resistem, para que sua cultura e identidade não sejam apagadas.

Segundo Sá (2010), nesse contexto aparecem os surdos, que são relegados às margens, não apenas da sociedade, mas também economicamente, no meio educacional e político. Os surdos são colocados pelos ouvintes, em muitos momentos, em um local de incapacidade, como seres até mesmo desprovidos de vontades e desejos, incapazes de fazer suas próprias escolhas e de exercer e exigir seus direitos. “A situação a que estão submetidos os surdos, suas comunidades e suas organizações, no Brasil e no mundo, têm muita história para contar” (Sá, 2010, p. 14). A canção nos faz refletir que, não apenas no Brasil, mas no mundo, os surdos têm sido submetidos a uma educação excludente, de analfabetismo funcional, onde a educação tem sido apenas profissional, para que assim não possam exercer sua cidadania plena.

Permanecendo no âmbito educacional, ainda que essa pesquisa não a tenha como foco principal, Castro (2015) aborda e ressalta sobre o descaso que se mantém na educação dos surdos, onde não se busca reforçar sua cultura ou trabalhar meios para que a exclusão e a segregação sejam aplacadas. Nas escolas,

os surdos e ouvintes, em grande parte do tempo, apenas coabitam o mesmo espaço, sem estímulo para trocarmos conhecimento e trocas culturais, sendo assim, na grande parte dos casos a sua vida escolar se resume ao contato com o tradutor, afinal nem mesmo o professor tem acesso a Língua de Sinais. Mesmo que os dados do IBGE, apresentados na introdução dessa pesquisa, sejam preocupantes, Ribeiro (2008), traz esperança ao apontar que cada vez mais os surdos têm buscado acessar seus espaços de direito.

Na prática social, o lugar de ocupação surda tem comprovado esse deslocamento teórico: os surdos têm se deslocado das APAEs e das Escolas Especiais para as escolas comuns, das clínicas fonoaudiológicas para as cadeiras das universidades. Esse deslocamento parece acontecer em rede, ocasionando rupturas e realocações outras, reorganizando as relações de saber-poder da surdez na sociedade e da surdez consigo mesma. (Ribeiro, 2008, p. 41)

Strobel (2008) explica que a sociedade torna a participação social dos surdos algo complexo, pois não oferecem acessibilidade e recursos visuais aos espaços. “O surdo, na sua expressão cultural não está se calando, está sendo calado” (Sá, 2010, p. 108). Destaca-se na sociedade em que vivemos, existem mecanismos de poder, que mantêm o poder nas mãos de alguns. Segundo Sá (2010), “a história dos surdos é a história das relações entre Comunidades surdas e ouvintes. É, portanto, uma história que expõe uma luta por poderes e saberes” (Sá, 2010, p. 68), ou seja, a sua história e representações são baseadas no discurso dos ouvintes. Strobel (2007) escreve:

Temos as variações de representações no decorrer da história de surdos e ao lado destas representações, baseadas nos discursos ouvintes, encontramos os estereótipos negativos acerca dos surdos, tais como mudo, deficiente, anormal, doente e outros. (Strobel, 2007, p. 23)

Sá (2010), reforça que, os surdos e sua cultura têm sido marginalizados, excluídos e deixados de lado pelos ouvintes, a eles tem se imposto um padrão que exige que sejam o que não são, sua cultura, língua e comportamentos são desvalorizados e inferiorizados. A autora segue escrevendo sobre o quadro de dominação dos ouvintes sobre os surdos, através dos já citados, mecanismos de

dominação, de interpretações históricas, esquecimentos e apagamentos, tornando os ouvintes um grupo mais poderoso e dominante.

Segundo Skliar (2013), por muito tempo e até os dias atuais, os surdos foram – e têm sido -, tratados de forma violenta, não necessariamente uma violência física, embora tenham muitos casos de que acontecem, mas uma violência simbólica, que os trata como coitados, como doentes, como incapazes de fazer escolhas. Atitudes essas que para o autor não são ingênuas, mas fazem parte dos mecanismos reguladores, mantendo a Cultura ouvinte no poder, negando e apagando a Identidade e a Cultura dos surdos, onde sua língua e suas manifestações são vistas e apontadas como inferiores.

Perlin (2013) argumenta que o discurso ouvintista – ouvicentrista – oralista, estereotipa os surdos, regulando o que deve ser dito e o que deve e precisa ser apagado, em sua cultura, mas também em sua história, “O ouvintismo deriva de uma proximidade particular que se dá entre ouvintes e surdos, na qual o ouvinte sempre está em posição de superioridade” (Perlin, 2013, p. 59). Ela ainda discute que, ao se estabelecer essa relação de poder, o discurso que prevalece, sobressai e se normaliza na sociedade é o dos dominantes, aqui os ouvintes, pois “no interior das relações sociais, sempre estão presentes as relações de poder” (Perlin, 2013; p. 67). Nesse sentido, não se pode perder de vista que “a cultura é encarada como conflitiva, e toda diferença é vista como produto de luta por poderes e significados” (Sá, 2010; p. 103).

Guesser (2008), defende que no discurso ouvicentrista o surdo sempre é apontado de forma inferiorizada, como o doente, sendo que toda a visibilidade dada aos surdos também se apoia nesse discurso estigmatizado, principalmente se voltando para a deficiência, se baseando na perda de algo, na fuga do que é considerado como normal, sempre apontando todas as setas para a falta da audição. Para Guesser (2008, p. 230), “infelizmente, os surdos têm sido narrados e definidos exclusivamente a partir da realidade física da falta de audição e, portanto, aos olhos da sociedade majoritariamente ouvinte têm sido vistos exclusivamente a partir desse fato.” O autor escreve que “a surdez como deficiência pertence a uma narrativa assimétrica de poder e saber, uma “invenção/produção” do grupo hegemônico que, em termos sociais, históricos e políticos, nada tem a ver com a forma que o grupo se vê ou se apresenta” (Guesser, 2020, p. 85).

O discurso negativo a respeito dos surdos, classificados como doentes, deficientes, mutilados, coitados, incapazes, se perpetua no pensamento das pessoas, em sua forma de agir, (Skliar, Quadros; 2000). É importante abordar, na visão de Strobel (2007), que neste discurso ouvicentrista, para que o surdo viva bem em sociedade com os ouvintes, ele deve se adaptar a Cultura ouvinte, aprendendo a falar, sendo assim, os surdos que aprendem a oralizar e a ler lábios, se sobressaem. Para Strobel (2007), isso é mascarar as identidades múltiplas, ignorando e excluindo sua língua, deixando a pessoa surda à sombra dos ouvintes:

Esta visão ouvintista incapacita o sujeito surdo e não respeita a sua língua de sinais e sua cultura. A falta de audição tem um impacto enorme para a comunidade ouvinte, que estereotipa os surdos como “deficientes”, pois a fala e a audição desempenham o papel de destaque na vida “normal” desta sociedade. (Strobel, 2007, p. 26)

Strobel (2007) aponta que, para a sociedade ouvicentrista, o surdo deve se adaptar à cultura dos ouvintes, essas questões fazem com que em muitos momentos os surdos tenham vergonha da própria identidade, se escondendo, para não carregar o estereótipo do deficiente, do incapaz. O ouvicentrismo acaba por podar cultura e suas principais características.

Questionamos que num mundo constituído por padrões de normalidade seja admissível o anormal sem uma profunda crise, devido aos estereótipos gerados por essa normalidade. A concepção deste primeiro estado que pode chegar ao ouvinte é a ideia de “seres selvagens” que pode advir da não utilização da fala, da leitura e da escrita na forma do ouvinte. Este ato remete ao outro uma parte do que reside nele próprio e daí a transferência de atribuir ao outro algo do que já é simbólico em si mesmo e no outro. Esta posição não introduz ainda a alteridade de ser o outro diferente (Perlin e Quadros, 2006).

Perlin e Quadros (2006) apontam que, ao questionar a normalidade do ouvicentrismo, acabamos por desfamiliarizar um discurso amplamente difundido e aceito como uma verdade absoluta e, ao fazer isso, sinalizamos a exclusão dos na sociedade e a exclusão de suas experiências, “o preconceito não se elimina facilmente, mas vemos que a surdez é vista negativamente por conta dos discursos dominante e do prestígio da área clínica” (Guessser, p.107-108, 2020).

Guessser (2020), enfatiza, como escrito nas linhas anteriores, a força do discurso clínico sobre a surdez, onde o não ouvir é apontado como anormal, uma

doença, pois ser normal, ser saudável, é ser ouvinte. Esse discurso, narrado a partir das experiências dos ouvintes, acaba por ser imposto ao surdo, silenciado, negando e apagando sua história, arrancando deles o direito de se entenderem como pessoas completas, saudáveis e produtoras de cultura. Esse discurso dominante nem sempre é escancarado, mas em grande parte das vezes se coloca nas formas sutis, no pequeno gesto paternalista, nos termos usados, como surdo-Mudo, ou abordando a Libras como uma linguagem e não uma Língua. Um exemplo ilustrativo seria a falta de acessibilidade aos lugares ou a falsa acessibilidade. Como Lourenço (2018) levanta, no Museu Nacional de Imigração e Colonização - MNIC, não existe um intérprete de Libras, apenas tablets com a explicação, algo que afasta o surdo, pois ele quer contato humano, quer conversar, interagir, não se resumir a uma tela.

A visão da surdez como uma doença que precisa ser tratada, corrobora ainda mais para o discurso ouvintista da falta de normalidade do surdo, o enquadrando de forma perfeita para que seja entendido e acolhido no discurso capacitista da deficiência. Os surdos têm sido excluídos, sua cultura, sua língua, suas características, resumidamente, sua existência tem sido violentada e marginalizada (Sá, 2010). O problema não é a pessoa surda, mas a estigmatização dos ouvintes sobre o corpo surdo, apontado sua cultura e sua língua como exótico e inferior. Nesse sentido, esses estudos lutam contra essa patologização baseada no discurso da doença, do sofrimento, da incapacidade e de um corpo incompleto. As resistências a esses discursos existem, se busca constantemente mudá-los, apontando os surdos como um grupo social que está muito além da surdez. Eles são, igualmente, homens, mulheres, negros e brancos, héteros, gays, bissexuais, transexuais, lésbicas, crianças, jovens e idosos, existem os surdos que amam dançar e os que odeiam, ou seja, os surdos não se resumem a surdez. A resistência acontece através da busca pela autonomia, pois como explica Perlin (2013), o estereótipo colocado sobre os surdos acaba por engessar suas identidades.

1.3 O surdo sempre existiu, a surdez foi inventada

Para dar abertura ao segundo tópico do Primeiro Capítulo, se faz necessário uma breve contextualização histórica a respeito da temática, embora não seja esse o ponto principal do capítulo. O objetivo é discutir como a surdez passou a ser apontada como uma patologia, vendo-a como um estigma, a marca de uma falta,

uma deficiência que necessitava de tratamento. Como explica Sá (2010), “os surdos sempre foram historicamente estereotipados como seres inferiores, afinal, faltava-lhes a propriedade essencial para a sociedade que é a linguagem oral e auditiva.” (Strobel, 2008, p. 32). Uma linha do tempo não é o método mais estimado pelos historiadores, por tratar a história como se ela fosse demarcada de forma natural, além disso, a história é complexa, composta por uma série de fatos, interações entre culturas e povos. A linha do tempo transforma tudo em algo simples, como uma série de causas e acontecimentos, deixando de lado todos os pormenores, deixando de lado as mais diferentes narrativas e percepções. Porém aqui a linha do tempo se faz necessária, para uma contextualização mais pontual.

É de extrema importância elucidar que a história dos surdos tem sido narrada e escrita a partir dos estereótipos criado pelos ouvintes, algo que marginaliza ainda mais a cultura surda, ignorou e desvalorizou as narrativas dessa comunidade, deixando de lado suas próprias perspectivas, “(...) os surdos sempre foram vistos como inferiores aos ouvintes, como deficientes que precisavam se adequar e caminhar para a "normalidade" e para isto precisavam se oralizar. Isto marcou por muitos anos a comunidade surda (...)” (Strobel, 2008; p. 37). A história dos surdos foi narrada e registrada a partir da deficiência e da invalidez, registros esses feitos a partir do entendimento preconceituoso e limitado a respeito da surdez, fato que pode ser explicado pela predominância da lógica ouvinte em nossa sociedade. Lage, Lunardelli e Kawakami (2023) escrevem:

Na trajetória humana, as percepções a respeito das pessoas que possuem características que as diferenciam da maioria, sempre estiveram e ainda estão relacionadas à falta de informação e conseqüentemente, apoiam-se no misticismo, superstição e aversão. No que tange aos tipos de preconceitos mais evidenciados, inserem-se aqueles relacionados ao gênero, questões religiosas, cor da pele, etnia, faixa etária, classe social, pela aparência física e, conseqüentemente, pela característica física considerada inadequada aos padrões ditos normais. Entretanto, qualquer forma de preconceito, de discriminação, é prejudicial a vida humana e à sociedade. (Lage, Lunardelli e Kawakami, 2023, p. 5)

Strobel (2008) destaca que pessoas surdas existem desde que o mundo é mundo, sua história é tão antiga quanto a própria humanidade. Os surdos surgiram junto com a humanidade, não depois, com o nascimento da ciência. Para ela, quando a língua ainda não era utilizada, os surdos se encaixavam perfeitamente na

sociedade, exercendo as mais diversas tarefas e adaptando-se de forma confortável na vida social, pois a língua oral ainda não era um fato de normalidade e exclusão. Nesse momento, prevalecia a linguagem gestual e corporal, porém, conforme a língua oral se desenvolve e ganha status de normalidade, a linguagem gestual passa a ser inferiorizada, tornando-se mais tarde um fator marcante na exclusão dos surdos em meio a sociedade onde prevalece a língua oral (Lima e Rückert, 2020).

A partir de um salto temporal, mergulhamos na Antiguidade e, ao procurarmos, percebemos que os registros sobre a história da comunidade surda são escassos, porém, nos poucos que encontramos, percebemos que o tratamento direcionado aos surdos era variado, mudando de acordo com cada sociedade e suas percepções e crenças.

Quando pensamos na Grécia Antiga, período histórico demarcado pela perfeição do corpo e o culto ao mesmo, pois a harmonia entre corpo e mente era um equilíbrio valorizado, acreditava-se que para se ter uma mente saudável e excelente era necessário que o corpo fosse perfeito. Esse culto ao corpo é algo visível ao se observar as esculturas e pinturas da época, onde se tinha um modelo idealizado do corpo, sendo assim, não haveria naquela sociedade que tanto buscava o corpo ideal, espaço para os malformados. Strobel (2008) salienta que, na Grécia Antiga as pessoas surdas eram consideradas ignorantes, pois sem a capacidade da audição e da fala em um espaço educacional que predominava a educação oral, acreditava-se que os surdos eram incapazes de pensar e aprender. Por serem considerados inválidos, eram vistos como um fardo para a sociedade, sendo assim eram abandonados ou lançados do rochedo Taygété. Os que sobreviviam muitas vezes eram transformados em escravos. Segundo Strobel (2008), as práticas culturais de outro grande Império do Mundo antigo, Roma, são registros escassos e é perceptível que as situações vividas pelas pessoas surdas não eram melhores ou diferentes, e sim situações históricas justificáveis, de certa forma, pela forte influência que os Gregos tiveram sobre os povos Romanos, principalmente cultural e religiosa.

Na Roma Antiga, os surdos foram entendidos como criaturas amaldiçoadas e castigadas, portanto, incapazes de fazer a gestão de seus bens, não tendo direito nem mesmo a herança. Entre os romanos era uma prática comum que os nascidos com deformidades, físicas ou mentais, para os padrões da época, eram frequentemente abandonados. Assim como na Grécia Antiga, os surdos eram

lançados no Rio Tigre, pois eram considerados incapazes de contribuir para o desenvolvimento social. Moisés e Stockmann (2020) explicam que a inexistência de uma assistência gerava a marginalização e o desprezo pelos surdos, por nascerem fora dos padrões ideais do momento. Essas pessoas eram condenadas constantemente, dia após dia, para lutar pela sobrevivência. Muitas vezes, os surdos eram humilhados e explorados, exercendo funções como prostituição, pedintes ou servindo de entretenimento como “seres bizarros e exóticos” nos eventos sociais que os nobres promoviam.

No Egito e na Pérsia, a situação dos surdos era, fisicamente, menos violenta, pois eram entendidos como pessoas capazes de ter contato diretamente com os deuses, por isso, sendo muitas vezes até mesmo adorados. Porém, essa reverência e adoração no âmbito religioso não se estendia para o âmbito educacional que era negligenciado. Os surdos, nessas sociedades, enfrentam a falta de desenvolvimento pessoal e foram mantidos sempre a parte da participação social (Strobel, 2008).

No Império Romano, se fortaleceu a noção de que as pessoas possuíam uma alma e de que somente Deus poderia decidir quem morria, pois, o ser humano era pertencente a ele. No entanto, os surdos permaneceram sendo entendidos e tratados como inferiores. Sem a capacidade de ouvir também não eram capazes de compreender os dogmas religiosos e não podiam confessar seus pecados. Ou seja, não poderiam acessar o céu, sendo condenadas ao sofrimento eterno e à condenação. Eles também eram considerados incapazes de receber educação, além de serem proibidos de casar ou de herdar.

Girolamo Cardano, médico italiano, foi o primeiro a estudar os ouvidos, a boca e o cérebro, sendo um dos primeiros a defender que os surdos eram capazes de aprender, por isso deveriam receber educação e viver em sociedade (Lulkin, 2000). Quando se estuda a Idade Moderna surgem alguns nomes considerados importantes para a História da Educação dos surdos. Strobel (2008) aponta que os pioneiros da educação dos surdos no século XVI foram Pedro Ponce de Leon, que atuava na Espanha, ensinando latim, grego e italiano além dos conceitos de física para os irmãos Velasco, membros da Aristocracia. Ele usava como metodologia o alfabeto manual, desenvolvido pelos monges beneditinos. Cabe compreender que esse ensino se voltava para pessoas abastadas, com o intuito de que pudessem participar da vida em sociedade. Na Espanha, tempos depois, Juan Pablo Bonet passou a ensinar outros membros da abastada família Velasco, também usando a

língua de sinais e treinando a fala. Outros nomes importantes foram Thomas Braidwood, na Inglaterra, e Samuel Heinicke, na Alemanha, que defendiam o oralismo, ensinando apenas a fala aos surdos e proibindo o uso da língua de sinais. Embora tenham sido momentos cruciais e marcantes na história da educação dos surdos ao romperem com o pensamento dominante da época, a mudança nos padrões educacionais defendida por esses homens não refletiu de forma significativa na sociedade como um todo. A educação, naquele contexto, era voltada principalmente para os herdeiros dos aristocratas, visando assegurar seus direitos de herança e gestão dos bens familiares, como já citado anteriormente. Enquanto isso, aqueles que não pertenciam a essa classe mais abastada habitualmente eram estigmatizados, excluídos e tratados como vagabundos (Silva, 2006).

Na França, o Padre Charles Michel l'Épée destacou-se na história da educação dos surdos, pois ao conhecer duas irmãs surdas passou a manter o contato com os surdos mais humildes que viviam pelas ruas de Paris. Sacks (2010) nos faz refletir que, diferente de muitos da época, o Padre l'Épée não viu a língua de sinais como algo que precisava ser combatido, que os surdos precisavam aprender a falar a todo custo e a língua de sinais precisava ser apagada e deixada de lado, mas l'Épée encarou - a com certa reverência. l'Épée passou a ensinar em sua casa, usando um método que ele desenvolveu e hoje é chamado de "metódico", o abade associava as palavras com as figuras, assim ensinando os surdos a ler, para que assim pudessem acessar a cultura que lhes foi negada por muito tempo. O método foi tão bem-sucedido que permitiu aos surdos a possibilidade de ler e escrever em francês. Logo a escola que funcionava em sua casa se tornou uma grande instituição que iria influenciar muitos países (Sá, 2010).

É interessante pensar que entre os surdos pobres, que vagavam pelas ruas de Paris, que em tempos passados eram deixados de lado e negligenciados, l'Épée finalmente conseguiu começar a criar uma verdadeira mudança na sociedade. A atuação do padre foi um fato significativo e que iria influenciar fortemente não apenas Paris, mas o mundo. Convivendo com essas pessoas, l'Épée entendeu que a Língua de Sinais usada por eles tinha as mesmas funções da língua falada, permitindo uma comunicação plena entre eles. Em 1755, nessa associação entre os surdos e o Padre surgiu a Escola Pública para surdos em Paris. Michel de l'Épée desenvolveu seu método de ensino e estabeleceu uma escola pública inclusiva em 1791.

O interessante é que, ao contrário das línguas de sinais contemporâneas, seu método não se separava da língua francesa, mas sim mesclava ela. Sua abordagem pioneira proporcionou uma estrutura educacional acessível a todos os alunos, reconhecendo sua cidadania. Muito se fala sobre como o trabalho de Michel de l'Épée possibilitou que os surdos fossem reconhecidos como cidadãos plenos, com direito e educação digna. (Bernarab e Oliveira, 2007)

Para pensarmos em dados a nível mundial, Sacks (2010) traz que, até sua morte em 1789, l'Épée treinou muitos pupilos e estes criaram cerca de 21 escolas para surdos na França e na Europa, e mais tarde pelo mundo. Calcula-se que até 1869 já havia cerca de 550 professores para surdos no mundo. Sendo assim, essa educação proporcionou a emancipação das pessoas surdas, e, em um período de mais ou menos cinquenta anos, entre 1770 e 1820, a difusão dos institutos para surdos continuou até outros continentes, chegando nos Estados Unidos e em outros países. l'Épée apregoava que, segundo Sá (2010), trata-se de um conto de fadas, uma tentativa de criar o Papai Noel dos surdos, de encontrar um herói e salvador, deixando de lado que ali já surgia o controle do povo surdo pelos ouvintes, colocando-os em espaços onde pudessem ser controlados. Nessa dissertação compreendemos todas as problemáticas a respeito do "ouvinte salvador", mas entendemos que não podemos descartar a importância do L'Épée para os surdos. Segundo Barbosa (2023, p.116) "pensamos que os surdos foram institucionalizados a partir da figura do abade francês Charles – Michel de L'Épée, desde que ele se tornou professor de surdos, abrindo as portas de sua casa para dar aulas, principalmente para surdos pobres".

Hall (2005) entende que no século XVIII era possível conceber os principais processos da vida moderna centrados no indivíduo como "sujeito da razão". No entanto, à medida que as sociedades modernas se tornaram mais complexas, passaram a assumir uma forma mais coletiva e social. As teorias liberais clássicas de governo, fundamentadas nos direitos e consentimentos individuais, precisaram lidar com a estrutura do Estado-Nação e com as grandes massas que compõem uma democracia moderna. As leis clássicas da economia política, como propriedade, contrato e troca, passaram a operar no contexto das grandes formações de classe do capitalismo moderno após a industrialização.

Foucault (2002) aponta que, no século XIX, com o processo de industrialização, têm-se a necessidade de neutralizar os incapacitados, desde os

velhos, aos doentes e os anormais. O autor cita que se pode perceber o racismo, não baseado na cor da pele, mas sim o racismo biomédico, que afasta e segrega alguns, geralmente os que se considera que irão prejudicar o progresso da sociedade. O movimento Iluminista valorizou as ciências, tendo a natureza humana como base para o desenvolvimento social. Não se pode perder de vista que o Renascimento teve suas bases na Grécia Antiga, buscando a perfeição do corpo, e o Iluminismo foi propiciado por ele, sendo assim, com a valorização da ciência, passou-se a pesquisar sobre a capacidade das pessoas, consideradas doentes, de aprender e de se desenvolver. É no século XVIII que vão surgir os primeiros relatos de escolas para surdos. Sá (2010), aponta que agora as pessoas deficientes passam não somente a ter alma, como aconteceu com o cristianismo, mas também o direito de aprender e exercitar a razão, mesmo que sob clausura dos institutos. Sacks (2010) escreve que:

A situação das pessoas com surdez pré-língua antes de 1750 era de fato uma calamidade: incapazes de desenvolver a fala, e portanto “mudos”, incapazes de comunicar-se livremente até mesmo com seus pais e familiaridades, restritos a alguns sinais e gestos rudimentares, isolados, exceto nas grandes cidades, até mesmo da comunidade de pessoas com o mesmo problema, privados de alfabetização e instrução, de todo o conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, considerados pela lei e pela sociedade como um pouco mais do que imbecis – a sorte dos surdos era evidentemente medonha. (Sacks, 2010, p. 24)

Lage, Lunardelli e Kawakami (2022) ressaltam que a medicina moderna se estabeleceu, apresentando um discurso sobre o corpo e o indivíduo baseados na ciência. Sendo assim, ao se compreender uma falta como uma doença, este passou a precisar de tratamento e reabilitação para que essas pessoas se enquadrem e se encaixem nos padrões definidos como um corpo saudável e perfeito. No século XVIII, a medicina teve um grande avanço, onde o corpo passou a ser desmistificado, deixando de ser visto como sagrado e encarado como algo que precisava e deveria ser estudado e entendido. Nesse sentido, as diversas patologias podiam ser tratadas e curadas, pois estas deixavam de estar sob uma ótica mística, agora as doenças não eram mais obras de bruxaria e sim males do corpo.

Durante três séculos, entre os séculos XVI e XIX, as pessoas entendidas como deficientes permaneciam isoladas, ficando em asilos, conventos, instituições,

e em hospitais. Pereira (2017) elucida que estes locais eram apenas prisões, com o intuito de separá-los, vigiá-los e controlá-los, isso tudo atuando com o dito tratamento especializado. Nesse período, os avanços da medicina tiraram os surdos dos asilos, mas tratou esses sujeitos como doentes, que necessitavam ser curados.

Antes do século XVIII, as pessoas surdas não eram encaradas como seres que necessitavam de intervenção do Estado, pois aquele corpo carregava pouca dignidade e humanidade. Nessa época, segundo Lulkin (2000), embora a surdez fosse algo comum, a surdez não existia, pois, a diferenciação entre “ser ouvinte” e “ser surdo” é algo que surgiu com o Iluminismo e a patologização dos corpos que nasciam diferente do que era tido como modelo do ideal.

Até meados do século XIX, as investigações médicas voltadas para o ouvido eram majoritariamente empíricas, visando principalmente a reabilitação desse órgão. Foi somente com o avanço da medicina no século XIX que uma descrição anatômica do ouvido passou a ser considerada pelos médicos da época, período histórico marcado pelo aprofundamento sistemático dos estudos a respeito da estrutura do ouvido, como explica Lulkin (2000). No século XIX, a persistente busca pelo entendimento do corpo humano alavancou estudos e investigações dos corpos das pessoas surdas. Além disso, as instituições criadas para educá-los voltaram-se não apenas para controlá-los fisicamente, mas também mentalmente. Essa fase marcou de forma significativa a intensa medicalização dos surdos e suas vidas/ identidades passaram a ser moldadas conforme padrões da época. A pesquisa sobre a surdez passou a ser guiada por uma perspectiva clínica, que objetifica e marginaliza os surdos, ignorando suas próprias experiências e cultura.

As Escolas para surdos se tornam um local ideal para o espaço de investigação e procedimentos para correção, podendo ser locais para armazenamento e controle daqueles que eram considerados inadequados para a vida plena em sociedade. Baseada na ideia do corpo perfeito, a medicina e a ciência constroem o conceito de um corpo sadio e saudável, apontando as características que esse corpo precisa ter. Sendo assim, a surdez passa a ser entendida como uma doença que precisa ser curada, ali passa a existir a diferença entre “ouvinte”, o corpo saudável, capaz da vida em sociedade, em oposição ao “outro”, com seu corpo defeituoso e pouco saudável, que precisa ser medicado, curado ou isolado (Lulkin, 2000).

Os estudos focados na história dos surdos e focar nas instituições criadas para abrigá-los, educá-los e vigiá-los. Percebe-se uma série de procedimentos com o intuito de compreender suas deformidades e anormalidades, em uma busca persistente por métodos e tratamentos que proporcionam alcançar o corpo perfeito. Estas práticas refletiam a visão predominante de que a surdez era uma condição a ser corrigida para que a integração social dos surdos fosse possível. O uso de intervenções invasivas e desumanizadoras pelos médicos, ignoravam completamente suas necessidades e identidades culturais. Lulkin (2000), nos aponta sobre o que acontecia na Instituição de Paris:

O Dr. Blanchet, que assumiu o posto de médico da instituição de Paris após o Dr. Itard, cria um método de reeducação do ouvido através de uma emissão de sons em crescente intensidade e por uma excitação dos “nervos da sensibilidade geral”. Blanchet expôs suas pesquisas no “Tratado filosófico e médico do surdo – mudez” (1853), provocando polêmica pela sua extravagância de procedimentos tais como a abertura do crânio e colocação de um perfurador e cortes de bisturi no ouvido médio. Trata-se de certificar-se que a medicina é capaz de “fazer o surdo escutar”, de “fazê-lo falar” e, portanto, de “curá-lo.” (Lulkin, 2000, p.77)

Foi perceptível para os cidadãos influentes da época que mesmo com os métodos educacionais aplicados por L'Épée, a surdez não desaparecia. O governo então buscou uma solução na medicina. Com essa tomada de rumo, as características do corpo passam a ser consideradas marcas diferenciadoras entre o “eu” e o “outro”. “A consequência desta nova categorização não foi a rejeição aos surdos, mas a construção visual da surdez. Causas visíveis eram procuradas para a nova doença, e a língua de sinais era um problema menos filosófico e mais sintomático” (Lulkin, 2000, p. 63).

A razão enaltecida pelo modernismo criou os negros, as mulheres, os deficientes e os surdos como seres inferiores e incapazes de alcançar a civilidade, tornando-os anormais, perante a sociedade. Transformou-se a língua de sinais em algo considerado primitivo, sendo assim, muitos nomes foram apagados e deixados de lado. Nessa lógica, apagar determinados personagens em detrimento de outros tornou-se comum, assim, nomes de grandes artistas foram ocultados e apagados, pois os surdos eram vistos como pessoas incapazes de realizar grandes feitos. Não podemos perder de vista que, por um longo período, os surdos foram tratados como pessoas com deficiência mental. Nesse sentido, a falta de preparo dos profissionais

que lidavam com essas pessoas, além da visão patologizada e clínica, prejudicou o desenvolvimento dos surdos, os discriminou, menosprezou e os marginalizou, os representando e tratando como pessoas incapazes.

No entanto, ao promover o isolamento dos surdos da vida plena em sociedade e agrupá-los em espaços controlados, de forma nada planejada, proporcionou-se o convívio necessário para a desenvolvimento de uma identificação, capaz de fortalecer o processo de identidade, de pertencimento enquanto pessoa surda. A resistência da comunidade surda levou ao enraizamento da língua de sinais, além de facilitar o casamento entre pessoas surdas e a formação de vínculos cada vez mais fortes (Sá, 2010).

É possível entender até aqui que o não ouvir é algo considerado natural do ser humano, presente na humanidade desde o seu princípio, porém, a surdez como uma patologia, é uma invenção humana, que surge com o iluminismo e a busca pela perfeição do corpo e por compreender seu funcionamento. Durante o Iluminismo, a surdez foi entendida como uma deficiência que limitava a participação social do surdo, pois era uma sociedade que valorizava a comunicação verbal, e o desenvolvimento através da linguagem escrita e falada. Sendo assim, fica compreensível que o surdo sempre existiu e a surdez foi criada.

1.4 O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos

No tópico anterior foi citado que, as Escolas para surdos, criadas a partir das concepções do Abade l'Épée haviam se espalhado para além da Europa. Mazzotta (2001) explica que, impulsionados pelas experiências europeias e estadunidenses, que haviam sido bem-sucedidas de acordo com as concepções da época, já no século XIX, no Brasil, começou a haver serviços, privados e do Estado, para atender aqueles vistos como anormais segundo o olhar estigmatizado, os deficientes físicos e mentais, surdos mudos e cegos.

A primeira instituição a ser fundada no Brasil foi em 12 de setembro de 1854. Através do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II estabeleceu na então capital do país, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Três anos depois, era fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Quando o Brasil passa a ter uma aproximação maior com outros países após a independência, principalmente com a

Alemanha e França, sofre fortes influências desses países, onde a educação para surdos era algo já bem difundido. (Santos; Sofiato, 2000)

A partir dessa influência destacou-se um dos nomes mais importantes para a criação do Instituto para surdos no Brasil, conhecido até os dias atuais como o pai ou criador da Libras. Ernest Huet nasceu em Paris, no ano de 1822, pertencente à família nobre. Huet teve acesso à educação de qualidade, aprendendo para além do francês, alemão e português. Aos 12 anos, Huet contraiu sarampo e como seqüela acabou ficando surdo. A partir dessa condição, acessou o Instituto Nacional de Surdos de Paris, onde aprendeu a LSF (Língua de Sinais Francesa). Mais tarde, Huet se tornou diretor do Instituto de Surdos de Bourges, onde seu trabalho como educador e diretor foi extremamente difundido pela qualidade (Academia de Libras, 2019).

Existem algumas especulações a respeito das motivações que levaram D. Pedro II a se preocupar com a criação do instituto, para além da influência que vinha dos países europeus. Soares (2014) defende que as motivações estavam longe de realmente serem bondosas ou com boas intenções, mas sim uma busca filantrópica de cristãos, que buscavam naquele gesto de caridade a recompensa da vida eterna. No entanto, Dom Pedro II sempre foi apresentado como um intelectual, incentivador da cultura no país (Soares e Carvalho, 2022). Neste caso, releva notar que o Instituto faz parte de uma movimentação expressiva do Estado brasileiro em criar instituições de pesquisa e ensino, ou seja, na busca pelo progresso era preciso se aproximar dos países ditos “civilizados”. Por outro lado, as ideias propugnadas pela Igreja católica perderam força no Segundo Reinado, fator que fragiliza a hipótese do Instituto estar vinculado somente aos ideais cristãos de caridade.

Em 1855, Ernest Huet foi convidado pela corte para vir ao Brasil. Ao chegar em terras brasileiras, ele percebeu que ainda não havia um instituto para surdos e, foi nessa época que Huet apresentou a sua proposta ao Imperador⁹:

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Majestade meus pensamentos e meus meios de ação relativamente à criação de um estabelecimento de surdos – mudos. É evidente que minhas intenções estarão sempre em conformidade com as de Vossa Majestade e de seu governo, e que eu receberei com

⁹ Disponibilizado de forma íntegra pelo Repositório Digital Huet, pertencente ao INES – Instituto Nacional de Educação de surdos, além de traduzido, intitulada Rapport à l'Empéreur: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/185>

reconhecimento as opiniões e as retificações que ela julgar conveniente fazer. Penso que nenhum desses úteis estabelecimentos pode sobreviver se não for mantido pelo Estado (...). (Parte 1, tradução¹⁰ disponibilizada pelo INES)

Huet deixou claro sua intenção e pretensão de criar uma escola para ensinar os surdos nas terras brasileiras. Ele destacou sua experiência anterior como diretor de um Instituto na França. No trecho acima percebe-se que Huet ansiava pela manutenção da Escola pelo Estado, seguindo alguns parâmetros elencados por ele. Mais tarde, esses parâmetros foram usados para as diretrizes do Instituto, como idade e sexo dos alunos, assim como estabelecia um subsídio do governo para as famílias. Huet entendia, por sua experiência, que a grande maioria dessas crianças surdas eram pertencentes a famílias pouco abastadas e até mesmo famílias carentes.

Cabral (2019) explica que o Instituto foi criado inicialmente de forma privada, no dia 1 de janeiro de 1856 e era dirigido para uma educação moral, religiosa e intelectual das crianças surdas. O plano de estudos publicado por Huet envolvia língua portuguesa, aritmética, geografia e história do Brasil, linguagem articulada e leitura de lábios. No dia 26 de setembro de 1857, através da lei nº 939, o governo assume o Instituto e seus custos para funcionamento e ajuda de custo para os residentes. Momento, no qual o Instituto passa a ser comandado pelo Império, logo as notícias são espalhadas pela imprensa. Uma das fontes resgatadas foi o Almanak Laemmert, o Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da Corte, propriedade dos irmãos franceses Henrique e Eduardo Laemmert¹¹. Conforme citação do Almanak, a criação do Instituto era algo muito importante para o império, algo “(...) há muito aconselhada pela humanidade, e já exigida pelo estado de civilização do paiz” (Almanak, 1856, p. 406).

A análise do documento publicado pelo Almanak Laemmert, apresentando a nova escola, sinaliza alguns pontos interessantes. Huet, em sua carta escrita para o Imperador, propunha que a escola atendesse ambos os sexos, feminino e masculino e idades determinadas, além do pagamento de uma pensão para um determinado

¹⁰

Disponível

em:

<https://www.gov.br/ines/pt-br/central-de-conteudos/noticias/carta-que-propos-criacao-da-primeira-escola-de-surdos-no-brasil-completa-168-anos>

¹¹ Foi uma publicação que circulou durante o século XIX, sendo fonte de informações sobre diversas áreas, como comércio, indústria, agricultura, ciência, literatura, estatísticas demográficas, entre outros temas relevantes para a sociedade da época.

número de famílias, pois entendia-se que eram pessoas carentes. Destaca-se no termo utilizado no primeiro parágrafo, onde está escrito “destinado à regeneração intelectual e moral dos surdos mudos do Brasil” (Almanak, 1856, p. 406). Trecho que sinaliza aspectos pontuados por Soares (2014) de que o Instituto fundado no Brasil estava longe de ser dirigido para as causas filantrópicas, mas sim, como os outros Institutos, simbolizava uma tentativa de isolar e controlar essa população que destoava dos padrões impostos à sociedade.

Sofiato, Carvalho e Coelho (2021) explicam que o Instituto assumiu um posicionamento médico em relação aos surdos, baseando-se nas experiências europeias. Os autores destacam o fato de que a influência do instituto português não foi tão forte a ponto de poder ser considerada relevante, mas se percebe uma influência direta das experiências e metodologias da França e Alemanha, que eram replicadas no Instituto:

Os intelectuais referendados pelos gestores brasileiros e os manuais adotados eram franceses (os últimos com a devida tradução para a língua portuguesa), a didática, os materiais didáticos também eram importados da França, Alemanha e a forma de organizar e gerir a instituição também espelhavam a admiração à França. Tudo isso denota a tendência do instituto brasileiro em acompanhar os referenciais estrangeiros, considerados melhores, independentemente do contexto em que eram aplicados. (Sofiato, Carvalho e Coelho, 2021, p. 20)

É perceptível que o Instituto tinha como um dos objetivos a profissionalização dos surdos e, conforme percebemos no Almanak, nas disciplinas, Huet abordou escrita e leitura, questões religiosas, além da língua portuguesa, história nacional, geografia, aritmética e escrituração mercantil. Assim, torna-se perceptível que inicialmente o Instituto tinha o objetivo de ensinar aos seus frequentadores as disciplinas ensinadas nas escolas “normais”. (Bentes; Hayashi, 2016).

Ernest Huet assumiu a direção do Instituto entre 1856 e 1861, ficando responsável pela educação dos meninos, onde segundo o Almanak iriam aprender lições e práticas de agricultura e a Madame de Vassimon e suas filhas seriam responsáveis pela educação das meninas, como trabalhos de costura. É importante destacar que Huet foi um dos muitos discípulos de l'Épée, sendo assim trouxe consigo e aplicou seus conhecimentos, além de trazer para o Brasil o primeiro alfabeto manual e a língua de sinais francesa. Acredita-se então que ambos foram

sendo modificados ao longo do tempo, mesclando-se com os sinais que já eram utilizados pelos surdos brasileiros, e assim surgiu o alfabeto manual brasileiro e a Libras. (Witkoski, 2015).

Existiam no instituto duas modalidades de alunos, os internos e os externos, onde os internos tinham os estudos gratuitos, além da pensão que recebia, e os externos eram os que tinham condições financeiras para se manter, conforme o Almanak "(...) será admittido um certo número de surdos – Mudos, cujas famílias, por falta de meios, não possuem satisfazê-las." (Almanak, 1856, p.406).

Nos primórdios, o instituto contou com sete alunos, com aulas que focavam em seu desenvolvimento, ensinando a língua de sinais francesa e a partir do alfabeto manual foram ensinados a língua portuguesa, buscando oralizar esses indivíduos. As aulas tinham cargas horárias intensas, com duração de até quatro horas, das 10 às 12 horas e das 15 às 17 horas. Dos sete alunos iniciais, a idade variava entre sete e dezessete anos, sendo seis deles alunos internos, ou seja, moravam no instituto e a família recebia uma pensão que, conforme o Almanak, era paga por benfeitores e pelo Império (Bentes; Hayashi, 2016).

Durante os cinco primeiros anos do Instituto, Huet esteve à frente como diretor, entre 1856 e 1861. Nesse tempo, o Instituto avançou seus atendimentos, que inicialmente focava apenas no Rio de Janeiro, e passou a aceitar e alocar alunos que vinham de outras partes do país (Silva, 2021). Existem muitas teorias para a saída de Huet, desde má gestão até um convite para fundar um Instituto no México. Com a saída dele, o Instituto perdeu seus objetivos iniciais, e a saída do fundador quase fez com que o instituto fechasse as portas. Entre os anos de 1862 e 1868, o Instituto foi gerido pelo Dr. Manoel Magalhães Couto, que não tinha nenhuma experiência na educação de pessoas surdas, e acabou por negligenciar o ensino, algo que foi constatado depois do Decreto nº 4.046, de 19 de dezembro de 1867. Em uma inspeção no Instituto, percebeu-se que seu propósito havia se perdido, tornando-se muito mais um asilo do que um local de aprendizado. Após os resultados negativos, Manoel Magalhães Couto foi demitido e Tobias Rabello Leite assumiu o Instituto, mandato esse que durou 28 anos, até seu falecimento. (Silva, Castanha; 2000).

Silva (2021) destaca que Leite era um monarquista declarado, além de médico sanitaria, sendo assim, promoveu diversas mudanças no Instituto. Pode-se destacar como uma das ações principais, o decreto nº 5.435 de 15 de outubro de

1873, que estabeleceu o ensino profissional como ponto obrigatório nos estudos, além da leitura labial e linguagem articulada.

Leite entendia que a função do Instituto era a de fornecer meios para que os surdos pudessem estabelecer relações com a sociedade, os tirando do isolamento a que estavam submetidos, além de inseri-los no mercado de trabalho. Porém, ele era contra o ensino de literatura, para que se evitasse criar expectativas que jamais poderiam ser alcançadas pelos alunos, por sua condição como surdos. Naquele momento entendia-se que o surdo era mão de obra e precisava ser um indivíduo produtivo na sociedade (Silva, 2021).

No caso do surdo, era preciso adquirir uma profissão e tornar-se um ser humano produtivo, fazendo parte do mercado de trabalho, mesmo que isso significasse ser explorado com baixos salários, não ter consciência crítica em relação ao trabalho realizado e estar reduzido a uma única escolha, no caso, o trabalho no campo. (Bentes; Hayashi, 2016, p. 861)

Percebe-se que o ensino no Instituto estava fortemente ligado ao surdos pertencentes a famílias menos abastadas, sendo assim, os trabalhos físicos eram direcionados unicamente para aqueles que eram considerados aptos para exercê-los. Entre 1871 até 1910, com a saída de Tobias Leite, o ensino da Linguagem articulada vai se intensificar, para os que eram entendidos como aptos para tal disciplina. Quem assume essa cadeira será um dos professores, que mais tarde irá se destacar de forma significativa na oralização dos surdos, Cândido Jucá¹².

A era pós-Huet, com influências de Tobias Leite e Cândido Jucá no Imperial Instituto para surdos-Mudos de Ambos os Sexos parece ter sido entremeada entre atitudes de normalidade e de diversidade na educação do indivíduo surdo, particularmente com a retirada e posterior volta da disciplina Leitura Labial, impondo a modalidade oral para os mais aptos. (Bentes; Hayashi, 2016, p.862)

Entre os dias 6 e 11 de setembro de 1880, aconteceu um congresso na Itália, mais precisamente em Milão, reunindo cerca de 182 pessoas, vindos de diversos países, principalmente europeus, como Bélgica, França, Inglaterra, Alemanha,

¹² Segundo Rocha (2009) Cândido Jucá atuou inicialmente no Instituto como professor de linguagem escrita, sendo um forte defensor da articulação da fala nos alunos surdos, por isso não tardou a assumir a cadeira de fala articulada. Cândido Jucá que ficou conhecido por seu conhecimento na área de fonética e por desenvolver a capacidade de leitura labial nos alunos surdos.

Suécia, Estados Unidos, Itália e Canadá. O objetivo era discutir a educação dos surdos, desde o número de alunos por sala nos Institutos, até o mais importante e marcante, a metodologia que deveria ser adotada na educação dos surdos, o método oral ou de sinais. (Silva, 2006). No congresso a maioria dos representantes eram pessoas ouvintes, sendo que os surdos, que eram os maiores interessados no assunto que seria debatido, não foram ouvidos ou levados em consideração. Depois de dias de debate, os ouvintes com sua superioridade decidiram que a língua que deveria ser adotada como primeira a ser ensinada era o oralismo. Sá (2010) destaca que apenas um educador surdo estava presente.

O Congresso elencou oito resoluções que deveriam ser seguidas na educação dos surdos. Nesse sentido, Strobel (2008) aborda que, antes do Congresso de Milão a língua de sinais era usada livremente dentro dos institutos e pelos surdos de forma geral, porém, após o congresso a língua de sinais se tornou proibida. Sá (2010) nos lembra que primeiramente se tentou isolar os surdos, mas como ao colocá-los em institutos e juntá-los nesses espaços a língua de sinais se difundiu ainda mais, agora o isolamento se tornou mais cruel, proibindo o uso da língua de sinais.

Nas resoluções 1 e 2, podemos perceber que o oralismo foi enaltecido diante da língua de sinais, para além deste enaltecimento, notamos que ali também uma responsabilização dos governos por esse novo modelo de educação, além de tornar responsável os professores oralizados a criação de materiais próprios para que essa oralização se torne possível, conforme as resoluções 3, 4 e 5.

As resoluções 6, 7 e 8 deixavam claro que a língua oral deveria ser a única utilizada para ensinar os surdos, ainda que essa mudança acontecesse de forma gradual. O método oralista não foi simples ou calmo, pelo contrário, era violento e assertivo, sendo as medidas adotadas as mais diversas, desde proibir que os alunos se comuniquem, fazê-los sentar-se sobre as mãos para que não possam sinalizar, fora a demissão dos professores e auxiliares surdos. (Lulkin, 2000).

O Congresso de Milão representou não somente um retrocesso, mas também um completo fracasso na educação dos surdos, abandonado todo o avanço que se tinha conseguido alcançar até aquele momento, foram cem anos de prejuízo. Um dos defensores do oralismo foi Alexander Graham Bell, que defendeu o isolamento dos surdos, proibição de casamento entre eles e, principalmente, proibição total do uso da língua de sinais. (Witkoski, 2010). Portanto, ocorreu um retrocesso na

educação dos surdos, bem como processos de violência e abuso, não somente físicos, mas também simbólicos, buscando apagar por completo a principal marca da identidade dos surdos, a Língua de Sinais.

No Brasil, assim como em outros países, o impacto do Congresso foi sentido fortemente, sendo assim a matéria de Linguagem articulada passou a ser lecionada novamente, tendo como caráter de urgência na busca por professores (Santos e Sofiato, 2020).

Conforme as orientações eleitas no Congresso de Milão, a língua de sinais também passou a ser terminantemente proibida no Instituto Imperial de Surdos-Mudos. Sendo assim, por cerca de cem anos, os surdos foram tratadas em uma perspectiva eugenista, tendo sua língua marginalizada e abolida.

1.5 Considerações Finais

Esse capítulo buscou realizar um levantamento da História dos surdos, tendo como foco a fundação do Imperial Instituto para Surdos-Mudos, hoje o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Atualmente, o INES é um órgão pertencente ao Ministério da Educação, tendo o objetivo de incentivar e divulgar pesquisas relacionadas à surdez, além do desenvolvimento de uma formação bilíngue e oferta de serviços especializados para pessoas surdas.

Concluimos que a história dessa comunidade é marcada por muitos desafios, principalmente na área da comunicação, onde a língua de sinais raramente foi reconhecida como algo inerente ao ser humano, sem contar a falta de acesso aos espaços e a discriminação.

Ao analisar os documentos primários como o Almanak e os relatórios ministeriais abordados neste capítulo, notamos que o Instituto Nacional de Surdos representou um avanço significativo no Brasil. Ainda que possamos perceber, com os nossos olhares atuais, algumas falhas, precisamos também apontar que o Instituto foi uma ferramenta importante para a criação da Identidade dos surdos brasileiros. Ao colocar os surdos em um local, e ensiná-los, dando-lhes dignidade e educação, a criação do Instituto foi um passo imprescindível, para que assim se criasse uma Comunidade unida e resistente.

A história relatada é constituída pela luta e resistência ao sistema por parte da comunidade surda. Essa batalha contra a opressão dos surdos ao longo da história

se faz reconhecer, principalmente, na busca pela valorização de sua cultura e língua, em especial no reconhecimento da língua de sinais como uma língua e, não menos importante, como marca de sua identidade.

Logo, este capítulo nos faz refletir que, por ser fruto de um desenvolvimento histórico complexo, a Libras é resultado da interação das comunidades surdas brasileiras. Nesse sentido, ela é entendida não apenas como um meio de comunicação, mas também como uma forma de manifestação artística e cultural, e como o principal marco da identidade dos surdos brasileiros, pois, é através dela que os surdos podem acessar o mundo, compreendê-lo e se fazer compreender.

Para os surdos brasileiros, o Instituto foi muito mais que uma simples escola, mas um local de importância para o desenvolvimento e para a manutenção da cultura e da identidade surda. O Instituto trouxe para dentro do país a valorização da língua de sinais, além de torná-la um meio legal de comunicação e de expressão, já que é nessa época que a Libras se desenvolve. Sendo assim, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos teve e tem um papel crucial na história da educação dos surdos no Brasil e para a História dos próprios surdos, além da crescente produção de conhecimentos na área, tornando os Conhecimentos surdos um campo que cresce cada dia mais.

Pode-se concluir que o etnocentrismo ouvinte, ou ouvicentrismo, faz com que a sociedade valorize mais a identidade e a cultura dos ouvintes, tratando-as como superiores. Isso cria uma visão dominante que desvaloriza a cultura surda e dificulta seu reconhecimento e respeito.

2. LIBRAS – MAIS QUE UMA LÍNGUA, UM PATRIMÔNIO CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA

2.1 Introdução

O segundo capítulo é caracterizado por uma análise do Corpus da Libras, que foi encabeçado pela pesquisadora Ronice Müller Quadros, realizada entre 2014 e 2018, com financiamento do IPHAN. O foco da discussão é a dialogia com autores que analisam a resistência ao movimento impositivo do oralismo. A partir destes levantamentos foram feitos apontamentos sobre a discussão da Libras ser reconhecida pela comunidade surda como um Patrimônio Cultural.

O capítulo é centrado na discussão da exclusão e solidão da comunidade surda em meio aos ouvintes, além do desgaste psicológico que isso causa, analisando as leis de inclusão para pessoas surdas, apontando seus cumprimentos e descumprimentos.

A problemática de “língua ou linguagem” foi abordada na introdução da dissertação de forma resumida, mas é necessário voltarmos aos conceitos para que assim se possa compreender melhor o desconforto e o incômodo para a comunidade surda quando se classifica a Libras como uma linguagem e não como o que ela realmente é garantido por lei, uma língua.

Bakhtin (2016) entende a língua como uma produção das interações humanas, viva e mutável, que se modifica ao longo do tempo e das vivências: “A língua se deduz da necessidade do homem de expressar-se, de exteriorizar-se” (Bakhtin, 2016, p. 289). O filósofo nos explica que a língua - embora possa ser alterada de acordo com quem a usa - possui recursos lexicais, morfológicos e sintáticos. Miranda (2010) também traz que a língua é um conjunto de códigos, organizados de formas que a mensagem consiga ser transmitida de forma clara. Sendo assim, podemos entender que “(...) as verdadeiras línguas de sinais são, de fato, completas em si mesmas: sua sintaxe, gramática e semântica são completas, possuindo, porém, um caráter diferente do de qualquer língua falada ou escrita.” (Sacks, 2010, p.37).

Sacks (2010) não nos deixa perder de vista a importância e a formalidade da língua de sinais como uma língua. Nesse sentido, podemos comparar as colocações de Bakhtin (2016) e Sacks (2010), pois o segundo autor coloca que, a língua vai

muito além da formalidade. Ou seja, a língua está no cotidiano e no desenrolar da vida, pois é através da língua que expressamos nossos pensamentos e nossa visão de mundo. Bakhtin (2016), nos explica que a língua acontece na vida, na convivência entre os mais diferentes grupos, e ali ela se inventa e reinventa, pois não é algo estático no tempo, mas vivo, que se metamorfoseia de acordo com o local onde está sendo utilizada. Sendo assim, “a linguagem é uma atividade de interação social, ou seja, é uma manifestação de competência comunicativa, definida como capacidade de manter a interação social mediante a produção e o entendimento de textos que funcionam comunicativamente.” (Chagas, 2008, p. 72). Nessa linha, Sacks (2010) nos lembra que, a língua de sinais acontece no âmbito biológico e cultural.

No caso da língua de sinais, aquilo que distingue, seu ‘caráter’, é também biológico, pois se alicerça nos gestos, na iconicidade, numa visualidade radical que a diferencia de todas as línguas faladas. A língua emerge – biologicamente – de baixo, da necessidade irreprimível que tem o indivíduo humano de pensar e se comunicar. Mas ela também é gerada, e transmitida – culturalmente – de cima, uma viva e urgente incorporação da história, das visões de mundo, das imagens e paixões de um povo. A língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a um outro modo sensorial; mas é também, e igualmente, uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas. (...) a língua de sinais, porque ela é a voz – não só biológica, mas cultural, e impossível de silenciar – dos surdos. (Sacks, 2010, p. 105)

Miranda (2010) aponta que a linguagem é um termo mais abrangente e abstrato, pois muitas manifestações podem ser classificadas como tal, inclusive as não humanas, como a linguagem das abelhas, a linguagem de sinais de trânsito.

Diante dos dados apresentados até aqui, podemos concluir que, o reconhecimento da Libras como uma língua fez parte de um processo de luta e resistência da comunidade surda. Para além disso, ela é tão complexa quanto qualquer língua falada e carrega em si a força de simbolizar o mundo para os surdos. Encerramos esse tópico com uma frase dita no Museu da língua portuguesa em relação a libras “Meu corpo, minha língua”, pois como nos expõe Chagas (2008), a língua de um grupo é reflexo de sua cultura, e é através dessas formas de discursos que o mundo pode ser acessado.

2.2 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia: Libras como um processo de resistência e Luta da comunidade surda

*Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão, não
A minha gente hoje anda falando de lado
E olhando pro chão, viu*

*Você que inventou esse Estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão
(Apesar de você – Chico Buarque)*

A música escolhida para dar início a esse capítulo é a emblemática e conhecida canção de Chico Buarque, “Apesar de Você”. Lançada em 1971, em plenos anos de chumbo da Ditadura Militar, a canção traz em seus versos muito simbolismo, abordando a opressão corriqueira dos 21 anos de ditadura. Mas, para além disso, a canção ressalta a luta e a resistência contra a repressão promovida pelo sistema. Ainda sobre o simbolismo dos versos, a escolha da canção se dá pelo seu contexto histórico. “Apesar de você” enganou os censuradores, sendo um sucesso estrondoso, que tocou em rádios e em shows de artistas famosos, sendo, após algum tempo, censurada e proibida no país. Assim, é possível fazer uma analogia com a proibição das línguas de sinais em dado momento da história, mas que continuaram a existir e resistir, driblando os censores e galgando espaço entre a comunidade surda.

Essa canção foi uma decisão extremamente consciente ao explorar o poder simbólico como uma forma de resistência contra a opressão praticada de forma violenta contra a vida de diversas pessoas, de diversos setores sociais. Sendo assim, a abertura do capítulo por esta canção é uma escolha para narrar a história dos surdos a partir de sua luta e resistência, pela busca dessa comunidade por espaços e direitos. Aqui tem-se a intenção de evidenciar os surdos como protagonistas da própria história, de suas próprias narrativas. Para isso, precisamos primeiro recapitular alguns eventos históricos importantes que impactaram a vida desses sujeitos.

O Congresso de Milão, que ocorreu em 1880, foi um marco negativo na história dos surdos. O congresso foi protagonizado por educadores oralistas, como já abordado no capítulo anterior, excluía a participação dos surdos. Quando o congresso terminou, a decisão tomada foi que, a partir dali, a educação dos surdos se voltaria para o oralismo, apontado como método de ensino ideal e correto, devendo ser adotado, a partir daquele momento, em escolas e instituições voltadas para surdos. As medidas usadas para garantir que a determinação fosse acatada e esse modelo educacional fosse adotado eram violentas: os alunos deviam sentar-se nas próprias mãos; as janelas que ficavam nas portas foram retiradas para que não pudesse acontecer o contato visual com o mundo externo e professores surdos foram demitidos das escolas (Lulkin, 2000).

A decisão pelo oralismo ignorou por completo todo o avanço que havia sido feito e conquistado pelos surdos, famílias, professores e institutos. Tudo foi deixado de lado, o que resultou em quase cem anos de retrocesso (Witkoski, 2015).

Os prejuízos desses quase cem anos de retrocesso foram enormes. As reais possibilidades de aprendizagem para os surdos foram diminuídas. O surdo era obrigado a falar e a ler lábios, porque aquele era o modelo de perfeição. Quando os professores surdos foram afastados dos institutos, as crianças surdas perderam a possibilidade de os terem como espelho, para então criar a identidade surda, os deixando totalmente à mercê do modelo oralista (Witkoski, 2015). Nesse sentido, Strobel (2008) explica que o contato da criança surda com um adulto surdo é de máxima importância, pois:

(...) a necessidade de refletirmos com seriedade na importância de trazer as crianças surdas ao contato com surdos adultos para criarem um vínculo identificatório cultural, a fim de evitar que essa habitual dúvida surgida com o 'olhar' ao redor na vida cotidiana possa pesar nas suas reflexões e provocar futuras angústias e ansiedades. (Strobel, 2008, p. 41)

Salerno (2016) aponta que o Brasil, assim como diversos outros países, acatou rapidamente as decisões impostas pelo Congresso de Milão. Sendo assim, o ensino e uso da língua de sinais tornou-se proibida. Nesse sentido, a partir de 1881, a língua de sinais foi proibida no Instituto Imperial de Surdos-Mudos, e por consequência, a partir de 1895, o instituto teve uma diminuição drástica de professores surdos.

Na introdução da dissertação foi abordado, a partir de Foucault (1996), que, a produção do discurso não é natural, mas controlado, pois algumas histórias são narradas, enquanto outras são deixadas às margens. Nesse sentido, Perlin (2003) elucida que as narrativas a respeito da resistência e luta dos surdos é deixada para o esquecimento, relegada ao escuro da história e, assim, a narrativa do surdo incapaz, passivo, consolidou-se e ganhou cada vez mais força. Cabe, então, ao historiador, a pesquisa e a indagação às fontes, para não se permitir cair no perigo das histórias únicas, conforme bem nos lembra Ngozi (2019).

Ao analisarmos o que ocorreu após o Congresso de Milão, não podemos ignorar as propostas teóricas educacionais apontadas, não por um autor, mas por vários, porém, não podemos acreditar que tudo foi absoluto e que, a partir dali todos os locais de educação para surdos passaram a adotar as teorias que ali foram abordadas. Precisamos compreender que mesmo depois do que foi decidido em Congressos outros ocorreram, mas além disso, os surdos que lutaram e resistiram antes, continuaram lutando e resistindo, e é justamente essas lutas que precisam ser lembradas, pois “É possível dizer que a luta dos surdos é uma marca que atravessa a história” (Vieira, 2022)

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar
(Apesar de você – Chico Buarque)*

“Como vai proibir, quando o galo insistir em cantar”, embora a língua de sinais tenha sido proibida, repelida de forma punitiva e marginalizada, ela passa a ser usada pelos surdos em seu dia a dia como uma forma de lutar contra a opressão do oralismo (Benvenuto e Séguillon 2013; tradução de Carliez, 2016). Não há como impedir quando o povo decide resistir e “cantar”, assim, podemos entender que “apesar de você, amanhã há de ser, outro dia.” A luta e a resistência que a Libras representou foi além da proibição, foi uma luta por um processo de garantir direito a

sua existência e dignidade como cidadãos. Como explica Sacks (2010), a representação da língua de sinais marcou de forma cruel a deterioração da educação das crianças surdas e da instrução da vida das pessoas surdas, afinal, o oralismo não funcionou.

Segundo Perlin (2003), as primeiras organizações surdas tiveram seu início em 1834, quando um professor do Instituto de Paris, Ferdinand Berthier, junto com alguns colegas, criaram o primeiro comitê de surdos-mudos, decidindo realizar banquetes anuais, alegando ser uma celebração em homenagem ao nascimento do Abade L'épée, considerado o pai dos surdos. É necessário pontuar que, inicialmente, esses banquetes precisavam ser aprovados e autorizados pelo governo (Benvenuto e Séguillon, 2013; apud. Carliez, 2016).

Nos banquetes eram bem-vindos, além dos surdos, os amigos dos surdos, familiares e intérpretes, que inclusive eram responsáveis por traduzir para os ouvintes que não tinham domínio da língua de sinais. Mais tarde, para além dos jantares e dos brindes, foram introduzidos em missas, bailes e entretenimentos durante o dia do banquete (Benvenuto e Séguillon, 2013 apud. Carliez, 2016).

No século XIX, esses banquetes se tornaram espaços de resistência e constituição do sentimento de uma nação surda: “Os banquetes dos surdos-mudos, mobilizações contra o risco que corria a língua de sinais, tinham na verdade uma função eminentemente política e usava como pretexto a homenagem do abade” (Benvenuto e Séguillon; 2013, tradução de Carliez, 2016; p. 64 – 65).

Um dia depois do Congresso de Milão, foi fundada na França a Sociedade de Apoio Fraternal aos Surdos, sendo encabeçado por Joseph Cochefer. Não demora para que a iniciativa se espalhe e outras associações sejam criadas, surgindo então desses movimentos, um grupo representativo de surdos franceses que defendia e lutava por seus direitos (Benvenuto e Séguillon, 2013, apud. Carliez, 2016).

Destaca-se, conforme Rodrigues, Machado e Vieira (2020), outros congressos ocorreram após o de Milão, vários em oposição às decisões tomadas neste último. Sendo assim, é notável perceber que o oralismo não foi aceito de forma unânime e passiva. Ocorreram muitos congressos debatendo essas questões da educação dos surdos, podendo ser citado, por exemplo, o Congresso de Bruxelas, que ocorreu três anos após o de Milão. Além disso, a partir de 1889, associações de surdos passaram a organizar seus congressos, como o de Chicago (1893), o de Genebra e o de Paris em 1889, onde foi discutida a assistência e

educação para os surdos. Podemos perceber que os congressos foram espaços de resistência, configurando um ato de movimento e luta dos surdos contra o oralismo (Benvenuto e Séguillon, 2013, apud. Carliez, 2016).

Esses congressos nos apontam que, embora tenham tido consequências depois das decisões elencadas no Congresso de Milão, os surdos não deixaram de lutar, a resistência permaneceu acontecendo. E “O apagamento dessas lutas colocando os surdos como oprimidos e não como resistência produziu silenciamentos muito sérios, entre os quais está o dos próprios surdos como seus protagonistas na busca de um outro governo linguístico para si.” (Vieira, 2022).

O método oralista adotado a partir do Congresso de Milão, mantinha a lógica do surdo doente que precisava ser tratada e curada. O método se mostrou falho e ineficaz. Kezio (2016) aponta que foram realizadas pesquisas que mostraram uma diminuição no desenvolvimento e desempenho dos surdos no âmbito cognitivo. Não podemos perder de vista as sobrecargas emocionais que o método oralista trouxe para os surdos, violências físicas e simbólica, além do isolamento causado à comunidade. Porém, o método se mostrou ineficaz porque a criança surda não participava efetivamente da cultura ouvinte, embora estivesse inserida nela obrigatoriamente. Sendo assim, a aquisição da língua não se tornava algo espontâneo, afinal, a cultura ouvinte e a cultura surda são diferentes e são adquiridas de formas diferentes, enquanto a cultura ouvinte se faz na audição, a cultura surda é baseada no visual (Kezio, 2016).

Diversos autores apontam que o método oralista gerou um déficit gigantesco na educação dos surdos, impedindo que os alunos se desenvolvessem de forma plena e alcançassem todo o potencial ou níveis mais altos de escolarização. A decisão do congresso teve um impacto significativo no Brasil, muitas disciplinas foram alteradas e o instituto se tornou um local de oralização dos surdos, deixando seu lado seu objetivo primário, o de escolarizar os surdos. (Jannuzzi, 2006 apud. Boeira, 2022).

A ineficácia do método focado no oralismo, na década de 1960, desencadeou múltiplas pesquisas nos Estados Unidos que concluíram que os surdos filhos de pais surdos tinham resultados significativamente melhores e, a partir disso, voltou-se para outro método, o da Comunicação total (Zanoni, Santos; 2014). Neste método entendia-se que o problema não era a surdez, mas sim a falta de comunicação, e assim, usava-se o português e a Libras concomitantemente. No entanto, o método

da Comunicação Total tinha suas falhas que prejudicam o aprendizado e desenvolvimento dos surdos, pois, a Libras e o português têm estruturas muito diferentes, explica Boeira (2022).

Durante o século XIX, os surdos se aproximaram das atividades esportivas. “A exemplo do movimento esportivo dos ouvintes, o ciclismo passa a ser a essência da construção do movimento esportivo silencioso, o que nos é mostrado por elementos da história dessa prática esportiva” (Benvenuto e Séguillon, 2013, apud. Carliez, 2016; p.72). Salerno (2016) aponta que em 1930, ex-estudantes do INES, participantes do grêmio da instituição, promoviam jogos e, então, logo criou-se ali a primeira Associação Brasileira de Surdos-Mudos. A autora ainda nos diz que a fundação se deu na data de 16 de maio de 1953, com a ajuda da professora de surdos Ivete Vasconcelos, que cedia o pátio do prédio onde residia para que as reuniões pudessem acontecer. Fundou-se então uma associação de surdos, a partir da participação deles nesses locais de debate. Ao retornarem para suas cidades de residência, muitos alunos fundaram novas associações, e assim o movimento foi se tornando cada vez maior e presente. Em 1987, foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS¹³), que desempenhou - e ainda desempenha - um papel fundamental na história dos surdos, na luta por direitos e sua integração na sociedade.

A FENEIS existe até os dias atuais, sendo associada à Federação Mundial dos surdos¹⁴, e ainda hoje, segundo descrição do site da Federação, seu principal objetivo é a luta pela defesa das políticas linguísticas, buscando difundir a língua de sinais, objetivando difundir e valorizar a cultura surda.

Segundo Brito (2016), em 1980, o Brasil passa por uma onda de ressurgimento dos movimentos sociais, onde se cria o movimento social dos surdos, embora a luta nunca tenha deixado de acontecer. Contudo, nesse momento, o movimento não carregava em si a busca por uma identidade pelo direito à língua. Nesse princípio, o movimento ainda se assemelhava aos movimentos dos cegos ou dos deficientes físicos (Moura, 2000; Soares, 2005 apud Brito, 2016). Nessa época, a partir de estudos da linguista Lucinda Ferreira Brito¹⁵, foi difundido o método

¹³ Disponível em: <https://feneis.org.br/o-que-e/>

¹⁴ A World Federation of the Deaf foi fundada em Roma, em 23 de setembro de 1951. Disponível em: <https://wfdeaf.org/our-work/>.

¹⁵ Possui graduação em Letras-Português pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971), mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1974) e doutorado - University de Paris IV (1977). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalha desde

bilíngue, segundo o qual, primeiramente o surdo aprende a Libras e a partir disso irá aprender o português e outros conhecimentos, conforme aponta o corpus da Libras.

Nas universidades, o movimento pelos direitos dos surdos começa a ganhar força. Em 1993, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), oportunizado pelo grupo de pesquisa “Estudo da Libras, aquisição da linguagem e a aplicação à Educação de surdos”, é organizado o II Congresso Latino-Americano de Bilinguismo (Língua de sinais/Língua oral) para os surdos. Antes do Congresso, ocorreu um minicurso a respeito da metodologia de ensino da Língua de Sinais Americana (ASL) e interpretação da mesma (Salerno, 2016). Em 1999, aconteceu o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue, organizado por uma parceria entre a FENEIS, o Núcleo de Pesquisa e Políticas Educacionais para surdos e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 2001, aconteceu a 1ª Conferência de Direitos e Cidadania dos surdos do Estado de São Paulo. Ali foram apresentadas propostas para a conquista de seus direitos e exercício da cidadania (Salerno, 2016).

Felipe (2005), na edição nº 24 da revista da FENEIS, faz um histórico das lutas dos surdos em conjunto com as associações para que a Libras fosse reconhecida como língua e se tornasse um direito. Em 1999, é enviado para o MEC/SEESP um documento criado pela comunidade a partir do V Congresso Latino-Americano Bilíngue para surdos, intitulado “Que educação nós surdos queremos”. A partir desse documento, o MEC promoveu reuniões que resultaram na formulação de outro documento, intitulado “Diretrizes para a educação dos surdos”. Neste documento alguns pontos foram elencados pelos surdos, sendo alguns desses pontos importantes de serem destacados, pois demonstram uma busca por reconhecimento da língua e principalmente a busca por direitos e respeito.

1977 nas áreas Semântica e Pragmática da Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, focalizando, principalmente, os seguintes temas: significado, cognição, espaço, dêixis, pressuposição, atos de fala e categorização gramatical do contexto. Desde 1979, vem trabalhando com as línguas de sinais do Brasil, a LIBRAS e a LSKB (língua de sinais dos índios Urubus-Kaapor da Floresta Amazônica). No estágio de pós-doutorado em Berkeley, trabalhou, na Faculdade de Filosofia, com teoria dos atos de fala, junto a J. Searle e, no Departamento de Lingüística, no segundo ano, com semântica e pragmática, bem como aquisição, junto aos professores C. Fillmore, G. Lakoff, S. Ervin-Tripp, Gumperz, P. Kay, Slobin e outros. No estágio de pós-doutorado em Nijmegen, seu trabalho junto a S. Levinson e G. Senft, centralizou-se mais na área de Pragmática e em questões de espaço e cognição (CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

1 – Propor o reconhecimento da língua de sinais como língua da educação do surdo em todas as escolas e classes especiais de surdos.

2 – Assegurar a toda criança surda o direito de aprender línguas de sinais e também português e outras línguas.

7 – Propor iniciativas visando impedir preconceitos contra surdos.

14 - Realizar estudos a fim de levantar a real situação educacional dos surdos: escolaridade, número de surdos não atendidos, evadidos, analfabetos etc.

16 – Respeitar a decisão do surdo em usar ou não aparelho de audição. Não impor o uso do mesmo, nenhum surdo pode ser obrigado a usar aparelho auditivo, já que essa decisão deve ser consciente. (Grupo Feneis, 2018, p. 4 - 5)

Os pontos aqui colocados são significativos, pois como já apontado anteriormente, buscam a valorização da língua de sinais e acima disso, buscam assegurar que elas sejam um direito. Porém, é importante também apontar a diretriz n. 16, pois, entende-se que os surdos passaram por sessões e experimentos, sendo assim, esse tópico vai além de garantir direitos, mas a busca por respeito e autonomia, garantindo que o uso dos aparelhos seja uma escolha de cada um.

Ainda nesse documento, buscou-se ressaltar medidas que propiciem e fomentem a formação da Identidade surda, como por exemplo:

54 – Incentivar o contato do surdo com a comunidade surda, pois a construção das identidades surdas se dá prioritariamente no contato com outros surdos. (Grupo Feneis, 2018, p. 11)

A partir do ponto 54, podemos nos voltar para a autora surda Karin Strobel (2008), onde ela explica que a Identidade surda é construída a partir do contato do surdo com a comunidade, para que ao longo da vida, não se sinta diminuído em sua diferença com o outro, o ouvinte, podendo assim se empoderar em sua identidade como surdo.

Quando estudamos a forma que uma criança aprende a se comunicar com o mundo, a forma como agir e até mesmo o aprendizado da fala, entendemos que tudo isso acontece através do contato da criança com o outro, por isso se entende a importância da brincadeira na vida da criança, “O contato físico-social e a comunicação são indispensáveis no desenvolvimento das crianças e uma das formas de instituir essa conexão é através do brincar.” (Ricardo, 2017). É compreensível que a identidade da criança surda seja formada no contato com o

adulto surdo, com aquele que já conhece o mundo, a língua e sabe como se posicionar nele. O autor aponta que:

De acordo com Vygotsky a brincadeira vem cada vez mais auxiliando a criança no seu aprendizado, no faz-de-conta a criança ainda não conseguindo separar o pensamento do objeto real, utiliza-se de objetos para simbolizar seu imaginário. Por as brincadeiras do faz-de-conta serem muito ricas, o adulto deve evitar emitir opiniões, deixando a criança à vontade para narrar (ou não) os papéis e as situações representadas (Ricardo, 2017, p. 18).

Nesse sentido entendemos por que o ponto 54 das Diretrizes para a educação dos surdos é importante, pois ele incentiva que essa identidade seja formada, mas além disso, incentiva, de certa forma, a união dessa comunidade, pois é através da união que a resistência e a conquista de direitos podem ser alcançadas.

Um dos exemplos mais claros e marcantes da eficácia dessa união é a lei nº 10.436/2002, pois a Libras passou a ser reconhecida como língua. Porém, somente em 2005, depois de muitas lutas, que a lei foi regulamentada, passando a ser realmente efetiva.

Nunca podemos perder de vista que, direitos são conquistados e não garantidos, ou seja, o reconhecimento da Libras enquanto língua veio por luta, estudo e resistência da comunidade e não por generosidade do Governo. Tendo em vista, que a Libras ao ser reconhecida como um Patrimônio brasileiro foi um movimento que envolveu muitas pessoas, muita pesquisa, muito estudo. Mas é, principalmente, uma conquista para a comunidade surda, pois esse reconhecimento carrega em si todo o simbolismo da luta da comunidade surda atrás dos direitos. Ter a Libras reconhecida como um Patrimônio auxilia na manutenção desses direitos.

2.3 A Libras e as políticas patrimoniais do IPHAN

Galucio, Moore e Voorte (2018) explicam que, cada língua é uma forma de expressão de um povo, pois ela carrega muito mais que a comunicação, levando consigo a cultura, a história e as tradições de uma determinada nação. Sendo assim, segundo os autores, podemos perceber a língua como um bem importante e um

patrimônio imaterial da humanidade, pois é através da língua que uma determinada cultura exerce seu direito de ser cidadão.

Dentro de um país é comum que uma língua seja majoritária, ao tomarmos o Brasil como exemplo, podemos apontar que a língua oficial falada é o português e, uma parcela significativa da sociedade brasileira acredita também que está é a única língua usada dentro do país (Galucio, Moore e Voorte, 2018). Sada (2019) nos traz dados importantes do IBGE de 2010, ao identificar que no Brasil são utilizadas mais ou menos 200 línguas, sendo entre elas, as línguas imigrantes, afro-brasileiras, línguas crioulas, indígenas e a que se destaca nessa dissertação, a língua de sinais. A autora também destaca que, embora nossa diversidade linguística seja tão rica quanto nossa diversidade cultural, essa diversidade ainda é extremamente ignorada ou desconhecida por uma grande parte das pessoas que compõem a nação brasileira.

A língua representa uma marca importante da identidade de um povo, como já descrito no início do tópico, carrega em si toda uma simbologia, a força da história e da tradição. Ao pensarmos na Libras, como já abordado neste capítulo, pode-se entender que ela é mais que uma forma de comunicação, pois carrega em si todo um símbolo e marca da luta por direitos de uma comunidade que por um longo período permaneceu às margens da história. Muito mais que uma forma de se comunicar com o mundo, para a comunidade surda, a Libras e a sua forma de existir no mundo, de se colocar nele, lutar e ocupar os mais diferentes espaços, que por muito tempo lhes foi negado e, ainda o é.

Pensar a Libras como um patrimônio cultural da comunidade surda, é pensar na formação da identidade surda pois, a Libras permite ao surdo ter liberdade para se comunicar, pois é através da Libras que a comunidade surda se relaciona com a sociedade em geral e interage com o mundo. Sendo fruto de um desenvolvimento histórico complexo, a Libras é resultado da interação das comunidades surdas brasileiras, sendo hoje entendida não apenas como um meio de comunicação, mas como uma forma de manifestação artística e cultural. Assim como toda língua a Libras possui uma estrutura própria, estrutura essa que reflete seu mundo e a forma como se manifesta. Através da Libras o surdo pode ir ao teatro, aos shows, ver poesia. A Libras é uma língua visual, porque a cultura surda é visual.

Durante o período de “chegada” dos portugueses às terras brasileiras muitas das línguas aqui existentes e usadas acabaram sendo completamente extintas, por

processos de assimilação ou até mesmo massacres e doenças (Rodrigues, 1993 apud Galucio, Moore e Voort, 2018). Além desses processos existiu outro muito significativo, nomeado de language shift, ou seja, processo no qual um povo abandona sua língua de origem e passa a usar a majoritária. (Galucio, Moore e Voort, 2018).

No sentido das extinções e apagamentos linguísticos, Sada (2019) alerta que, segundo dados da IPA (Instituto de Pesquisa Aplicada), até 2050, acredita-se que mais ou menos metade das línguas hoje usadas no mundo serão extintas. É a partir das possíveis ameaças de apagamentos que em 2010, através de movimentos que envolveram tanto o interesse civil quanto governamental, que a partir do decreto de lei nº 7.387 de 9 de dezembro de 2018, surge o Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL)¹⁶. No Artigo 1 consta que:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas. (Brasil. Decreto nº 7.387, de 23 de dezembro de 2010.)

Conforme o IPHAN, o INDL visa reconhecer, mapear, estudar e diagnosticar as diferentes expressões linguísticas do país e assim compreendê-las como parte essencial e significativa da diversidade cultural do país. O INDL entende que é preciso produzir conhecimento a respeito das línguas, a fim de produzir documentos e catalogá-los, assim, diagnosticando sua situação. A partir dessa busca por salvaguardar as línguas brasileiras, exposta no Artigo 2¹⁷ do decreto nº 7.387, foi proposto um Inventário Nacional da Libras, que envolveu uma série de ações e pesquisas, considerando desde idade dos falantes, sexo, escolaridade etc.

A respeito da inclusão das línguas no INDL, o guia de pesquisas do IPHAN elenca alguns princípios considerados fundamentais, sendo eles:

¹⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl>.

¹⁷Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira. (BRASIL. Decreto nº 7.387, de 23 de dezembro de 2010.)

A autodeclaração, ou seja, a possibilidade de uma comunidade se reconhecer como falante de determinada(s) língua(s) e indicar essa(s) língua(s) para a inclusão no INDL, como elemento(s) articulador(es) da sua cultura e identidade. Como consequência direta deste primeiro princípio, é necessário considerar sempre a associação entre língua, grupo social e cultura. Não se pode entender uma língua senão na sua relação com uma determinada comunidade linguística, pois sempre que uma prática social é considerada referência cultural, ela o é para alguma coletividade (IPHAN, 2016, p. 25).

O Corpus linguístico da Libras foi um documento que envolveu muitos profissionais e cerca de 3 anos para ser finalizado, tendo inicialmente um prazo de 24 meses e com uma prorrogação para mais 8 meses, conforme os documentos disponibilizados pelo site do IPHAN, sendo assim sua elaboração foi de 24/07/2015 a 11/12/2018.

No Corpus da Libras é abordado que as línguas de sinais nacionais apresentam um status de risco constante, não necessariamente pelo risco de serem extintas, mas sim pela forma tardia que são adquiridas por seus usuários. Também podemos pontuar a assimilação do português por uma parte significativa dos surdos.

(...) a menos que as circunstâncias sociais da aquisição das línguas de sinais nacionais sejam revertidas, por meio da garantia do acesso precoce das pessoas surdas a uma língua de sinais plena, rica lexical e gramaticalmente, os usuários primários das línguas de sinais nacionais continuarão fadadas a complicada tarefa de 'reinvenção da roda', isto é, recrioulização e reconstrução lexical de sua língua natural sob circunstâncias sociais altamente desfavoráveis. Assim, torna-se fundamental documentar essa língua e promover ações políticas que garantam a aquisição da língua de sinais de forma precoce e inserida na sua comunidade linguística. (Quadros et al, 2018; pg. 20)

Conforme documentos disponibilizados pelo IPHAN, através do convênio 811896/2014, por meio da chamada pública nº 04/2014 – Identificação, apoio e fomento à diversidade linguística do Brasil, foi disponibilizado o valor de R\$625.000,00.

Portando, foi realizado um mapeamento da Libras de 2014 a 2018, como resultado de um projeto financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Imaterial (IPHAN), Ministério da cultura, executado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com o

Instituto de Políticas Linguísticas (IPOL). (Quadros et al., 2018; pg. 15)

Quadros et al (2018), na introdução do inventário aponta que o trabalho teve respaldo no Decreto n. 7.387, responsável por validar a existência do INDL (Inventário Nacional de Diversidade Linguística), no Artigo 1 está posto:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (Brasil. Decreto nº 7.387, de 23 de dezembro de 2010.)

O Artigo 2º, um dos fundamentais deste decreto, estabelece pontos importantes para a preservação das línguas que compõem a identidade e a memória cultural da sociedade brasileira.

Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira. (Brasil. Decreto nº 7.387, de 23 de dezembro de 2010.)

Este artigo em específico se torna tão importante, principalmente para essa pesquisa, por trabalhar a diversidade linguística do país, focando na história e identidade dos grupos, focando em preservar e reconhecer as línguas que possuem valor cultural e histórico para os diferentes grupos que formam a sociedade brasileira, garantindo a manutenção dessas línguas, e que elas não sejam esquecidas ou apagadas ao longo do tempo, e é para que essa preservação seja garantida que se criou o INDL.

De acordo com informações divulgadas pelo portal do IPHAN a respeito do Inventário Nacional de Diversidade linguística:

(...) é uma política voltada para o reconhecimento da diversidade linguística como patrimônio cultural, por meio da identificação, documentação e ações de apoio e fomento. Por ser um instrumento com a dupla finalidade de pesquisar as línguas e reconhecê-las como patrimônio cultural, o INDL visa ao mapeamento, a caracterização e o diagnóstico das diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira. (Brasil. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN)

Ainda disponibilizado no portal oficial do IPHAN, é possível encontrar os principais objetivos do INDL, sendo eles:

- Promover e valorizar a diversidade linguística brasileira;
- fomentar a produção de conhecimento e documentação sobre as línguas faladas no Brasil; e
- Contribuir para a garantia de direitos linguísticos. (Brasil. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN)

Sendo assim, o Corpus teve como função principal identificar, documentar e valorizar uma das muitas línguas nacionais, protegendo assim nossa vasta e rica diversidade. Nesse sentido, ainda na introdução se explica que:

(...) o Inventário Nacional da Libras reúne os resultados do levantamento de campo realizado em sua vigência e também apresenta produções sobre a língua e suas variedades desenvolvidas ao longo de diversos anos de investigação. Busca-se, com isso, contribuir no processo de produção e organização de conhecimentos da língua e nas lacunas existentes. Além disso, com realização do Inventário, a Libras entrará para o grupo das línguas brasileiras reconhecidas como Referência Cultural Brasileira. (Quadros et al., 2018; p. 10)

As línguas brasileiras reconhecidas como "Referência Cultural Brasileira" são aquelas que fazem parte do (INDL). Sendo o inventário um instrumento importante que auxilia na valorização das línguas que representam a identidade, memória e ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Entende-se que, documentar e inventariar a Libras, além de uma forma de salvaguardar a língua, é uma forma de fomentar ações políticas e buscar por direitos que cabem aos membros da comunidade.

No site do Corpus, em uma das palestras que são disponibilizadas, Quadros (2017) explica que, o inventário tem como objetivo dar visibilidade para as línguas de sinais que são um fator comum no Brasil, reconhecendo e comprovando que usar as línguas de sinais é um direito linguístico dessas comunidades, além de garantir que essas línguas não se percam no tempo. Sendo assim, busca-se ao se garantir esse reconhecimento, que a Libras passe a ser mais valorizada.

No corpus foi criado uma mostra chamada de “surdos de referência”¹⁸, onde se escolheram 25 surdos. Quadros (2017) destaca em sua fala que o objetivo era incluir mais pessoas da comunidade surda, porém os recursos eram limitados. Essas pessoas foram escolhidas junto a FENEIS e as associações locais. São pessoas escolhidas em cada Estado e, tem uma colaboração significativa nas lutas e histórica da comunidade, sendo assim, são como acervos vivos, que trazem informações sobre suas histórias, além de discussões no campo educacional, mas também das intuições e meios artísticos.

No inventário é apontado que, embora a pesquisa tenha sido ligada a uma Universidade, a proposta foi apoiada pela comunidade surda, tendo como representantes desse apoio a FENEIS e a FMS – Federação Mundial de Surdos. Para abranger o maior número possível de pessoas, a pesquisa contou com entrevistas, respaldadas por termos de doação e concessão, além de formulários digitais – que passaram pelo comitê de ética da UFSC, sendo assim possível abranger uma parte maior do Brasil. Conforme abordado no inventário:

O termo também foi traduzido para a Libras, em forma de vídeo, desse modo garantindo máxima clareza aos informantes surdos sobre a importância e as implicações de sua participação na pesquisa. Além do termo, durante as entrevistas foi conversado sobre o Inventário Nacional de Libras e a pertinência da participação dos envolvidos, sendo solicitada a declaração pública quanto à relevância deste projeto para a comunidade surda. Todos os participantes consideram este trabalho importante para a preservação de sua língua, registro e história da comunidade surda brasileira. Os participantes informaram o quanto ficam felizes de estarem contribuindo para o inventário por meio da sua participação e, muitos deles, consideram uma forma de celebração da herança surda brasileira. (Quadros et al., 2018; p. 32 – 33)

Por meio das entrevistas e formulários foi realizado um mapeamento no país, que buscou compreender mais a fundo as características da comunidade surda brasileira. Conforme dados apresentados no inventário, 2.352 pessoas responderam os formulários, sendo 861 surdos e 1.491 ouvintes que tinham algum relacionamento com a comunidade. Entendeu-se que, de acordo com os surdos que contribuíram com o inventário, 52% eram mulheres e 48% homens, algo bem próximo aos dados obtidos pelo IBGE de 2010. Entre os usuários ouvintes da Libras, como os Codas

¹⁸ É importante colocar que, ao tentar acessar o acervo com as entrevistas, não consegui fazer, elas já não estavam disponíveis.

(filhos ouvintes de pais surdos), intérpretes e professores, além de outros membros da comunidade, predomina o número de mulheres, que correspondem a 76% dos contribuintes. (Quadros et al., 2018).

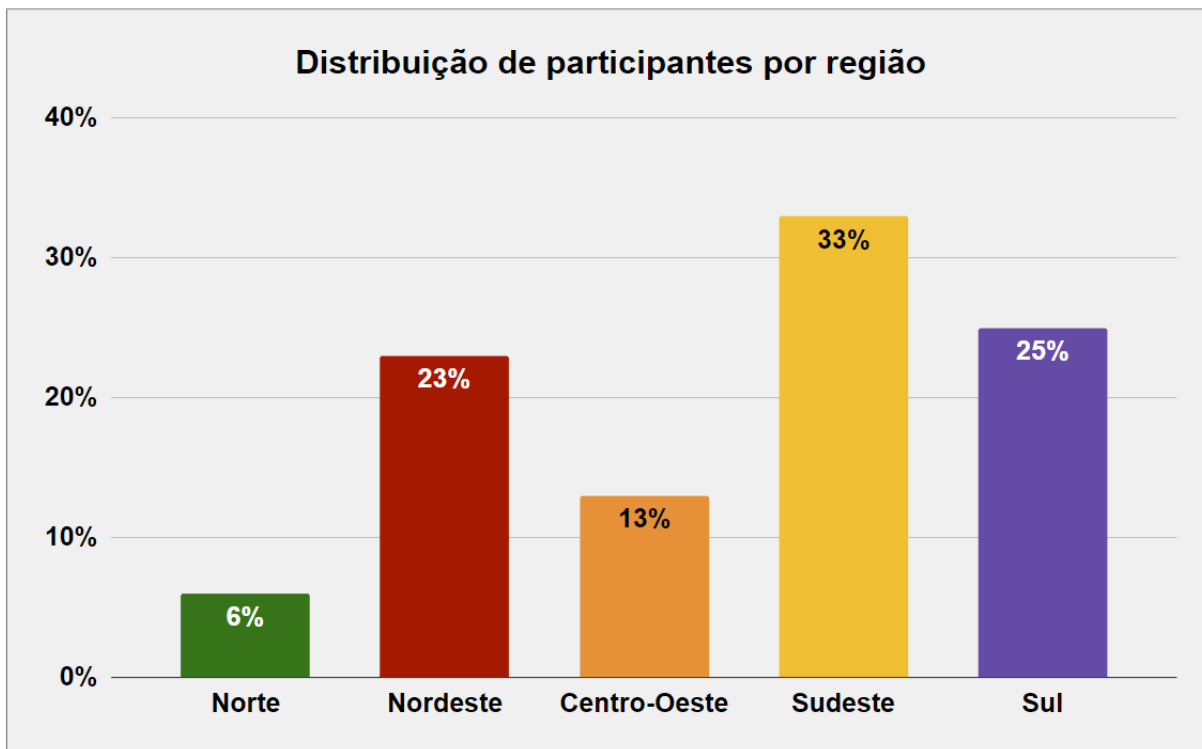
Ao analisar a idade dos participantes, percebe-se uma variação grande, sendo que, quanto mais velhos menor a porcentagem de usuários da língua. Este dado provavelmente se deve ao fato de fazer apenas 20 anos que a Libras é uma língua e passou a ser ensinada nas escolas, antes os surdos precisavam aprender português. Segundo as porcentagens, temos que 40% dos usuários têm entre 19 e 29 anos, 36% entre 30 e 39 anos, 13% têm entre 40 e 49 anos e, apenas 5% têm mais que 50 anos. É preciso apontar que as pesquisas foram realizadas apenas com maiores de 18 anos, assim os dados não incluem menores que essa faixa etária.

Como apontado antes, por meio dos formulários eletrônicos foi possível analisar o território brasileiro, fazendo um mapeamento de onde estão concentrados um número maior de surdos. Destaca-se que apenas o Estado de Roraima não teve nenhum participante. Regiões do país como o Nordeste apresentaram um número significativo no número de adesão à pesquisa, sendo 23%. O Centro-Oeste somou 13% e o Norte 6%, porém conforme a pesquisa, 25% dos surdos usuários da Libras moravam no Sul e 33% no Sudeste, somando 58% do total de surdos que contribuíram para o inventário. Uma explicação para esse fato apontado no inventário é:

Tal resultado relaciona-se diretamente à participação ativa da comunidade e movimentos surdos nessas regiões, as quais foram protagonistas em diferentes ações voltadas aos direitos dos surdos, como o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais através da Lei n. 10.436/2002. Além disso, os estados da região Sul e Sudeste possuem as mais tradicionais escolas bilíngues para surdos (Concórdia, Escola Helen Keller, Escola Frei Pacífico, Centro de Educação para surdos Rio Branco), a primeira instituição de surdos – Instituto Nacional de Educação de surdos (INES), o primeiro Instituto Federal de Educação Profissional voltado para a educação de surdos e formação de profissionais na área educacional e tecnológica – Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Palhoça Bilíngue e a Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos (FENEIS), entidade filantrópica com finalidade sociocultural, assistencial e educacional, no Rio de Janeiro. É da região Sul, especificamente, da Universidade Federal de Santa Catarina, o primeiro curso de Letras Libras (Bacharelado e Licenciatura) nas modalidades a distância e presencial e que hoje está sendo implementado em todo o Brasil. (Quadros et al., 2018; p. 110 – 111)

Nessa relação de territorialidade, o Corpus apresenta o número de participantes por Estado e, para uma melhor visualização dos dados apresentados, foi criado um gráfico com a representação dos números de participantes por região.

Gráfico 1 – Distribuição de participantes por região.



Fonte: Quadros et al, 2018.

Em relação a etnia dos participantes surdos, o Corpus aponta uma diferença em relação aos dados do Censo Demográfico de 2010, onde os surdos se declaravam 47,7% brancos, 43,1% pardos e 7,6% negros. Já nos dados do Corpus as respostas tiveram uma mudança significativa, onde 60% dos surdos se declaravam brancos, 31% pardos, 6% negros, 3% amarelos e 1% indígenas. Em relação às minorias o inventário aponta que:

É interessante ressaltar que duas minorias – indígenas e negros – têm ocupado seus espaços nos movimentos surdos através de eventos, atividades e pesquisas que buscam legitimar os direitos sociais, linguísticos e culturais desses grupos. No caso dos negros surdos, desde 2008 tem ocorrido o Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro surdo com o objetivo de promover um encontro que proporcione reflexões acerca da comunidade negra surda brasileira e os desafios enfrentados por essa minoria. (...) É importante destacar que há uma língua de sinais indígena registrada – a Língua de Sinais Ka'apor Brasileira, a qual foi descrita por Ferreira-Brito na década de 1980 (Quadros et al., 2018; p. 113).

A diferença nas porcentagens não sinalizada no Corpus, levantaremos uma hipótese a respeito da diferença nos dados, onde a porcentagem de participantes que se declaram negros e pardos é menor no Corpus, podemos pensar que, a pesquisa foi divulgada dentro das universidades, tendo um número menor de participantes. No caso do Censo é algo que acontece em todo o Brasil, e, embora a pesquisa do Corpus tenha objetivado esse alcance, é provável que por falta de recurso e tempo, não tenha conseguido abarcar o território brasileiro inteiro de forma uniforme.

Ao analisar o campo religioso 41% dos surdos se declararam como católicos, essa porcentagem tem relação importante com o que Boeira (2022) explica:

No Brasil, o espaço religioso foi o primeiro a conhecer a atuação do intérprete de Libras. Em 1980, iniciaram as interpretações para a língua de sinais dos cultos das igrejas; por isso, a história do intérprete de libras em nosso país tem muita vinculação com os contextos religiosos. (Boeira, 2022; p. 27)

A autora ainda aponta que, os primeiros movimentos em relação aos surdos estão imbricados com a igreja, como: a criação de materiais didáticos e a formação de intérpretes. Nesse sentido, os espaços religiosos foram responsáveis por dar início à popularização da Libras como uma forma importante de comunicação para a comunidade surda, sendo assim é fácil compreender a forte ligação da comunidade surda com as entidades religiosas, principalmente as religiões cristãs.

Outras religiões também foram apontadas pelos surdos durante as pesquisas, sendo Batistas e Testemunhas de Jeová, juntas, 15%, evangélicos 16%, espíritas 6%. No Inventário consta que:

Na presente pesquisa, o grande número de ouvintes usuários da Língua Brasileira de Sinais declarados de religiões evangélicas indica que de certa forma essas instituições são responsáveis também pela disseminação dessa língua. A notoriedade das atividades desenvolvidas pela Convenção Batista Brasileira, Testemunhas de Jeová e Igreja Luterana do Brasil está intrinsecamente relacionada ao olhar para a surdez do ponto de vista da sua particularidade linguística. Nesse viés, essas instituições promoveram ações religiosas que alcançaram visibilidade e impactaram outros contextos, principalmente no que se refere ao campo profissional, acadêmico e político. (Quadros et al., 2018; p. 116 - 117)

No âmbito da educação iremos nos deparar com a religião, pois cerca de 80% dos surdos apontaram nas pesquisas que aprenderam Libras depois dos quatro anos, algo considerado tarde para o desenvolvimento, sendo que 11% elencam que aprenderam Libras na Igreja, 44% nas escolas. Os dados destacam ainda mais a importância de uma educação bilíngue, outros 21% responderam ter aprendido nas associações, o que aponta a importância desses espaços. Nessa pesquisa, o que preocupa nesse levantamento é que apenas 7% apontam ter aprendido com a família, o que demonstra o total desconhecimento de muitas famílias em relação a importância da Libras para o desenvolvimento da criança surda. Ainda analisando no contexto da aquisição da língua e uso dela, 79% dos surdos afirmaram usar a Libras como sua potencial primeira língua no dia a dia e principal forma de expressão, mesmo que alfabetizados em português. (Quadros et al., 2018).

No sentido dos surdos que nascem em famílias surdas, Behares e Peluso (1997) apontam que, as línguas faladas só podem ser adquiridas pelos surdos como uma língua secundária, os autores explicam que:

(...) o conceito de primeira língua faz referências a fatores temporais: é aquela língua que ingressa em primeiro lugar no 'repertório' linguístico da criança. Quando se afirma que a língua de sinais é a língua natural do surdo, faz-se referência ao fato de que na presença dele o acesso do surdo é imediato, seja porque sua estrutura visual-manual lhe facilita (enquanto a língua oral só é acessível com apoio de um treinamento planejado), seja porque o fato de ser a língua de sua comunidade de referência, torna possível a interação espontânea (o que não é possível em uma língua oral). (Behares e Peluso, 1997, p. 40)

Os autores apontam que a língua de sinais é a primeira língua do surdo, pois ela garante um acesso imediato ao surdo, diferente das línguas orais, onde a criança surda é uma completa estrangeira, pois seu aprendizado exige um esforço muito maior. Os autores ainda explicam que:

A criança surda, desde o nascimento em lares ouvintes, é atravessada, como já se expôs, por uma língua que se de um lado a atravessa e fala por ela, de outro lado não consegue, de forma espontânea, permitir-lhe um retorno ao seu lugar de funcionamento. Isto é, já desde criança, a língua não pode ser falada. (Behares e Peluso, 1997, p.44)

Nesta segunda citação percebemos com mais ênfase algo já apontado pelo corpus, a grande parcela dos surdos nascem em famílias ouvintes, onde são expostos à uma língua extremamente excludente para eles e de difícil aprendizagem, tornando-se estranhos dentro da própria família, onde a comunicação torna-se muito complexa.

No caso da educação superior, o inventário destaca que a pesquisa foi divulgada por professores universitários, o que pode ter influenciado os resultados. Os dados apontam que cerca de 52% dos surdos destacaram ter concluído graduação e especialização, 20% estão cursando a graduação, 7% são mestres e 2% são doutores (Quadros et al., 2018).

Na introdução desta dissertação foi apontado que nem sempre a pessoa nasce surda. Apenas 13% dos surdos que responderam ao questionário nasceram surdos ou é genético, os outros 87% foram por outras causas. Estudos feitos para o corpus indicam que a surdez é causada por 27% rubéola, 15% de meningite e 9% de complicações gestacionais ou no parto, já os outros 36% apontam como sendo causas adversas. O Corpus sinaliza que 90% dos surdos nascem em famílias ouvintes, o que prejudica o aprendizado da língua, como citado acima, apenas 7% dos surdos aprendem Libras com a família. (Quadros et al., 2018).

O inventário da Libras é uma ferramenta fundamental para o reconhecimento e valorização da Língua Brasileira de Sinais, além disso, é um marco considerável, visando ser a primeira Língua de sinais a ser incluída no Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL). Já, o corpus ressignificou a Libras enquanto língua, além de buscar que os direitos assegurados por lei sejam garantidos, como a acessibilidade e o ensino bilíngue. Inventariar a Libras e entendê-la, fortalece não apenas a preservação dessa língua, que é importante para uma parcela significativa dos brasileiros, mas é uma forma de demonstrar que o país se compromete com a inclusão de todas as diversidades. O processo demonstra que não é uma conquista isolada, mas sim mais um passo na longa caminhada que vem sendo traçada a muito tempo, buscando igualdade de direitos e a acessibilidade, além do acesso cada vez maior à educação, informação e participação na sociedade.

É necessário informar que, o Corpus da Libras¹⁹ está disponível para consulta, com todos os documentos e vídeos para acesso livre, incluindo o livro usado nessa pesquisa como referência. É um documento extenso e muito rico em

¹⁹ Disponível em: <https://corpuslibras.ufsc.br/inicio>.

informações, que possibilita pesquisar informações diversas que abrangem, por exemplo, a região onde os surdos moram, demonstrando que a libras não é uma língua com demarcação geográfica, mas sim de comunidade. O Inventário também mapeou dados sobre diversidade de gênero, escolaridade, etnia e religião, buscando caracterizar essa comunidade e compreender sua diversidade dentro do Brasil. Além do site, outro produto fruto do projeto foi o livro publicado pela editora Garapuvu, intitulado Língua brasileira de sinais: patrimônio linguístico brasileiro, que contém o relatório do inventário.

O livro compila o Corpus da Libras de forma abrangente, porém há espaço para apresentar a riqueza do site. No portal Libras são disponibilizados um conjunto de produções e pesquisas, que foram usadas para compor o livro. Esses trabalhos são um meio de salvaguardar e valorizar as variações linguísticas, além de incentivar o conhecimento a respeito da Libras.

O corpus tem quatro objetivos fundamentais, detalhados na apresentação do site. Esses objetivos ajudam a estruturar a proposta do projeto e orientam sua aplicação prática para pesquisas.

- 1º Disponibilizar para consulta os materiais desenvolvidos durante a pesquisa, fazendo isso de forma gratuita.
- 2º Expor as variações da língua e sua gramática.
- 3º Apresentar materiais e tecnologias que ajudem pesquisas futuras na área das Línguas de Sinais
- 4º O Corpus armazena registros linguísticos, cultural e histórico.

O site ao disponibilizar todos os dados levantados, os torna acessíveis para a população, democratizando o acesso. Além disso, foi disponibilizado no site o livro do Corpus, em formato de PDF.

O site conta com uma gama de vídeos de palestras que foram apresentadas durante eventos, deixando-o ainda mais rico pois, são palestras apresentadas em Libras e feito a tradução-voz, o que mostrou como o processo de construção desse material envolveu a comunidade surda, além de registrar variações linguísticas e culturais. Bem como sua organização em três partes o que torna o acesso rápido, fácil e intuitivo, além disso, qualquer dúvida que se tenha a respeito do corpus, até mesmo a forma de citar e referenciar está disponível.

A primeira parte é composta por materiais como artigos, vídeos, fotos e textos traduzidos. A segunda ensina a catalogar e armazenar documentos e a terceira

explica e apresenta o processo de transcrição dos documentos que foram produzidos em Libras. Essa terceira parte do Site foi um espaço importante para essa dissertação, pois inicialmente pretendia-se deixar todos os materiais que foram produzidos em Libras sem uma tradução para português, afinal, não é comum ver a tradução de documentos para Libras, porém, ao acessar o Site, a pesquisadora entendeu que essa tradução era importante, para que a pesquisa fosse difundida.

A conquista do Corpus da Libras foi um ponto fundamental para a comunidade surda, porém, não é uma conquista única. As políticas de preservação e difusão da Libras incentivam a participação das pessoas surdas na sociedade, evidenciando a importância dos intérpretes de Libras e de leis que garantam a inclusão de surdos em ambientes escolares, profissionais e culturais.

Em 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, foi discutido e assinado a Declaração de Salamanca, um documento que defende a educação de todos, principalmente uma educação inclusiva. Já no primeiro ponto do documento, se reconhece o direito de todos, independentemente de suas particularidades, têm direito à educação plena.

1. Nós, delegados à Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representando noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, reunidos aqui em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Junho de 1994, reafirmamos, por este meio, o nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Acção na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações. (UNESCO, 1994)

O documento em sua abertura destaca a importância de uma educação inclusiva, voltando-se para as necessidades particulares de cada um, sendo crianças, jovens ou adultos. O documento ressalta a importância dessa educação inclusiva estar dentro das escolas regulares, garantindo assim uma convivência em sociedade e não o isolamento em escolas especiais.

No segundo ponto deste documento é posto:

2. Acreditamos e proclamamos que:

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,
- os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades,
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,
- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994)

Além dos pontos já elencados anteriormente, essa segunda parte do documento reconhece a importância de uma educação centrada na criança, capaz de compreender suas necessidades educacionais e pô-las em prática, entendendo sempre que cada pessoa é diferente da outra e, cada uma aprende uma forma, deixando de lado a prática única.

Além disso, como já foi apontado anteriormente, defende a participação de pessoas com necessidades particulares, em escolas regulares, como uma forma de combater o preconceito e promover conhecimento a respeito das diferenças que existem entre as pessoas. O documento faz apelo para que os governos garantam essa acessibilidade por meio de recursos financeiros e investimentos, além de políticas públicas que garantam e incentivem essa educação inclusiva, além de mencionar o intercâmbio de conhecimento, onde os países possam realizar trocas de experiências a respeito da educação inclusiva. Além disso, busca incentivo de organizações mundiais, como a ONU, UNESCO, Banco Mundial, entre outras, para que ajudem no incentivo e busca da educação para todos.

Hora e Oliveira (2018) enfatizam que em 1975 a ONU adotou a “Declaração das pessoas com deficiência”, buscando garantir direitos e promover qualidade de vida para as pessoas com deficiência, essa declaração ganhou destaque em 1981, onde foi declarado o “Ano internacional da pessoa com deficiência”, que tinha como

lema “Participação e plena participação”, a ação de criar um ano objetivava chamar a atenção para as leis. No item 3 da declaração está escrito:

3. As pessoas deficientes têm o inerente direito ao respeito da sua dignidade humana. As pessoas deficientes, independentemente da origem, natureza e gravidade das suas incapacidades e deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que os seus concidadãos da mesma idade, o que implica, primeiro que tudo, o direito a gozar uma vida digna, tão normal e plena quanto possível. (ONU, 1975 apud Ministério Público de Portugal, 2024)

A declaração foi muito importante, por apresentar os direitos básicos para as pessoas com deficiência, tornando-os iguais às pessoas sem nenhum tipo de deficiência. Ademais, o documento pedia respeito e igualdade de direitos, além de buscar garantir acesso às oportunidades e tratamento, como explica os parágrafos 6 e 7:

6. As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo dispositivos protéticos e ortopédicos, a reabilitação médica e social, a educação, formação e reabilitação profissional, a apoio, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes permitam desenvolver ao máximo as suas capacidades e aptidões e aceleram os seus processos de integração ou reintegração social.

7. As pessoas deficientes têm direito à segurança económica e social e a um nível de vida decente. Têm o direito, de acordo com as suas capacidades, a obter e conservar um emprego ou a exercer uma atividade útil, produtiva e remunerada, e a aderir a associações sindicais. (ONU, 1975 apud Ministério Público de Portugal, 2024)

Em 1987, a ONU aceitou declarações de especialistas e declarou que a língua de sinais deveria ser aceita e entendida como uma parte indispensável dos direitos das pessoas surdas, sendo compreendidas e respeitadas como a língua primária dessas pessoas. (Sá, 2010).

Em cenário brasileiro, foi aprovado o decreto de lei nº 6.949, a “Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência” (CDPD). Este documento é considerado um marco, nele contêm direitos de dignidade e autonomia, além de escrever contra a discriminação e sobre a vida plena em sociedade. (Hora e Oliveira, 2018)

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um tratado da ONU, sendo aprovado através do decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008,

que tem como principal objetivo garantir os direitos das pessoas com deficiência, lutando contra a discriminação e o preconceito.

Já no Artigo 3 da Convenção se apresenta os princípios gerais, sendo eles:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. (Brasil, 2009)

Ao analisarmos o Artigo 3, podemos notar que todos os pontos dizem respeito à dignidade humana e da vida, garantindo a todas as pessoas uma participação plena em sociedade, além de garantir a acessibilidade e o respeito, além de igualdade de oportunidades.

Ainda pensando a respeito do direito plena a vida com dignidade, a convenção, no Artigo 4, no parágrafo primeiro, está escrito:

Os Estados Partes se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência. (Brasil, 2009)

No Artigo 4 é reforçado a obrigação do Estado para com as pessoas com deficiência, garantindo e zelando por seus direitos. Ao longo do artigo alguns incisos são colocados, apresentando que o Estado deve garantir ou usar como meio para garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam exercidos, como por exemplo, promover ações de pesquisa que possibilitem a acessibilidade, assim como ações que transmitam informações de forma que seja compreensível e acessível para todos. Nesse Artigo busca-se eliminar todos os tipos de discriminação, com a implementação de políticas públicas para que as ações se tornem possíveis.

Com relação à acessibilidade das pessoas surdas a tem pontos significativos. Sobre este tema, o artigo 9 menciona:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

e) oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público; (Brasil, 2009)

No Artigo 9 é garantido, aqui tendo como foco as pessoas surdas, o direito básico de toda vida humana, igualdade de acesso a todas as oportunidades, desde físico à intelectual. Isso inclui o inciso que informa a respeito de como o Estado deve oferecer profissionais da língua de sinais, os intérpretes, para que assim seja garantido a facilidade e o acesso aos mais diversos locais, sejam eles públicos ou privados. Um pouco mais adiante, no Artigo 24, que versa a respeito da Educação, está posto:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

- a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. (Brasil, 2009)

Nos três incisos apresentados acima nos deparamos novamente com o compromisso da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que visa incluir e valorizar a pessoa com deficiência, entendendo-a dentro de seus direitos como cidadão. Nesse caso, entende-se que a educação é o meio essencial pelo qual se faz a manutenção da sociedade, garantindo o conhecimento e através dele promovendo o respeito para com todas as diferenças. Mas para que esses direitos sejam garantidos, a conversão versa a respeito, no parágrafo 2:

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

- a) as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
- b) as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d) as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. (Brasil, 2009)

Os tópicos acima discorrem a respeito dos direitos no âmbito escolar, desde o direito ao acesso à escola, até compreender a individualidade de cada um, compreendendo-o em suas necessidades e a partir disso fazendo as adaptações necessárias, garantindo um apoio especializado para que a educação seja desenvolvida de forma plena. Podemos pensar nas crianças surdas, que têm direito a um professor bilíngue, que pode fazer as adaptações necessárias para que ela possa compreender os conteúdos. Ainda no Artigo 24, no parágrafo 3, inciso B e C, encontramos pontos direcionados diretamente para a questão das línguas de sinais.

- b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em

ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. (Brasil, 2009)

Garantir o uso da Libras em sala de aula, como já foi discutido em parágrafos anteriores, é uma forma de incentivar a acessibilidade, mas também uma forma de promover a cultura surda, fortalecendo a identidade da comunidade e a difusão da Língua de sinais, além de promover uma educação para todos. Por fim, ainda no Artigo 24. No parágrafo 4, está posto:

A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência. (Brasil, 2009)

No parágrafo 4, o decreto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência se preocupa em assegurar não apenas o direito à educação, mas também a relevância de professores capacitados para atender as pessoas surdas. Nesse parágrafo se escreve a respeito da importância de capacitar profissionais, para que os educadores sejam capazes de reconhecer as necessidades de cada pessoa e através disso tenham ferramentas necessárias para atender a necessidade educacional de cada aluno, em suas individualidades e particularidades, compreendendo que o processo de aprendizagem não é igual para todos.

Sendo assim, podemos entender que ter a Libras reconhecida como uma Língua foi um passo importante e significativo rumo às mudanças, principalmente, no campo educacional, pois a partir deste momento, passou a ser obrigatório o ensino de Libras. Anteriormente, o surdo era obrigado a ser oralizado, processo esse - conforme foi abordado no capítulo anterior de forma mais detalhada -, extremamente desrespeitoso e violento, que ignorava completamente a individualidade e o processo de aprendizagem do surdo.

A Lei da Libras, como é carinhosamente conhecida pela comunidade, trouxe muito mais que somente o status de língua para a Libras, mas direitos para os surdos, que até aquele momento viviam sem seus direitos garantidos, embora a luta por eles estivesse acontecendo, além de promover o combate aos preconceitos e

exclusão dos surdos. Sendo assim, a conquista da Lei da Libras foi um passo importante na luta dos surdos por acessibilidade e direitos.

Ao ser reconhecida como língua, entendemos que a Libras precisa ser divulgada, respeitada e abordada na educação, garantindo assim a acessibilidade aos locais e serviços públicos. Perante a lei, a Libras é entendida como uma língua. Por isso, tratá-la como linguagem se torna desrespeitosa, pois como nos explica Castro (2015), a Libras engloba manifestações e significados, além de possuir uma estrutura própria, sendo assim, passa a ser entendida como uma língua, pois se enquadra nas características. Além disso, Silva (2020) elucida que a língua de sinais é tão expressiva e complexa como qualquer outra língua, inclusive as orais. A Libras é importante para a comunidade surda, pois é a sua principal forma de comunicação, mas, para além disso, é a forma de expressão da comunidade, o modo que se relacionam e se ligam ao mundo. A respeito da estrutura da Libras, podemos entender que:

A língua de sinais é uma linguagem viso-espacial, na qual os gestos são traçados no espaço para serem vistos. Ela tem parâmetros próprios. Assim, algumas características da linguagem oral como uma dada entonação ou um questionamento não são compreensíveis para a pessoa surda. (Silva, 2020, p. 7).

Libras é uma língua, pois as línguas de sinais são uma representação da resistência e da luta dos surdos. Mais do que isso, são uma forma de entender e interpretar o mundo. Por exemplo, os sinais são criados pelos surdos, de acordo com seu modo de ver o mundo (Silva, 2020). É também importante entender que Libras não está necessariamente vinculada ao português, é uma língua independente e não uma gesticulação da mesma (Guesser, 2020).

Chagas (2008) escreve que a história de uma língua é a história de um povo, e esse é o principal motivo para que tenha se lutado tanto para que a Libras fosse reconhecida como língua. É através da Libras que o surdo se conecta com o mundo, se expressa e se manifesta. Dito isso, não é como se a hegemonia ouvicentrista/oralista tivesse sido derrubada. Existe uma luta de poderes na sociedade, sendo a principal chave dela a opressão social, uma precarização da vida e da existência, buscando sempre um assujeitamento dos considerados diferentes, do outro (Sá, 2010). Nesse sentido, é importante pensarmos e ponderarmos essa normalização da retirada de status de língua da Libras, algo sutil,

mascarado como falta de conhecimento ou ignorância, mas que entendemos ser algo planejado e arquitetado, afinal, os discursos são controlados, como expõe Foucault (1996).

O Corpus da Libras foi um fator importante para a comunidade surda, principalmente pelas questões simbólicas. Este simbolismo pode ser entendido como um fortalecimento do movimento surdo, trazendo valorização para a língua e para a comunidade, além de se tornar um instrumento poderoso de luta. Com a Libras, considerada uma das línguas de referência da cultura brasileira, a comunidade pode exigir que as políticas públicas sejam mais incisivas.

Porém, o processo de reconhecimento é apenas o primeiro passo que pode trazer maior visibilidade para a língua, porém não desfaz os desafios que a comunidade surda enfrenta diariamente. As leis existem, mas ainda existem os descumprimentos, causando falta de acessibilidade, dificuldade de acesso a informações, bem como o preconceito que ainda existe, além de claro, a falta de profissionais capacitados para o atendimento.

Sendo assim, precisamos entender e comemorar a inclusão da Libras no acervo do INDL, mas é necessário manter a consciência de que a luta pela valorização dos direitos das pessoas surdas é uma luta que continua.

2.4 Considerações finais do capítulo

Concluimos esse capítulo de forma otimista, entendendo que hoje a Libras tem o status de língua, é de uso obrigatório na escola e em locais públicos, além de ser catalogada pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística, ganhando status também de uma das línguas da nossa cultura. Todas essas conquistas se devem a luta e a resistência da comunidade surda, que sempre buscou seus direitos, algo que se estende até os dias atuais.

As políticas de incentivo e preservação têm ganhado cada dia mais força. Um dos marcos mais importantes e de destaque nessa jornada é sem dúvida a lei 10.436 de 2002, que reconheceu finalmente – e legalmente – a Libras como uma língua, o que garantiu a visibilidade cada vez maior, além de um empoderamento dos surdos e da comunidade para sua língua e cultura.

O Corpus da Libras e sua catalogação é outro marco essencial para a comunidade surda, pois reconhece a Libras como um meio de expressão cultural e

comunicação de uma comunidade, além de preservar, valorizar e difundir a língua de sinais brasileira. Valoriza além de sua capacidade de comunicação, também a todo o seu simbolismo, que carrega toda a história de luta e busca por direitos de uma comunidade.

O corpus, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, "corpus" pode ser definido como "conjunto de documentos que servem de base para a descrição ou o estudo de um fenómeno" (CORPUS, 2025), sendo assim, o corpus da Libras, é um conjunto de materiais, pesquisas e produções que nos apresentam a Libras como o Patrimônio Cultural da comunidade surda, sendo assim, torna-se um material essencial e fundamental para nós, os pesquisadores, que têm a Libras como objeto de estudo. Neste capítulo, percebe-se que as políticas de preservação e difusão, são políticas de incentivo à identidade, além de serem fundamentais contra a discriminação e o preconceito, prezando sempre pela acessibilidade e inclusão da pessoa na vida em sociedade. Em síntese, nem todas as políticas de preservação são cumpridas. Precisamos ter em vista todas as conquistas que foram alcançadas, para assim ganhar fôlego para que a luta não pare, porque apesar de todos os desafios colocados pela cultura ouvinte, a comunidade surda acumula conquistas.

3. “EU SOU A MOSCA QUE PERTURBA O SEU SONO”: A COMUNIDADE SURDA EM JOINVILLE

3.1 Introdução

Neste capítulo pretende-se analisar a relação dos surdos com a cidade de Joinville, ressaltando a luta pelo acesso qualificado à saúde e à educação em nossa sociedade. A história dos surdos, que envolve um longo processo de resistência, adentra no tema do patrimônio cultural ao trazer o reconhecimento da Libras, mas, igualmente, a memória e as lutas seculares travadas nos espaços públicos e no cotidiano.

Começa-se o texto, detalhando a metodologia usada nas entrevistas, tanto com os ouvintes, como familiares e intérpretes, como também é relatado a experiência de como foi realizar o processo e os ajustes necessários para aplicar a metodologia com os surdos, por meio do uso da Libras. Foram realizadas no total oito entrevistas, sendo elas com três surdos: Manacá professor concursado de crianças surdas; a Lantana, professora de crianças surdas, porém da rede privada; e a Jacarandá, formada em Artes Visuais e um nome muito importante para a comunidade surda na cidade de Joinville. Também foram entrevistadas três professoras/intérpretes de Libras, a Begônia, intérprete de Libras há mais de dez anos, atuando em um dos órgãos públicos da cidade, a Alamanda, que foi responsável pela primeira dissertação envolvendo a comunidade surda na Univille e a Caliandra, um nome importante para a educação dos surdos em Joinville e na Univille. E para finalizar, foram entrevistados dois familiares, sendo o Ipê, filho de surdos e a Camélia, que tem uma irmã surda. A última entrevista realizada foi com uma pessoa que assumiu um cargo público com auxílio da comunidade surda, nomeado aqui de Lírio.

Embora essa questão seja abordada com detalhes no corpo do texto, cabe aqui apontar que, por opção da autora, os nomes dos entrevistados foram trocados por nomes de flores e árvores brasileiras. A decisão foi tomada por alguns dos entrevistados estarem em cargos públicos ou serem membros de organizações comunitárias. As perguntas não são de cunho pessoal ou constrangedoras, a decisão se baseou na vontade de manter total sigilo das identidades dos participantes desta pesquisa.

3.2 O surdo também tem história para contar

Desde que a pesquisa começou a ser idealizada e discutida entre orientadora, coorientadora e mestranda, foi exposto o desejo de que o protagonismo fosse da comunidade surda. Considerando essa relevância, este capítulo, pretende-se dar início com as fontes orais que foram coletadas por meio da metodologia da história oral. A dissertação objetiva ser um lugar seguro de conversa entre a comunidade e a universidade, tendo como intermediadora a orientanda, ouvinte, porém intérprete de Libras, sendo assim um membro da comunidade.

A escolha da metodologia da história oral como método se dá por, como explica Meihy (2002), o passado está entranhado no presente. Podemos aqui citar a própria realidade dos surdos nos dias atuais, ainda é notável a violência e a falta de história dos surdos. Nesta pesquisa, a partir dos depoimentos dos surdos, contando sua realidade e suas experiências, percebe-se a importância da resistência travada pela comunidade surda. Sendo assim, Meihy defende que (2002; p. 14) “procedida com pessoas vivas, como expressão do tempo presente a história oral deve responder a um sentido de utilidade prática, pública e imediata.” Assim, a potencialidade da história oral está exatamente no fato de ser realizada com pessoas vivas, que podem narrar suas histórias e suas versões dos fatos, permitindo que esse grupo marginalizado se torne protagonista de suas histórias, além de valorizar a cultura surda e seus costumes e métodos pelos quais se expressam.

A história oral pode oferecer para a comunidade surda um espaço seguro para narrar suas histórias e suas angústias, sua luta, resistências e conquistas, histórias essas que por um longo tempo foram narradas e escritas pelas perspectivas dos ouvintes. Em seu cerne, a história oral busca trabalhar com a vida, com o cotidiano, por isso, é necessário perceber a potencialidade da metodologia para abordar a história da comunidade.

A respeito da metodologia e de se manter o termo “oral” ocorreu pelo entendimento mais abrangente da oralidade, afinal, embora se tenham entrevistados ouvintes, também se entrevistou surdos, usando a Libras. Para esses questionamentos podemos oferecer algumas alternativas, embora elas se complementam entre si. Segundo Meihy (2002):

A oralidade é um conjunto amplo de expressões verbais e compreende a mais larga gama de manifestações sonoras humanas. Pode-se dizer que, desde que se organize em códigos comunicantes, a oralidade é o repertório dos sons humanos articulados e caracterizados pela existência em sentido puro e precário. (Meihy, 2002, p.16)

Freitas (2002) aponta que, embora a história oral tenha sido utilizada anteriormente, foi no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que ela ganhou destaque institucional nos Estados Unidos e no Brasil. Além do trabalho pioneiro do Museu da Imagem e do Som (MIS) em 1971, dois polos catarinenses emergiram como fundamentais: na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Programa de História Oral foi implantado em 1975 sob coordenação de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, vinculado ao projeto 'Perfil socioeconômico de Santa Catarina', que até 1977 já catalogara 34 entrevistas (COELHO; SOSSAI, 2016). Paralelamente, em Joinville, a primeira entrevista do futuro Laboratório de História Oral da Univille foi realizada em 1978 por Dúnia Anjos de Freitas com Pedro Ivo Campos, "antecedendo sua fundação formal em 1982" (COELHO; SOSSAI, 2016, p. 110). Essas iniciativas, junto com o CPDOC (1975), demonstram que a consolidação da história oral no Brasil resultou de uma rede multicêntrica, com contribuições decisivas de Santa Catarina ainda na década de 1970.

Ao analisarmos as datações podemos compreender que, a Libras só passou a ter um certo destaque e estudo nos anos 1980, sendo assim, podemos entender que, nesse momento a Libras não era reconhecida pelo Estado, sendo considerada como uma língua somente em 2002.

Uma das maiores potencialidades da história oral é justamente a capacidade de humanizar a História, de trazer para ela problemas cotidianos. Como menciona Meihy (2002), ao olhar para o cotidiano dos surdos, podemos analisar os desafios do dia a dia, como a falta de acessibilidade, o isolamento e a solidão. Assim, deixar de usar a metodologia por conta da nomenclatura "oral", que foi criada muito antes da Libras ser considerada uma língua, seria deixar de usar uma ferramenta rica para analisar a história dos surdos e acabar assim perdendo a oportunidade de compreendê-la por novos ângulos.

Uma segunda explicação para a utilização da metodologia é ainda mais conectada com a realidade da dissertação. A história oral acontece por meio de entrevistas. Grasielle Pavan (2002), em sua dissertação de mestrado, intitulada

“Libras como Língua (de direito) no Registro da Memória da comunidade surda”, investigou acervos de memória, buscando registros orais de entrevistas com surdos realizadas em Libras. Ela aponta que enfrentou os mesmos questionamentos, e se posiciona explicando “(...) as línguas de sinais também são línguas que contêm a oralidade como forma de expressão, por meio da comunicação visual e espacial.” (Pavan, 2002, p. 62). No sentido de explicar o ponto da Libras como um método de comunicação, Segala e Kojima (2012) defendem que:

Comunicar-se significa emitir e receber mensagens por meio de códigos, convencionais ou não. Fala, escrita, símbolos e sons são alguns desses códigos. Há quem aprenda a se comunicar ouvindo. Há quem aprende recebendo outros estímulos, que não o sonoro – com os surdos é assim. (Segala e Kojima, 2012, p.3)

O parágrafo anterior sinaliza que a pesquisa atual não é a primeira a usar a metodologia da História oral com a comunidade surda, embora faça parte de uma gama pequena de pesquisas com foco na área. Selecionamos duas pesquisas que trilharam o caminho de investigação, pois ambas conversam com a pesquisa atual. Pavan (2020) destaca a importância de se ter os registros em Libras, para que ao se escrever a história dessa comunidade ela possa ser narrada por eles e para eles, com fontes produzidas em sua língua e mantida nela, sem que se perca o sentido. Ignorar essas narrativas é também ignorar uma história, optando por manter-se perpetuando a história contada e narrada pelos ouvintes.

Em 2011, antes de Pavan, Gabriele Vieira Neves, escreveu sua dissertação intitulada “Educação de surdos em Caxias do Sul de 1960 a 2010: Uma História escrita por várias mãos.”. A pesquisadora realizou entrevistas usando a metodologia da História oral, com surdos que estudaram na Escola Helen Keller. Segundo a autora, “(...) a história oral desponta como uma possibilidade de ter acesso ao ponto de vista dos próprios atores que vivencia o processo histórico a ser estudado” (Neves, 2011, p. 43). Em sua pesquisa ela também busca explicar a motivação para o uso da metodologia, ignorando o termo “oral”:

(...) o termo oral se aplica no sentido de narrativa em Língua de sinais, não tendo, portanto, nenhuma relação com o uso da fala. Poderia argumentar ainda, que o sentido de oralidade pode ser pensado a partir da definição dos dicionários, onde o oral aparece como aquilo que é articulado ou pronunciado verbalmente em oposição ao escrito (Neves, 2011, p. 43)

Salientamos que embora o termo oral remeta ao som, poderemos compreendê-lo para além disso, pois a narrativa é decorrente da articulação e de códigos. O sentido do “oral” pode ser entendido muito mais na linha de uma narrativa de histórias, uma forma de contar, de expor sua história, independente dos códigos usados. Neves (2011) explica que escolher usar a história oral é um caminho para que os surdos narrem sua história, algo que por muito tempo lhes foi negado.

Com a experiência das entrevistas, percebi o quanto cada detalhe do processo é importante. Foram momentos que contribuíram não apenas para a construção desta dissertação, mas também para reforçar a convicção de que estamos fazendo algo significativo. Cada narrativa trouxe aprendizados únicos — especialmente os relatos das pessoas surdas, que compartilharam suas vivências em uma sociedade majoritariamente ouvinte. Também marcaram profundamente os depoimentos de intérpretes, professores e pesquisadores, que seguem na luta contra a opressão ouvicentrista. As narrativas dos familiares foram igualmente emocionantes, pois revelaram histórias de pessoas que viram seus entes queridos enfrentando opressões ouvintistas.

O processo das entrevistas foi lento e cuidadoso, estendendo-se por cerca de seis meses ou mais. Isso porque foi necessário aguardar a aceitação dos participantes, combinar horários, encontrar locais — sendo que a maioria das entrevistas aconteceu no LHO.

Em nenhum momento buscamos alterar os procedimentos estabelecidos pela metodologia da História Oral. Apenas fizemos pequenas adaptações, como o posicionamento das cadeiras e o uso de gravações em vídeo, para documentar a Libras. As entrevistas com pessoas surdas foram conduzidas em Libras, respeitando suas formas de expressão e garantindo acessibilidade.

Ao contrário dos momentos das entrevistas, que foram agradáveis e até divertidos, o processo de transcrição mostrou-se bastante cansativo. A parte mais difícil foi traduzir as entrevistas das pessoas surdas, pois a passagem da Libras para o português exige não apenas tradução, mas também adequação de sentido e contexto, já que a estrutura da Libras é completamente diferente da do português. Foi, portanto, um trabalho longo e desgastante.

Assim como na pesquisa realizada por Gabriele Vieira Neves, também se optou por se pré-estabelecer um roteiro. Porém, durante as entrevistas se escolheu deixar que a conversa fosse acontecendo sem seguir a ordem das perguntas. Além disso, a metodologia adotada se espelhou nas entrevistas feitas durante o processo de coleta de dados do Corpus da Libras, deixando a posição da cadeira de frente para o surdo e não levemente inclinada para a câmera.

Foram realizadas no total oito entrevistas, distribuídas em três sessões, sendo primeiro as entrevistas com três professores/intérpretes, depois entrevistas com três surdos e por fim entrevista com dois familiares. É importante ressaltar que, a pesquisa não visa entrevistar apenas surdos, mas sim a comunidade como um todo, por esse motivo foi realizado a organização das entrevistas em três momentos²⁰, ou seja, primeiro foram realizadas as entrevistas com os intérpretes/professores, depois com as pessoas surdas e por fim, com os familiares. Foram entrevistas individuais, em salas do LHO ou ambientes da casa dos entrevistados.

Para que os entrevistados pudessem sentir-se mais à vontade foram feitas algumas escolhas pela entrevistadora, sendo elas:

1. As entrevistas com professores/intérpretes foram realizadas em português, assim como as dos familiares, porém, aos surdos, participantes da pesquisa, foi dado o poder de escolha entre português e libras, uma vez que os três eram oralizados. Dois dos surdos escolheram seguir em libras, e a terceira optou por fazer de forma mista, sinalizando e falando.
2. Foi usado a gravação em vídeo e não apenas em gravador de voz. Embora esse tópico não seja uma novidade na metodologia, ressaltamos aqui para destacar que, assim, foi possível registrar a Libras. Nesse quesito houve ajuda técnica.²¹
3. A posição das cadeiras, no momento das entrevistas com os surdos, não foi deixada virada em direção à câmera, mas sim para frente, para que o surdo e

²⁰As entrevistas serão doadas para o LHO (Laboratório de História Oral da Univille), onde ficarão armazenadas para que outros pesquisadores também possam se utilizar destas.

²¹Éwerton de Oliveira Cercal deu apoio técnico por ter sido bolsista do LHO (Laboratório de História Oral da Univille) durante a graduação e assim ter conhecimento necessário para a realização das entrevistas.

a entrevistadora pudessem ficar olhando um para o rosto do outro, afinal a libras exige o uso de expressões.

4. As transcrições das entrevistas foram feitas pela entrevistadora, que tem o domínio da Libras.

As transcrições foram realizadas de duas formas diferentes para as entrevistas realizadas em português e para as realizadas em Libras. Nas entrevistas em português foi feito uso de um programa chamado Transcriptor, e a partir da transcrição feita pelo programa foram realizadas as correções.

As entrevistas em Libras seguiram um método manual, onde a mestranda foi assistindo, traduzindo e transcrevendo para o Word, fazendo pequenos ajustes para que fizesse mais sentido no português escrito, visto que a estrutura das frases é construída de formas diferentes. Em ambos os processos de transcrição tomou-se cuidado para ser fiel a tudo que foi relatado por cada um dos entrevistados, fazendo alterações apenas quando fosse muito necessário.

A escolha da utilização da metodologia da história oral foi feita pela mestranda, justamente pelo poder democrático para os mais diversos públicos, embora soubesse que seria um caminho desafiador, mas também o mais certo. Afinal, a dissertação, como já apontado diversas vezes, visava que as histórias dos surdos fossem narradas por eles. Seguir com a metodologia escolhida foi possível pelo apoio da doutora Ilanil Coelho, coordenadora do Laboratório de História Oral da Univille, e do doutor Fernando César Sossai, presidente da Associação Nacional de História Oral (2022-2024). Para além, no ENHO (Encontro Nacional de História Oral) de 2024, durante a palestra de abertura, em uma conversa informal com o palestrante da noite, o professor José Carlos Sebe B. Meihy, um importante pesquisador no campo da história oral, a mestranda comentou sobre seu tema de pesquisa e a validade do uso de história oral com surdos, através de entrevistas conduzidas em Libras, afinal, em outro evento essa validade foi questionada, e obtive como resposta apenas uma frase do professor Meihy “E essa gente acha que surdo não tem história para contar ?”

3.3 Libras pela comunidade surda e para a comunidade surda

Woodward (2000) aponta que a identidade é marcada por símbolos, sendo assim, podemos perceber, conforme as análises que foram feitas ao longo deste capítulo, que a Libras é símbolo importante para a comunidade surda, não somente como um meio de comunicação, mas como forma de existência e resistência. Castro (2015) aponta que:

A língua de sinais é um artefato cultural carregado de significação social, sendo assim uma das especificidades mais importantes da manifestação e produção da cultura surda. Desta forma, o uso de sinais pelos surdos ultrapassa os objetivos de uma simples comunicação, constituindo-se no meio pelo qual se expressam as subjetividades e as identidades desses indivíduos. (Castro, 2015, p. 16)

Podemos entender que a identidade não é algo inerente ao homem, mas sim se cria em um determinado contexto e discurso, como uma forma de resistência, pois a identidade não se constrói na igualdade, mas na diferença, no eu e no outro (Hall, 2000). A construção da identidade é algo simbólico e uma construção social, onde acontecem as lutas para se afirmar na sua identidade, através das diferenças. (Woodward, 2000).

Perlin (2013) aponta que, em nossa sociedade ouvicentrista, a identidade ouvinte é sempre entendida como superior. A identidade surda se cria em um cenário em que precisa lutar e buscar por recursos visuais, para que possa acessar os locais onde têm direito. Witkoski (2015) aponta que os movimentos surdos reivindicam que a Libras fosse reconhecida como uma língua oficial por ser a marca de uma identidade. Strobel (2008) reforça que a Libras é a principal marca da identidade da comunidade surda, pois é através dela que se capta as experiências visuais dos surdos e, por meio dela, o surdo acessa o mundo.

Durante as entrevistas realizadas com a comunidade surda, ficou ainda mais notável que a Libras é indispensável e uma parte marcante da identidade das pessoas que integram a comunidade, não somente para os surdos. A entrevista com a Camélia foi muito rica, ela acompanhou a realidade da irmã como uma criança surda, antes da Libras ser declarada como uma língua natural. No relato, ela conta

que aprendeu Libras para interpretar o casamento da irmã e agora quer voltar a estudar, pois entende a importância da Língua.

Assim, eu vejo a importância, porque a gente ter um deficiente, em casa... deficiente físico é uma coisa, deficiente auditivo é outra. A gente precisa ter comunicação, né? Então, para mim, assim, pensando em voltar, é maravilhoso, porque eu vou poder ter mais facilidade pra falar com ela. Hoje eu falo pouca coisa em Libras, claro, eu entendo, mas vai que eu fale com outra pessoa, né? Ah, outra pessoa vem a mim, que nem vem muitas amigas dela aqui, né? Algumas coisas eu sei, outras não, então, é importante isso. Dá para eles a liberdade também, deles estarem contigo num local de família, vocês todos reunidos e eles poderem conversar, eles poderem entender tudo que tu fala. (Camélia, 2024)

Quando a entrevistada cita sobre todos estarem conversando e a irmã surda não compreender o que está sendo dito, é uma realidade muito comum entre os surdos. Como foi citado na introdução da dissertação, são cenas cotidianas, um surdo precisando escrever para obter ajuda para pegar um ônibus, ou para ter atendimento médico. São situações complexas, porque como vimos no capítulo anterior, na análise do Corpus, uma parcela da população surda não sabe português ou não o compreende de forma plena, sendo assim a comunicação se torna muito complexa.

Quantas vezes a minha irmã ficou isolada? Entendeu? A gente em família, só que a gente não entendia isso. Quantas vezes ela sofreu? A gente todo mundo conversando, todo mundo brincando e ela não entendendo o que a gente falou. Isso é triste, né? É muito triste. Então assim, para mim significa muito. E como eu gostaria que todos os colégios, todos os professores, todas as crianças soubessem disso, de Libras, comunicar com eles, porque a gente pensa que nunca vai acontecer com a gente, mas vai. A gente pensa que a gente nunca está escape, mas pode acontecer. (Camélia, 2024)

A realidade de muitos surdos é a da exclusão na própria casa, dentro da própria família, e muitas das vezes não é por falta de querer ou porque a família é cruel. O Inventário da Libras nos aponta que apenas 7% das crianças surdas aprendem Libras com a família, pois essa não entende a importância da Língua de sinais para o familiar surdo, não compreende que é através daquela língua que ele poderá acessar o mundo e fazer parte dele (Quadros et al, 2018).

Em relação ao isolamento do surdo dentro da própria família, Witkoski (2015) nos lembra que 90% dos surdos nascem em famílias ouvintes. Sendo assim, a criança vai estar inserida na cultura ouvinte e, se a família não aprender Libras, seja por falta de vontade ou até mesmo por falta de conhecimento, como a entrevistada cita ser o caso da própria família, aquela criança vai estar submetida a uma realidade de isolamento dentro da própria casa, pois até o ato de comunicar-se com a própria família torna-se difícil.

Em uma segunda entrevista, com a Alamanda, uma pedagoga que aprendeu Libras, embora não a use no dia a dia com frequência, ao ser questionada sobre a importância da Libras, ela relata:

Eu acho que, como eu falei, hoje eu não uso, mas assim, a sua cabeça nunca mais é a mesma. Quando você tem contato com essa comunidade, tem acesso a língua, é uma visão que você tem maior daquela comunidade, daquela pessoa, né... Digo, às vezes é só uma língua ... Não é. É muito mais complexo, é um ser humano que pensa, que muitas vezes não pode se manifestar através da língua ou não tem acesso a língua, fica a vida inteira ali, nos gestos caseiros, a família não sabe o que é. Por isso que eu falo, a informação, já começa lá, desde quando a mãe tem o bebezinho, já tem que ter alguém que possa dar um direcionamento. "Vamos encaminhar para a associação." Se é cego vai ter a AJIDEVI. Nasceu com problema físico tem a ADEJ, hoje tem, é pouco, mas a AMA. E para os surdos tem o quê? Não tem para onde ir. Ah vai fazer acontecer um milagre... Acontece das famílias acreditarem num milagre, de que o filho vai ouvir. Mas assim, as pessoas precisam ter acesso à informação e à ciência. O que a ciência diz? A criança que tem acesso a Libras o mais cedo possível melhor para ela, porque ela vai se desenvolver, vai ter capacidade de refletir sobre a sua vida, sobre o mundo que te cerca né. E é isso que a gente tem que batalhar para ter. (Alamanda; 2024)

Alamanda apresenta uma situação complexa, quando a família se depara com um dos membros surdos. Segundo o inventário da Libras somente 13% dos surdos nasceram assim ou foi genético, a maioria é por doenças e complicações no parto. Além disso, a família tem pouco conhecimento, é pouco instruída e ainda conforme o inventário, cerca de 80% dos surdos só vão ter contato com a Libras depois dos quatro anos, uma idade considerada tardia para a aquisição da Libras.

Witkoski (2015) explica que quando um surdo nasce em uma família ouvinte, o surdo fica à mercê dessa família aprender Libras, além de tudo, fica à mercê dos profissionais instruírem a família de forma correta. Sendo assim, quando a família

não é orientada de forma apropriada, a criança surda acaba sendo submetida à processos normalizadores, aprendendo a leitura labial e a ser oralizada. Como a entrevistada relata de forma crítica, qual instituição a família deve procurar para obter essa ajuda?

Em muitos casos, por ignorância da família, não uma ignorância maldosa, mas uma falta de conhecimento, a família busca apoio em locais pouco efetivos, sem a orientação correta, acaba acreditando que a criança pode ser “curada”. A família não entende que com a Libras aquela criança pode ter um desenvolvimento de acordo com uma linguagem apropriada e, ter uma vida tão comum quanto a de um ouvinte, mas, a Libras é essencial para que esse cenário possa acontecer. Em uma terceira entrevista com uma mulher surda, aqui apresentada como Lantana, percebe-se a importância da Libras no cotidiano:

A Libras é muito importante. Libras significa a língua de sinais. É importante que o surdo tenha contato com a língua Libras, porque ela é a primeira língua do surdo e o português é a segunda, entende. A Libras é importante para tudo, surdo e ouvinte precisam aprender para ter contato, para que um ajude o outro. A Libras é importante para acessibilidade, o que é o mais importante. No hospital, lojas, banco, é difícil a comunicação. O ouvinte não entende Libras, falta acessibilidade. (Lantana, 2024)

A entrevista com a Lantana pontua a importância da Libras como uma marca fundamental na formação da identidade da comunidade surda. Como a entrevistada citou, ela é potencialmente a primeira Língua do surdo, afinal, é uma língua natural para o surdo, pois os surdos têm sua cultura e seu mundo baseado no olhar, sendo assim, a língua visual – espacial, é natural (Skliar, 2000). Manacá, professor concursado, também entrevistado, relata que considera a Libras como um Patrimônio da comunidade surda.

Patrimônio ... Eu penso que o patrimônio surdo é a libras, porque precisa valorizar o surdo, dar protagonismo, para aprender... Também o mês de outubro, é um mês importante, porque é o mês da comunidade surda, tem o dia do surdo, dia 26 de outubro²², também do tradutor no dia 30 de outubro. Tem festa, tem valorização, também tem luta, teve muita resistência, desde o passado, por isso é importante valorizar a libras. (Manacá, 2024)

²² Embora o entrevistado coloque que o dia do surdo é comemorado em 26 de outubro, a data correta é 26 de setembro.

Quando Manacá, nosso entrevistado, cita que considera a Libras um Patrimônio da comunidade surda, podemos chegar ao ponto principal dessa dissertação. É com a Libras que os surdos podem ter protagonismo, como o entrevistado menciona, a Libras é além de um meio de comunicação ou uma língua, a forma com a qual os surdos se expressam e se colocam no mundo.

A Libras é fruto de um longo processo histórico, de muita luta e resistência, carrega em si muito mais que uma forma de se comunicar, a Libras carrega em seu significado todo o poder de luta e resistência dos surdos. Gonçalves (2016) elucida que, o valor que um Patrimônio cultural está no significado que é dado a ele, nesse sentido, o significado que a Libras tem para a comunidade surda é o de formação de identidade, de expressão e de comunicação.

Skliar (2000) aborda que, assim como ficou explícito nas entrevistas, a Libras é uma das marcas fundamentais da expressão da identidade surda. Porém, para a comunidade surda é compreensível que a Libras é fundamental para a formação de uma identidade e de uma cultura.

Conforme se observou ao longo deste capítulo podemos entender que, a comunidade surda, assim como todas as minorias, precisou lutar muito para que seus direitos fossem garantidos legalmente, nenhuma conquista foi fácil nem cedida sem muita luta e, ainda hoje, com a lei impondo determinados direitos estes ainda são descumpridos e deixados de lado. A luta precisa continuar e, essa dissertação, assim como outros, se propõe a ser parte dessa luta, abrindo espaço para que os surdos possam contar suas próprias histórias.

Uma das entrevistas foi realizada com Ipê, um coda, termo usado para descrever os filhos ouvintes de pais surdos, que são pessoas que caminham entre as duas culturas, a surda e a ouvinte. Além disso, geralmente são crianças que assumem cedo demais a responsabilidade de serem o suporte para os pais e familiares, pois muitas codas são as únicas pessoas ouvintes de uma família.

Esse entrevistado, em particular, é um jovem de 18 anos e a entrevista com ele foi interessante, porque permitiu conhecer uma outra realidade, a de uma criança indo para a escola e tendo que lidar com o fato de os pais serem diferentes do modelo familiar dos colegas. A entrevista foi leve, mas o depoimento nas entrelinhas deixou muito evidente um certo peso. Ipê, ao ser questionado sobre o que a Libras significa na sua vida, ele respondeu:

É 100% né, porque tipo, meus pais principalmente, tudo que eles precisavam fazer ... hoje ... querendo ou não eles precisam de mim ou de algum outro familiar. Consulta médica, INSS, minha mãe está no processo de aposentadoria... Então eles dependem muito de mim, então é algo muito importante para minha vida. (Ipê, 2024)

Ao analisar esse trecho da entrevista precisamos olhar além do que foi dito, precisamos recordar da realidade que já foi explicada anteriormente. Ipê é coda, então, em sua fala tem o peso de compreendermos que sim, aquele garoto de 18 anos em algum momento foi o apoio dos pais e, como ele mesmo conta na entrevista, em muitos momentos ainda é.

Em sua fala simples “Então eles dependem muito de mim, então é algo muito importante para minha vida”, que indicia que a Libras para ele é muito mais que uma língua, é uma parte da sua vida, pois é através dela que pode ter contato com os pais e, através da Libras que Ipê consegue ser um mediador entre a cultura ouvinte e a cultura surda.

Na entrevista Ipê também relatou, em outro trecho da entrevista, que primeiro foi alfabetizado em Libras, embora não lembre, e somente depois aprendeu português, na escola e com os familiares, porém, sua língua aprendida em casa foi a Libras. Durante a entrevista Ipê relatou, mesmo que não de uma forma intencional, como é a realidade de um filho de surdos. Quando era criança, ainda indo para o ensino fundamental, ele relata que tinha medo de contar sobre seus pais, por medo do bullying. Somente mais tarde, já no ensino médio, ele teve coragem de contar para os colegas sobre o fato de ter pais surdos.

A realidade de Ipê se aproxima da vida de Camélia, que precisa ser o suporte da irmã em idas ao médico ou outros locais de serviço público. Durante as entrevistas essa foi uma realidade que apareceu muito. Ou seja, locais que deveriam estar preparados para receber e atendê-los com dignidade, já que perante a lei somos todos iguais, são também ambientes de exclusão e isolamento. Lírio, ex-policia que assumiu um cargo público, descreve como foi seu primeiro contato com surdos e, ali compreendeu como a Libras é importante.

Eu confesso para você eu não tinha ideia da importância das Libras ... da Libras. Em uma ocorrência da polícia militar, eu estava no hospital infantil e tinha... Tinha acontecido um acidente aí, a mãe e o pai da criança eram surdos. Só que acontece, quando eu cheguei para interagir com eles, quando a gente não tem noção, nem o básico de Libras, fiz o que? Automaticamente peguei o celular

quando vi que eram pessoas surdas e entreguei o celular para eles, só que aí eles fizeram [Sinal negativo com a cabeça]. Ou seja, eles não eram nem alfabetizados, só iam compreender alguma coisa por sinais. Aí demorou tempo para chegar uma intérprete, não tinha intérprete no hospital naquele momento, então demorou um tempinho. Depois daquele dia eu pensei, poxa cara, me senti tão mal, sabe, por estar usando uma farda, estar representando o Estado, estar fazendo aquilo pelas pessoas de Joinville e não tinha me colocado no lugar das pessoas surdas. Aí resolvi estudar o básico (...). (Lírio, 2025)

Este relato é da época em que ele ainda era policial, cargo que assumiu por dez anos. O relato pode ser analisado de duas formas. Primeiro precisamos analisar que, embora seja lei, a grande maioria dos órgãos públicos ainda estão despreparados para atender o público surdo, muitas pessoas, como relata o policial, desconhecem que muitos surdos não sabem português, nem mesmo escrito. É preciso considerar mais uma vez que um hospital não tinha uma intérprete disponível, algo que já foi relatado outras vezes como sendo um problema e principalmente, uma barreira para que os surdos possam cuidar da própria saúde. O mais importante é que a lei n.º13.146 garante que locais públicos deveriam ter intérprete no local.

Um segundo ponto para ser analisado é o fator da comunicação, ao voltarmos para o inventário da Libras 79% dos surdos usam a Libras como meio principal de comunicação e apenas 4% usam a língua portuguesa escrita. Ao voltarmos a analisar a entrevista feita com a surda Lantana, ela relata que a Libras é a primeira língua do surdo e, ao se ter contato com os surdos é perceptível que muitos não dominam a língua portuguesa plenamente, principalmente por serem línguas completamente diferentes. (Quadros et al, 2018).

Lírio atualmente assume um cargo político e nas conversas realizadas durante a entrevista, ele deixa claro que sim, teve apoio da comunidade surda e agora busca também lhes garantir apoio, porém ainda não tem propostas políticas concretas, porque na época da entrevista tinha assumido o cargo a menos de um mês.

A exclusão que os surdos vivenciam todos os dias é um ponto em comum em todas as entrevistas, seja de forma explícita, ou nas entrelinhas, por meio de relatos do cotidiano. Ao perguntar para a intérprete/professora de Libras, Begônia, sobre a importância da Libras em sua vida, mais uma vez esse problema fica evidente.

[Begônia] – Olha, na minha, acho que é o principal, eu não existiria sem Libras, assim, é algo que se eu tivesse mil vidas eu iria querer saber, porque é muito bom tu encontrar um surdo e conseguir entender ele, porque são poucos as pessoas que os entendem, então assim, tu se sente muito importante, tu se sente ... tu se sente a acessibilidade em pessoa, a partir do momento que você chega num local, você vê que ele tá ali, que ele precisa de eu apoio e que ninguém consegue entender ele e saber que você consegue entender. Eu sou a favor que todo mundo deve saber Libras, desde criança né, para que todos conseguissem entender eles, a mesma coisa que a gente tá, a partir do momento que tu se insere em uma comunidade surda e você não sabe Libras, tu vai viver o que ele vive, tu vai tá vendo todo mundo sinalizando e tu vai tá ali sem entender nada. Então para mim Libras é minha vida, eu não existiria sem Libras.

[Eloiza] – Eu sempre lembro da experiência que eu tive em um mercado, um dia um surdo me pegou pela mão e me levou com ele, porque as pessoas no caixa não entendiam ele, então ele precisava que alguém entendesse, mesmo que minimamente assim. (Begônia, 2024).

Nesses relatos, tanto da entrevistada como da mestranda, ficam evidentes a falta de preparo dos locais para receber os surdos, mesmo que a lei diga que precisa de um intérprete, a lei não é cumprida e, ao olhar para a cidade e para o país, infelizmente não se percebe uma fiscalização para que a lei seja cumprida de forma plena.

É importante salientar que a falta de acessibilidade tem um impacto negativo para as pessoas surdas, se nos colocarmos no lugar delas rapidamente conseguimos entender o quanto deve ser difícil. O surdo sozinho não consegue ir a um hospital e ser atendido plenamente, para comprar roupa não tem quem te entenda, ou em situações ainda mais complexas com ir a um psicólogo, torna-se impossível. Durante as entrevistas nos deparamos com uma realidade dura, mas que decorre dessa falta de acessibilidade.

(...) Ontem ainda a gente conversava sobre isso, dos atendimentos né. Atendimentos de delegacia, atendimento de hospitais. E aí nós estávamos discutindo uma situação. Eu faço parte da COMDE, que é o Conselho Municipal de educação da pessoa com deficiência, e a gente conversava sobre o suicídio das pessoas surdas, por não termos profissionais, psicólogos né, vamos pensar em uma terapia, não temos. Temos pouquíssimos, no grupo que estou (WhatsApp) é frequentemente “Alguém sabe de uma psicóloga que tem Libras?”, “Gente, preciso de uma psicóloga que atende criança surda.” Não temos, são raros. Inclusive as vezes a gente diz “Ah! Tem uma que

atende online, de outra cidade”, mas é online né. Olha o atendimento! Não que não possa fazer um bom atendimento, pode. Pode ser até melhor do que uma que não sabe Libras, mas é difícil, sabe, é complicado. E aí a gente tem um número significativo de suicídio entre pessoas surdas, por falta de um atendimento, falta de terapia, de aceitação da família. É muito triste isso. (Caliandra, 2024)

Anchieta (2020) faz uma pesquisa relacionando casos de suicídio e surdez. Ela aponta que relatórios emitidos pelo Departamento de Saúde do Reino Unido e organizações não governamentais, sobre uma maior dificuldade dos surdos em alcançar uma ajuda psicológica e atendimento médico, assim como a nossa entrevistada. O que deixa ainda mais evidente um problema muito sério da nossa sociedade e que, infelizmente, não se percebe ações para que essa realidade seja alterada, tanto nos relatórios da pesquisa de Anchieta (2020) quanto nos dados trazidos por Caliandra, nossa entrevistada, aponta-se essa falta de acesso a médicos e psicólogos, um fator que se correlaciona com taxa significativa de suicídios.

Frases como “Então pra mim Libras é minha vida, eu não existiria sem Libras” e “Libras é muito importante”, apareceram muito nas entrevistas e, lendo nas entrelinhas é fácil perceber que essas palavras não são colocadas como uma forma simplista de explicar como percebem a Libras, mas sim, que a Libras é uma forma de expressão e comunicação daquele indivíduo. Ou seja, é a forma que seu mundo tem significado, até para os ouvintes, porque como lemos nos relatos, a Libras passa a ser uma parte significativa da vida do intérprete, como uma lente que o faz perceber um mundo por outro ângulo.

Quando um ouvinte passa a ter contato com a comunidade surda, aprendendo Libras e podendo se comunicar com os surdos, o mundo ganha outras nuances e situações que antes passavam despercebidas como uma falta de legenda em um filme no cinema, passam a ser situações muito difíceis de aceitar.

A inclusão de entrevistas tornou este capítulo da dissertação consideravelmente mais rico, pois a compreensão da Libras diretamente pela experiência dos surdos oferece um valor significativamente relevante em comparação com a literatura produzida por ouvintes.

3.4 Eu sou a mosca que perturba o seu sono”: surdos em Joinville

*Eu sou a mosca
Que pousou na sua sopa
Eu sou a mosca
Que pintou pra lhe abusar*

*Eu sou a mosca
Que perturba o seu sono
Eu sou a mosca
No seu quarto a zumbizar.
(A mosca na sopa – Raul Seixas)*

A mosca na Sopa é uma música brasileira, lançada em 1973 e, assim como a música usada no capítulo anterior, foi escrita pelo icônico Raul Seixas, como uma forma de crítica à Ditadura Militar vigente naquele momento. Assim, percebe-se que música retrata de forma metafórica a luta e a resistência. Nesse sentido, usá-la em um capítulo onde se aborda as associações de surdos, é uma escolha consciente. Sá (2010) aponta que, a história dos surdos, narrada pelos ouvintes, é sempre uma história de passividade, como se os surdos tivessem aceitado todas as agressões e decisões dos ouvintes e se mantido em completa inércia. Porém, como já abordado durante os capítulos dessa dissertação e pelos autores aqui utilizados, quando a história é pesquisada e/ou contada pelos surdos, nota-se que sua história está muito mais relacionada à luta e resistência do que a aceitação e passividade.

Um dos melhores exemplos dessa luta, resistência e organização são as associações que vão surgindo. Pagnussat (2018) traz que, na década de 1920-30 surge no Rio de Janeiro uma associação fundada por surdos, porém, por problemas, a associação acaba sendo extinta. Na década de 1970, quando começam a surgir as primeiras lutas junto com os movimentos sociais, um grupo de profissionais ouvintes fundou a FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo. A autora destaca que, embora a associação fosse voltada para os surdos, ela era gerida por ouvintes. Em 1983, um grupo de surdos reivindica o espaço que lhe foi negado inicialmente, conseguindo vencer as eleições para a diretoria. Nesse momento, o nome da associação é alterado e foi reestruturada, surgindo a FENEIS, agora sendo gerida por surdos. A autora argumenta que:

A apropriação dessa Federação pelos surdos é repleta de significados. Simboliza uma vitória contra os ouvintes que

consideravam a eles, surdos, incapazes de opinar e decidir sobre seus próprios assuntos e entre eles, sublinha o papel da linguagem de sinais na educação regular. Desnuda, ainda, uma mudança de perspectiva, ou de representação discursiva, a respeito de si próprios: ao alterarem a denominação “deficientes auditivos”, impressa na sigla FENEIDA, para “surdos”, em FENEIS, deixam claro que recusavam o atributo estereotipado que normalmente os ouvintes ainda lhes conferem, isto é, o de serem “deficientes”. (Pagnussat, 2018, p.10).

A partir disso foram muitas lutas onde a Associação Nacional esteve ao lado dos surdos principalmente pela busca do reconhecimento da Libras como língua. Embora a FENEIS seja uma associação nacional, existem associações locais, onde, segundo Lourenço (2018), são criados espaços de vivência e convivência dos surdos. Esses espaços surgem como locais de formação de cultura, onde os surdos podem se encontrar e resistir.

*E não adianta
Vir me dedetizar
Pois nem o DDT
Pode assim me exterminar
Porque você mata uma
E vem outra em meu lugar
(A mosca na sopa – Raul Seixas)*

Na música, Raul Seixas retrata um cenário que se harmoniza perfeitamente com as reflexões propostas na dissertação. Os ouvintes, em sua cultura dominante, tentaram, de muitas formas, “dedetizar” os surdos. Primeiro ignorando seus corpos, depois os tornando pecadores, os tornando corpos doentes que precisavam de cura, proibindo sua língua, confinando-os em asilos, obrigando-os a aprender a oralizar. A violência, tanto física quanto simbólica, estavam ali presentes, porém, os surdos resistiram, juntaram-se, criaram os banquetes, depois as associações e, até os dias de hoje lutam para que sua língua, sua forma de expressão e de acesso ao mundo, seja respeitada. A comunidade surda sempre foi e continua sendo “a mosca na sopa”, “a mosca que perturba o sono”, dos ouvintes, pois recusaram-se a aceitar as opressões. Como vimos no capítulo anterior, os surdos sempre conseguiram, de alguma forma, driblar as imposições dos ouvintes, principalmente a proibição do uso da sua língua.

Nas associações, o surdo tem a oportunidade de conviver com outros surdos e, os membros ouvintes da comunidade, têm a chance de se integrar ainda mais

com a cultura. Sendo assim, é um espaço importante de formação e construção de uma identidade.

Strobel (2008) relata que a história dos surdos vem sendo contada na perspectiva dos ouvintes. Assim, busca-se debater a história por outros meios, e as associações de surdos têm um papel crucial para que isso possa acontecer. No Brasil:

(...) Associações de surdos sempre buscaram os elos de umas com as outras para manter e facilitar o contato entre surdos de diferentes regiões do país, favorecendo a herança da língua de sinais a gerações de surdos e famílias surdas. As festas, os jogos, os encontros nacionais, foram e continuam sendo formas surdas para propiciar a interação social e o desenvolvimento da língua e cultura surda. Essas práticas linguísticas, entretanto, não eram refletidas nas Educação de surdos há muito tempo atrás. (Quadros e Massutti, 2007, p. 241)

Em um mundo marcado pelas desigualdades e diferenças, os surdos encontraram nas associações um local onde poderiam praticar suas identidades e encontrar-se com outros iguais a si. A realidade na qual estavam inseridos, uma realidade ouvicentrista, os impunha um completo isolamento, sendo assim, as associações se tornaram locais não apenas de afirmação das identidades, mas também de acolhimento e segurança. Assim:

O isolamento social propôs uma pressão em vista de busca de espaços de sobrevivência. Para sobreviver eles têm de demarcar cultura-associações, e através de um processo que mantém a resistência, a qual se nega a pertença à condição culturalmente diferenciada do mundo colonial (oralista). A reação à oralização levou a áreas opostas, onde o estereótipo e a discriminação como discursos do colonialismo tenderam a fantasias e a mania de perseguição levando a estratégias políticas de defesa. Estas invertidas não serviram ao aniquilamento, ao contrário novos territórios de sobrevivência se instalaram mesmo na proximidade do espaço do oralismo. (Perlin, 2003, p. 86-87)

As associações de surdos têm um papel fundamental na inclusão e no apoio às pessoas surdas em todo o mundo. São essas associações que unem os surdos e suas forças para galgar um caminho mais justo em meio a sociedade ouvinte. As associações, por serem espaços de luta, cultura e resistência, têm influência gigantesca na luta incansável para que as leis -, alcançadas com muita luta -, sejam

cumpridas, sendo assim, são espaços muito importantes para a comunidade e manutenção de sua identidade.

Em contexto local, a atual Associação de surdos de Joinville (ACJSJC²³), tem caráter beneficente e não governamental, buscando auxiliar no campo cultural, educacional esportivo e recreativo, buscando incluir a comunidade surda e a família na vida social da comunidade, buscando pela qualidade educacional dos surdos, além de ser um espaço de acolhimento.

Para falar sobre a história das associações de surdos na cidade de Joinville iremos usar como base a dissertação de Neide de Lima Lourenço, que pesquisou no arquivo histórico²⁴ da cidade, buscando dados a respeito dessa história. Lourenço (2018) aponta que em uma reportagem do Jornal A Notícia, do dia 12 de julho de 1988, já se encontra o registro da primeira associação de surdos de Joinville, a ADAJ – Associação dos Deficientes Auditivos de Joinville. Conforme os dados, a Associação contou inicialmente com 25 membros e tinha como objetivo trabalhar com os alunos que já frequentavam uma escola nas turmas regulares, a Escola de Ensino Médio Governador Celso Ramos.

O objetivo da Associação era integrar e alfabetizar os surdos, porém suas atividades foram encerradas e não se tem registros da motivação que levou ao seu fechamento. Lourenço (2018) aponta que somente em 2009, trinta anos depois, outra associação vai surgir, ou melhor explicando, um instituto. Se faz preciso apontar aqui que durante as entrevistas realizadas para essa dissertação foi citado a existência de uma associação em 1999, porém, a entrevistada, uma mulher surda, que participou ativamente da criação da atual associação, não trouxe detalhes e a pesquisadora Lourenço também não a abordou.

Em 2009 é criado o IJAS – Instituto Joinvilense de Assistência ao Surdo, sendo um órgão não governamental, sem finalidade de obter lucros e com o objetivo de buscar parcerias que possibilitem a inclusão dos surdos e a busca pelo cumprimento de seus direitos. Em 08 de novembro de 2016 foi fundada uma nova associação, a AASJLLE - Associação de Apoio aos Surdos de Joinville. Assim como as outras, essa associação também é não governamental e sem fins lucrativos e busca a inclusão dos surdos na vida em sociedade, porém, essa associação tem

²³ Disponível em: <https://www.acsjsc.org.br/p%C3%A1gina-inicial>

²⁴

sofrido problemas para conseguir se manter por falta de parcerias para que seus encontros e eventos possam ter um local para acontecer (Lourenço, 2018).

Uma pessoa que nos cedeu a entrevista é uma mulher surda, Jacarandá, com formação acadêmica em Artes Visuais, muito conhecida na cidade por seu envolvimento com as lutas da comunidade e a busca por direitos. Sendo assim, ao questionar a respeito das associações da cidade, ela explica que foi uma das fundadoras da nova associação, criada em 2020, a ACSJSC, associação essa que foi mencionada duas vezes durante as entrevistas, principalmente por seu caráter de luta. A respeito das antigas associações, a entrevistada Jacarandá, relata:

A associação começou desde muito tempo atrás, lá em 1999. Tinha a associação, mas não era de verdade, era uma associação só para estimular o surdo a conviver, a batalhar, a lutar. Mas o surdo sempre está lutando, mas tem dificuldade, tem a barreira linguística, falta local. Falta pessoas para conversar, na prefeitura, na câmara de vereadores, na política. Naquele tempo o surdo tinha muita dificuldade para se comunicar. Então hoje eu percebo que o surdo daquele tempo tem muita dificuldade para escrever e ler em português. É bem difícil entender, e como ele vai lutar na política se não compreende as palavras mais simples da própria política pública? Antes não tinha nada, é bem normal a associação assim, não tinha nada, como se a associação fosse para fazer amizade e convivência só (Jacarandá, 2024).

Mais adiante na entrevista, Jacarandá cita que foram feitas 9 associações na cidade de Joinville, porém, todas acabaram dando muitos problemas e foram fechadas. Então, ao ser convidada para fundar uma nova associação, em um primeiro momento, ela se mostrou muito desmotivada e talvez até desacreditada. Seu relato nos permite compreender mais um ponto, as primeiras associações não tinham um caráter de luta e sim de ser um espaço de convivência e contato entre os surdos. Embora a entrevistada aponte isso como algo necessário, ela também destaca a grande importância da associação, onde mora justamente no caráter de luta e resistência que pode assumir perante as opressões da sociedade. Porém, não se pode perder de vista que, esse contato surdo-surdo, é o que proporciona formação de identidade e de lutas políticas.

Quando cita que a associação existia, mas não era de verdade, Jacarandá coloca que, a associação estava ali, os surdos sabiam onde se encontrar, mas quando o quesito era a busca por seus direitos, a associação não atendia tal dimensão tão relevante, sendo assim podemos compreender que:

A comunidade surda tem nos movimentos surdos uma probabilidade de caminhada de resistência às práticas ouvintistas até então hegemônicas nos diferentes espaços educacionais, sociais e culturais, como também, um espaço de luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais e das identidades surdas. (Pagnussat, 2018, p. 13-14)

A narrativa da entrevistada denota que, ser um local de encontro é necessário, pois ali se criam as identidades surdas. Mas as associações não podem se resumir à somente um espaço de convivência, a importância está em seu poder combativo contra a opressão ouvintista.

Outro ponto importante que a entrevistada aborda é a barreira linguística, algo que atinge surdos das mais diversas idades, como a Jacarandá explica, os surdos mais antigos têm ainda mais dificuldade para ler e escrever no português. Muitos desses surdos mais velhos nasceram antes da Libras ser uma língua oficial, ou seja, antes de 2002, quando a Libras ganhou o status de Libras, garantido por lei, por isso, aprenderam com o método oralista ou da comunicação total, não chegaram a frequentar escolas bilíngues, que tentasse minimamente ensiná-los. Portanto, a dificuldade os acompanhou ao longo da vida, dificultando até mesmo as lutas por direitos, por ter dificuldade até para acessarem os conceitos básicos. Em outro momento da entrevista, ao ser questionada a respeito da Libras em sua vida, Jacarandá nos responde que:

Então, Libras é uma língua natural, é uma vida... Como modelo para as pessoas, entrega a comunicação para os surdos. A gente tem empatia. Mas assim, eu acho importante, é uma língua onde todos nós somos iguais, igual o português do Brasil para os ouvintes. Então o surdo tem a Libras, é igualdade para lutar. (Jacarandá, 2024)

Jacarandá, uma mulher surda, aponta que a Libras permite a luta dos surdos acontecer, ela se volta para sua primeira resposta, onde a falta de comunicação, a barreira linguística, prejudica de forma muito significativa os movimentos surdos. Fica a questão, como lutar quando não se compreende o básico do que está sendo discutido e, também não consegue se fazer entender? A comunicação é fundamental para que as lutas aconteçam. Jacarandá nos conta como foi fundar a nova associação:

(...) eu percebia que estava faltando uma associação, mas como eu entrei na faculdade, eu não queria mexer com nada disso, porque meu foco era estudar, porque essa barreira na comunicação me atrapalhava muito, a associação era algo para o futuro. Quando acabou a faculdade começaram a me procurar, vamos lutar, vamos conseguir. Mas não era o meu perfil, na minha área de artes... É bem diferente, mas eles perceberam eu tinha referência, que eu conhecia muitos surdos, então ok, vamos. Então foi criada, tem documentos oficiais, pessoas ajudando e trabalhando nas diferentes áreas, uns cuidavam do esporte, outro do lazer, outro da área social. E eu cuidando da área administrativa, mas hoje não estou mais como presidente, hoje estou por trás. Hoje tem outra pessoa na diretoria, desenvolvendo e lutando por um futuro melhor. (Jacarandá, 2024).

Outra entrevistada, Begônia, intérprete/professora de Libras, que trabalha em locais públicos da cidade e é referência para a comunidade surda, aclara:

Hoje a associação que eu sigo, que eu ... acho que tem uns dois anos que eu os acompanho, hoje eles têm muita visibilidade, tanto na área do esporte, eles até agora foram para o PARAJASC, tiveram prêmios. Eles lutam, é um trabalho muito de formiguinha mesmo, uma evolução. Depende muito das pessoas que estão à frente de uma associação para que ela seja vista. E eu percebo muito que os próprios surdos não participam da associação, as vezes tu vai lá e vê mais intérprete do que surdo participando, então é algo que realmente eles precisam ter esse conhecimento e a associação é o primeiro caminho para eles terem acesso a tudo, então hoje em dia, nos últimos anos mesmo, no último ano, eu vejo a associação muito divulgada em Joinville, bastante, bem mais que uns quatro ou cinco anos atrás. (Begônia, 2024)

Ambos os relatos são de pessoas engajadas na luta e participantes da associação, sendo a primeira uma mulher surda e a segunda uma intérprete/professora de Libras. A escolha de colocá-las juntas é porque, nas duas narrativas nos é apresentado uma nova associação de surdos, um lugar que surgiu dos surdos, com iniciativa deles e para eles, mas que ao mesmo tempo assume o compromisso de acolher toda a comunidade surda e ser um espaço de contato, não apenas de luta.

Em suas narrativas, Alamanda fala e questiona muito a respeito da falta de locais de referências para as famílias de surdos. Quando um casal descobre que seu bebê é surdo, seja por genética ou até mesmo uma doença, não existiam locais de amparo e aconselhamento, onde essas pessoas pudessem ver que a vida de um surdo é completamente normal, um local onde pudessem receber um apoio e os direcionamentos necessários.

Begônia apresenta uma associação que é ao mesmo tempo um local de luta por direitos, de debates políticos, mas, igualmente, atua como espaço de lazer e de esportes, de busca por representatividade em todos os espaços, e assim a associação vai ganhando visibilidade.

Jacarandá, relatou que foi uma das fundadoras da nova associação e, não é difícil perceber que sim, por muito tempo ela sentiu falta de uma associação que os unisse na luta. Ao analisar o que Begônia nos contou, percebemos que ela apenas corrobora com o que Jacarandá já havia relatado, ao afirmar que, mesmo tendo mais de dez anos acompanhando os surdos e as associações, somente nos últimos anos ela percebe uma verdadeira mobilização política na associação, que aos poucos se articula com os poderes da cidade, galgando os espaços que são deles por direito, porém ainda lhes são negados.

Através dos relatos podemos perceber o quanto esses espaços de articulação, de afirmação de identidade e interação, são locais importantes. Nesse caso, não apenas para os surdos, mas para todos os que fazem parte da comunidade, pois, como já foi apontado anteriormente, muitas vezes a família não sabe como lidar com um surdo. Então, é nesses lugares que vão receber apoio e, a família estar bem colocada na luta é muito importante, podemos perceber através do que Begônia nos relata:

Eu diria que é algo ... Talvez, tudo é algo enraizado, tu luta pelo que tu é incentivado a lutar. Se o surdo cresce com uma família que luta por ele, que procura, que bate na tecla, que vai atrás de acessibilidade, ele vai ser um surdo que vai crescer, vai estudar, ele vai ter uma formação e ele vai lutar pelo seu direito. Só que isso já acontece desde a infância, a maioria da família não luta pelo surdo. Então se os pais não lutam eles crescem achando que eles não têm oportunidade e ele se acomoda naquilo. Então assim, aí quando ele cresce e vê que alguns têm oportunidade, alguns se formaram, aí ele começa “ah, eu posso também”, aí ele começa a cobrar, mas de cada dez surdos é um que tem uma formação superior, é um que continua estudando. Então é mais pela família mesmo. (Begônia, 2024)

No capítulo anterior, ao analisar o Corpus da Libras, um dos dados apresentados é que apenas 7% dos surdos aprendem Libras em casa, com os familiares. No relato da pedagoga Alamanda, quando uma família tem um surdo, relembrando que a maior parte dos surdos nascem em famílias ouvintes, essa família acaba ficando perdida na situação, sem saber onde buscar um auxílio ou

ainda, não recebe as recomendações necessárias pelos profissionais da saúde, da educação, e de outros ramos que deveriam estar bem-informadas.

No relato da intérprete nos é apresentado essa realidade, onde o surdo nasce em famílias desinformadas, que não lutam por seus direitos ou não sabem como fazer. Sem saber dos direitos que aquele familiar tem, aquela pessoa não é incentivada a lutar por seus direitos. É exatamente nesses momentos que as associações se fazem necessárias e ainda mais importantes, pois se tornam esses espaços não apenas de luta e acolhimento, mas também de ensino e aprendizado para essas pessoas.

Quando nasce um surdo na família a associação está ali para auxiliar, ensinar os caminhos que precisam ser seguidos para que aquela pessoa se desenvolva de forma plena. Quando o surdo não teve esse incentivo da família, a associação está ali como um ponto de apoio, para ser um espaço de ensino sobre seus direitos e de apoio na luta para que esses direitos lhes sejam garantidos.

Podemos perceber que hoje a Associação de surdos de Joinville supre um déficit deixado pelo Governo, que não garante um atendimento de qualidade nem um suporte para a comunidade surda, além disso, é uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos.

3.5. Um ponto que precisa ser questionado: Joinville é uma cidade acessível para os surdos?

No início essa pesquisa objetivou compreender as paisagens da cidade de Joinville a partir da cultura surda, porém, é interessante perceber que ao longo das entrevistas o tema precisou ser alterado. Quando lhes foi questionado a respeito das paisagens de Joinville o assunto que mais foi mencionado foi a falta de acessibilidade nos locais, principalmente os públicos.

Durante as entrevistas um dos pontos mais mencionados foi a dificuldade de ir em um hospital e a falta de acessibilidade. Por outro lado, também é citado por eles, e de conhecimento de quem está inserido na comunidade, que parte significativa dos hospitais particulares investe em cursos e Libras, ainda que básicos.

Problema. Porque precisa, falta, prefeito e prefeitura precisam cobrar, tem que cobrar... O surdo sofre no hospital pela falta de comunicação. Eu já fui ao hospital e o médico ficou de máscara, ele falava de máscara. Eu pedi para que ele baixasse, para eu ler os lábios, e o médico não tirou. Escrevem, mas tem surdo que não conhece a escrita. (Lantana, 2024)

Ao analisarmos a situação, se nos colocarmos no lugar da entrevistada, podemos perceber o quanto é uma situação desgastante, sentindo dor e doente, ninguém conseguiu compreender sua condição. O médico recusa-se a tirar a máscara, impossibilitando um meio de comunicação possível na situação. O relato que não é incomum, na fala dos entrevistados levantou o mesmo ponto, a dificuldade de acessar os hospitais públicos.

Partindo para questões legais, a situação relatada pela entrevistada é irregular, afinal, ao analisarmos a lei da Libras, nº 10.346 de 24 de abril de 2002, no artigo 2 está colocado que:

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (Brasil, 2002)

Para além do artigo 2, também podemos citar o artigo 3, que é muito mais preciso em relação às instituições públicas:

As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. (Brasil, 2002)

Se pararmos apenas nessa lei, já se torna perceptível que garantir o atendimento para pessoas surdas não é opcional, um favor ou bondade, mas um direito dos surdos é uma obrigação do Estado, assegurado por lei. Direitos que, como já foi discutido nessa dissertação, em outros capítulos, foram conquistados através de muita luta da comunidade surda.

Se nos amparamos em outra lei, a de nº 13.146 de 06 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no art. 8, parágrafo IV, está posto que é punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa: “recusar, retardar ou dificultar

internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial à pessoa com deficiência” (Brasil, 2015).

Ainda nos atendo a lei de inclusão da pessoa com deficiência, no art. 18, parágrafo 4, inciso X, é destacado a:

Promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como orientação a seus atendentes pessoais; Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

Lírio, ex-policial e atualmente a frente de um cargo político, relata que precisou aguardar um tempo longo até que uma intérprete chegasse ao hospital, onde na época atendia uma ocorrência, hospital que faz parte da rede pública do município. Somente depois de um longo tempo de espera foi que os pais da criança vítima da ocorrência, puderam conversar com os policiais e principalmente, puderam ter notícia da situação da filha.

Essas são situações que o surdo acaba vivenciando com uma frequência preocupante, pois como já vimos antes, nas leis, o atendimento de qualidade é garantido, mas na realidade a situação é outra e muito perigosa. Manacá, um professor surdo que também nos cedeu uma entrevista, conta que muitas vezes “O surdo doente, com dor, vai no hospital e não sabem Libras, aí o surdo precisa chamar ajuda particular, pagar.” (Manacá, 2024).

Para quem vivencia a realidade da comunidade surda de dentro, sabe que isso não é algo que acontece raramente. Não é incomum um surdo ir em um local público, onde precisará de atendimento e ele ligar por chamada de vídeo para um intérprete, que muitas vezes faz o atendimento de forma gratuita, pois o profissional sabe a dificuldade que aquela pessoa está sendo submetida. Sobre isso, Begônia, intérprete e professora de Libras, relata:

(...) eles me procuram por exemplo, eles vão no PROCON, eles vão na polícia civil, as vezes eles vão e não tem acessibilidade, o que acontece, a gente trabalha como todo profissional, sendo remunerado, mas o meu trabalho vai muito além disso, jamais eles vão ligar precisando de ajuda e eu não vou atender, então eles ligam tipo, ah eu preciso, eu tô em tal lugar, aí eles ... ai você faz chamada de vídeo e explica, ah ele tá aí por causa de tal problema. Aí você faz essa mediação pra eles, mas nos órgãos públicos de Joinville todos têm direito, como eu disse, se eles chegaram em um local agora, por

exemplo, se eles chegarem lá no Centreventos e precisarem conversar com alguém lá e não tem, eles não entendem do direito deles, mas a partir do momento ... se eles chamarem a polícia naquela hora eles vão ter que ser atendidos, porque existe um decreto em Joinville que obrigue todos os órgãos públicos, tem que ter acessibilidade em Libras né, e também existe o ICON, alguns órgãos públicos utilizam o ICON, que é um direito do surdo né, só que são algumas chamadas, ou então eles pagam ou o surdo tem algumas chamadas, acho que são 3 chamadas pelo ICON ... Só que se tu tem contato com o surdo ele te adota, é como se tu adotasse um surdo a partir do momento que tu é amiga ele vai te ligar sempre, aonde ele chegar, ó tô aqui, não tão me entendendo ... E você vai acabar ajudando né, a gente ajuda sim, hoje não mais, antigamente se me chamassem, o PROCON me chamou pra eu ir ... Hoje não, porque a partir do momento que a gente sabe que é uma lei e tu fica fazendo isso voluntariamente ... não é uma lei, então eles nunca vão se adaptar à realidade, se tem alguém que faz de graça pra que eles vão cobrar a lei se tão fazendo? Então assim, acho que o que a gente precisa é realmente aumentar o conhecimento do direito do surdo, a partir do momento que ele entende do direito dele e ele cobra, vai ser ouvido, vai ser entendido e vai ter o direito dele de acessibilidade né. (Begônia, 2024)

Se a lei garante o direito à acessibilidade e a profissão de intérprete é regulamentada pela lei 12.319, de 1 de setembro de 2010, é uma profissão como outra qualquer, as pessoas estudam, se especializam, mas a partir do momento que a fazem de graça, temos aí a desvalorização dos profissionais. Não por parte dos surdos, mas por culpa do Governo, que não garante que estes sejam remunerados para realizar seu trabalho.

Voltando às leis que já analisamos até aqui, as situações relatadas pelos entrevistados, embora comum, não são corretas. As leis são criadas para serem cumpridas, porém, é possível notar que, como a entrevistada relatou, falta cobrar, falta que a prefeitura, no caso de Joinville, tome atitudes em relação à essas questões. Cabe aos vereadores atuarem, as leis estão postas, mas não são garantidas nem fiscalizadas. Outro ponto citado pelo entrevistado Manacá, foi a falta de acessibilidade aos locais de cultura, algo que também foi apontado em outras entrevistas. O professor surdo relata:

Então, eu percebo que alguns lugares têm acessibilidade, mas outros lugares não têm. Eu percebo que não tem, por exemplo, no cinema não tem legenda, e é difícil entender (...) no teatro às vezes tem, na AJOTE²⁵, lá tem intérprete. (Manacá, 2024)

²⁵ A AJOTE citada pelo entrevistado é a Associação Joinvilense de Teatro, que se mantém no Galpão de Teatro AJOTE, em 2007 ganhou o título de Utilidade Pública.

A respeito da falta de acessibilidade ao cinema por falta de legenda é também algo que podemos analisar através da lei de inclusão. O capítulo IX que aborda as questões relacionadas ao acesso à cultura, esporte, turismo e lazer, no artigo 42, aponta que:

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos (Brasil, 2010).

Através do relato de Lantana, se percebe que os surdos são muitas vezes excluídos dos espaços culturais. Essas atividades têm importância não apenas pela diversão e lazer, mas também na saúde mental e sentimento de pertencimento daquela comunidade, a lei garante esse acesso e ainda assim ele é negado. Lantana, mulher e professora surda, também relata ao ser questionada a respeito de intérpretes nos museus.

Intérprete não tem. Só a pessoa que já aprendeu, que fez o curso de Libras. Básico, intermediário e avançado. Aprendeu a atender o surdo. O surdo entende, mas às vezes não entende. Não é intérprete. (Lantana, 2024)

Esse é um ponto que pode vir a deixar alguns leitores em dúvida, então iremos aqui apontar a diferença entre intérprete e alguém que apenas sabe Libras. Precisamos voltar em algo que foi discutido em capítulos anteriores, a Libras tem uma estrutura diferente do português. Quando a pessoa apenas sabe Libras, ela vai passar uma informação do português para Libras, porém o intérprete sabe que isso não é o suficiente. O intérprete precisa entender o que foi colocado e passar para o surdo de uma forma que ele possa compreender, muitas vezes sinalizando algo muito distante do que foi dito ou escrito. Em uma entrevista com Begônia, uma intérprete experiente e referência na cidade de Joinville, ela explica:

Um intérprete dá acessibilidade através da tradução e interpretação da Libras, tanto da modalidade oral quanto da modalidade sinalizada, ou seja, como se você desse (...) A gente não usa mais essa forma de dizer, mas é como se as tuas mãos dessem a voz para o surdo. (Begônia, 2024)

Esse dar acessibilidade vai muito além de apenas passar algo do português para a Libras, é um ato de transmitir uma informação. Por isso a entrevistada relata que não tem alguém capacitado, que realmente demonstre o que aquele museu é, o que significa, porque ele é do jeito que é, porque aquelas peças foram postas em exposição, o que elas significam. Essa negação de acesso aos espaços culturais da cidade, aos museus, é algo preocupante, pois são espaços de cultura e educação. Lourenço (2018) aponta que:

O patrimônio cultural tem como uma de suas funções sociais atribuir-nos a sensação de pertencimento por meio de histórias em comum, como também possibilitar-nos a localização no tempo e no espaço, sendo ele uma articulação entre o que passou e o que estamos vivendo. (Lourenço, 2018, p. 59)

A autora explica que esse acesso aos bens culturais é algo humano, garantido por lei, porém, em ambos os relatos que analisamos aqui é visível que esses direitos estão sendo negligenciados e isso é percebido pela comunidade surda, apontado por eles, porém, nada tem sido feito.

A lei garante que esse acesso precisa ser realidade, não deveria ser uma escolha. Lourenço (2018) destaca o decreto 5.296 de 2004, que estabelece que a acessibilidade vai além do físico, além de rampas, mas garantir a acessibilidade é garantir que todos irão conseguir compreender as informações disponibilizadas. A autora salienta:

Mesmo que a lei favoreça para que todos tenham acesso a esse patrimônio, a remoção de barreiras nem sempre é de cunho material, pois muitas pessoas, não frequentam os espaços por falta de acessibilidade na comunicação, como especificamente, os surdos. Mesmo que tenham outros recursos que facilitem essa comunicação como, legendas, vídeos em Libras com apoio da tecnologia e imagens, a comunicação por meio da Libras é essencial e nada a substitui no processo de inclusão da pessoa que se comunica através dela, pois nessa comunicação acontece a interação. (Lourenço, 2018, p. 62)

A autora nos traz que em 2008, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou regras a respeito da comunicação em museus, espaços de cultura e exposições, sendo destacado pela autora, a 5.4.1, que atribui sobre o atendimento especializado em Libras. Ao questionarmos a entrevistada Caliandra, professora universitária de Libras, a respeito da cidade ser acessível, sua resposta foi:

Pouquíssimo. Pouquíssimo, né? Durante esses anos todos de trabalho, próximos de pessoas surdas, evoluímos muito. Eu digo, evoluímos como cidade, né, no todo. Vários trabalhos, várias pessoas focadas, tentando melhorar, colaborar, ampliar, gravando vídeo, levando os alunos para o museu junto com o intérprete da escola para ter uma melhor compreensão. Mas precisamos ampliar essa acessibilidade linguística, né, porque quando a gente pensa no surdo e você fala acessibilidade, tem muitas pessoas que pensam assim "mas acessibilidade não é rampa, não é elevador, não é?". Não, acessibilidade linguística, o surdo precisa da acessibilidade linguística. E a gente tem que melhorar muito ainda, para atender tanto no museu, no shopping, no banco, no hospital, né... até numa loja, numa farmácia. Então, assim, ainda precisamos evoluir muito. (Caliandra, 2024)

Essa entrevistada é alguém experiente no campo educacional e na comunidade surda. Ela aponta que a exclusão vai além dos lugares comuns, ela está no dia a dia, na falta de acessibilidade linguística, no museu, no banco, nas lojas, em todos os lugares, as pessoas precisam compreender o que é acessibilidade para os surdos.

Por conta dessa falta de acessibilidade linguística, é necessário e importante compreender a Libras como patrimônio cultural e sua importância para a construção da identidade dos surdos. É compreender a comunidade surda para além da dor da exclusão social e da surdez, é compreendê-los como pessoas comuns à nós mesmos, que possuem vidas comuns, algo que muitas vezes fica esquecido, pois a sociedade ouvicentrista os relega a um segundo plano. Reconhecer a Libras como um patrimônio cultural pode fomentar políticas públicas, proporcionando um acesso maior dos ouvintes à cultura surda e a acessibilidade seja cada vez mais proporcionada.

Patrimônio Cultural pode ser entendido como um conjunto de bens e até mesmo manifestações culturais, que carregam em si muitos significados, inclusive podem ser um símbolo da identidade de uma cultura, tangíveis ou intangíveis. A respeito do segundo, Meneses (2009) explica:

(...) patrimônio cultural, inclui o patrimônio intangível, caracterizado mais por processos do que por produtos, como formas de expressão, modos de criar, fazer viver, os quais, porém, se examinarmos mais de perto, pressupõe múltiplos suportes sensoriais, incluindo o corpo. (Meneses, 2009, p. 31)

Ao usarmos a Libras como exemplo, ela pode ser considerada um patrimônio intangível, que tem o corpo como um suporte, pois é através dele que ela se manifesta. Meneses (2009) também explica que o Patrimônio cultural pode ser algo oficial ou não, ou seja, pode ser selecionado e catalogado pelo Estado ou apenas ter se tornado um por identificação de um determinado grupo, pois é um fato social, além de carregar em si uma carga simbólica.

Essa falta de acessibilidade não atinge apenas hospitais, cinemas, locais de cultura, mas também outros espaços, como por exemplo, as delegacias. Nas entrevistas foram questionados a respeito da violência contra a mulher, e obtivemos a seguinte resposta por parte da intérprete Begônia, intérprete e professora de Libras:

Sim, sim. Até na -----²⁶ de Joinville teve uma reunião há uns três meses atrás eu acho, e eu como intérprete eu estava trabalhando e a reunião estava acontecendo lá embaixo, no ----- . Eles estavam falando das minorias, do sofrimento dos idosos assim, da violência contra mulher mesmo, que existe a procuradoria da mulher lá na -----, então eu não podia ouvir aquilo e esquecer, porque eles falaram de todas as pessoas idosos, mulheres, e as mulheres negras, as mulheres isso, só que ninguém lembra da surda e como eu já vivi isso presencialmente, eu fui e falei ... olha eu acho que vocês já pararam de pensar que a mulher ouvinte já tem dificuldade em conseguir fazer uma denúncia imagina uma mulher surda, que ela vai chegar lá ela vai tentar se explicar, não vão entender, ela vai voltar embora e ainda vai apanhar de novo porque se descobrir que ela foi, ela vai apanhar de novo. Então realmente é, elas sofrem violência desde é ... Desde uma criança, já parou para pensar que uma criança que sofre qualquer tipo de abuso vai ter que falar para alguém e uma surda vai falar para quem? (Begônia, 2024)

Essa parte da entrevista foi um momento que deixou todos pensativos, a falta de acessibilidade não afeta somente nas questões culturais, como já foi mencionado, mas afeta a vida da pessoa surda, afeta sua existência, em campos muito mais profundos. Ou seja, não conseguir pedir ajuda, fazer uma denúncia, ter um atendimento decente em um hospital, precisar esperar horas para receber

²⁶ Foi retirado o nome do órgão público citado para manter o anonimato da entrevistada.

notícias sobre a filha, são abusos que não podem ser ignorados. São questões delicadas, questões essas que em grande parte das vezes são completamente esquecidas.

Como a entrevistada relatou, o poder público deveria proteger várias minorias, algo justo. No entanto, ainda precisa ser debatido a falta de acesso para os surdos. O ignorar desses direitos é algo comum, normalizado, por isso esse trecho da entrevista toca tanto, pois mostra uma realidade crua, relatada por uma ouvinte, que trabalha como intérprete a mais de dez anos, que já vivenciou e auxiliou em muitos casos.

A entrevista nos faz perceber todos os problemas e perigos a que essas pessoas são submetidas diariamente, não conseguem ser atendidas em um hospital, não conseguem ir em uma delegacia, não podem denunciar um abuso, são silenciadas e deixadas à mercê da sociedade. Local esse que a comunidade vem lutando para sair.

Porém não podemos pensar que tudo se resume a apenas uma falta de interesse das pessoas, precisamos pensar que esses conhecimentos deveriam ser aprendidos na escola. Pois, quando o surdo não reconhece seus próprios direitos ele não pode lutar por eles e, quando a educação não faz seu papel de sensibilizar as pessoas a respeito dos temas de inclusão, então as pessoas passam a não perceber os problemas, pois você não se preocupa com o que não conhece.

A respeito da educação dos surdos no município de Joinville a pesquisadora e professora Sônia Márcia Marcilio Flambomel (2019) aponta que, foram feitos avanços na educação de surdos em Joinville, porém, embora não seja mais o oralismo que orienta as práticas, ainda podemos perceber práticas excludentes, tendo uma imposição da língua portuguesa e da cultura ouvinte. A respeito dos dados Flambomel (2019) escreve:

(...) os estudantes com surdez matriculados na Rede Municipal de Joinville (SC) frequentam sala comum com o acompanhamento do profissional intérprete (quando há esse profissional), caso contrário é um auxiliar de educador, com certo domínio em Libras, que faz o trabalho de intérprete; assim como é oferecido o atendimento do AEE nas salas de recursos multifuncionais para os estudantes com surdez. Na Rede Estadual os estudantes estão matriculados em sala comum, com o acompanhamento do intérprete; do instrutor e do professor bilíngue; considerando a necessidade do desenvolvimento linguístico do aluno com surdez a escola comum deve viabilizar sua escolarização em um turno, e o AEE no contraturno, contemplando o

ensino de Libras; o ensino em Libras e o ensino da Língua Portuguesa. (Flambomel, 2019, p. 57 - 58)

Diante dos dados apresentados pela pesquisadora e analisando as entrevistas que apresentamos até aqui, podemos perceber que, embora tenham acontecido avanços no âmbito educacional do município, ainda podemos ver questões que precisam ser resolvidas, pois diz respeito a vida de cada estudante, pois tudo começa na educação.

Nesse subtítulo percebemos que as leis de acessibilidade existem, não por boa vontade do Governo, mas por muita luta da comunidade surda. Porém, as leis são ignoradas pelo próprio poder público e os surdos continuam sofrendo violências, não físicas, mas simbólicas. É negado a eles o acesso aos hospitais, aos locais de cultura, lhes é negado o acesso ao patrimônio cultural, resumidamente podemos entender que para os surdos é negado o direito de ser cidadão.

Quando nesta dissertação nos propomos a entender a Libras como um patrimônio cultural da comunidade e apontar os motivos, objetivamos também buscar que esses direitos sejam garantidos e que a lei seja cumprida.

3.6 E trabalhar, o surdo pode?

Joinville é uma cidade acessível para que os surdos possam trabalhar? Nesse ponto, ao ser questionada a respeito, a entrevistada Alamanda, pesquisadora a respeito da acessibilidade para os surdos em Joinville, respondeu:

É, eu não tenho muito acesso a essas informações, mas assim, meu esposo trabalha na prefeitura, ele trabalhou muito tempo na CEPAT, e realmente, é mais “tranquilo”, porque ele não tem uma deficiência aparente, então ele passa despercebido, vai lá, e for uma produção que não precisa daquela coisa do barulho, o risco né, isso eu estava até falando para ele a respeito da cota para PCD, a empresa ela quer contratar se ela for obrigada, se ela puder evitar ela evita, e a mesma coisa pro surdo... Porque assim, pra ter um surdo eu vou ter que alguém que se comunica com ele, vou ter que adaptar o meu ambiente para a questão visual e eles tem uma cultura diferente da nossa, mesmo que a gente está no mesmo país eles têm uma visão de mundo diferente, e aí as pessoas precisam estar preparadas para isso, são pessoas que não tiveram acesso a língua, tem uma visão que às vezes assim ... não é a mesma visão que eu não tenho, que nós não temos aqui. E quando tem uma deficiência é pior ainda, muitos surdos são explorados pela família, os salários deles vão

todos para terceiros, eles não usufruem do que eles poderiam com o salário. (Alamanda, 2024)

Alamanda nos traz questões que precisam ser analisadas, como a violência simbólica contra os surdos, infelizmente para quem vivência de dentro a realidade da comunidade surda, é perceptível que, enquanto muitos surdos têm uma relação muito boa com a família e são tratados com amor e respeito, também se entende que muitos possuem relações muito complexas, onde são explorados.

A fala dela também nos apresenta outro cenário, onde as empresas não fazem contratação de funcionários PCDs por bondade ou vontade própria, mas sim porque existem leis que garantem esses direitos, e ainda sim, a empresa vai analisar para contratar o funcionário que trará menos gastos e mais lucros. Existe uma frase popular que diz “CNPJ não tem coração”, uma realidade em muitas empresas que visam somente o lucro. Em outro trecho da entrevista, Alamanda continua:

Então assim, a questão da inclusão no geral, eu acho que tem que ser bem pensada, porque a lei tem, mas assim, a gente precisa entender ... estava até falando com meu cunhado, porque assim, meu cunhado é PDC, meu esposo também é e meu sogro também é. Então assim, por exemplo, vou alongar só um pouquinho para gente explicar... Ele fez enfermagem, mas ele é funcionário público, ele trabalha como agente administrativo. Ele não é chamado para ser enfermeiro porque ele tem o primeiro emprego dele, no caso enfermagem seria o segundo, aí meu esposo falou “Você não tá sendo contratado porque você só vai entrar em uma vaga se a pessoa que está lá sai”. Aí eu falei assim, engraçado né, porque a primeira coisa que eles vem não é a ... Porque poderia contratar a pessoa mesmo que não estivesse dentro da cota, porque a pessoa tem a capacidade, ele tem a capacidade, ele estudou como outros, ele não tem nenhuma deficiência aparente, deficiência física mas não aparente, eu falei assim, quando falam pra escola é o que? Primeiro a gente tem que olhar a criança, não a deficiência. Aí quando essa pessoa vai para mercado de trabalho é primeiro olhando o que? A deficiência e não a pessoa. Eu conheço pessoas cegas que trabalham, produzem muito mais que uma pessoa que não tem nenhuma deficiência. Eu acho que a empresa tem que olhar para isso, você tem o período de experiência que você pode ensinar a pessoa e a pessoa ter que se adaptar, e tem regras. É que assim botam todo mundo em um pacote, deficiente, tudo num pacote só. Mas não é. É isso que eu falo, a falta de informação não deixa as pessoas verem além. (Alamanda, 2024)

Essa resposta pode ser analisada a partir de vários pontos, aqui daremos início para a porcentagem de PCD's que a empresa precisa contratar. De acordo

com a lei nº 8.213/1991, a lei das cotas, no artigo 93 se determina a porcentagem de PCD's por número de funcionários, sendo:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 Empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

(Brasil, 1991)

A entrevistada nos relata sobre uma realidade que por muitas vezes nos recusamos a perceber. Embora uma pessoa com deficiência estude tanto quanto uma pessoa sem nenhuma deficiência, fora da cota de PCDs estabelecida pela lei, raramente serão contratadas. As empresas não compreendem que um PCD tem a mesma capacidade dos outros trabalhadores, além disso, como relatou a entrevistada, muitas empresas não querem fazer as adaptações necessárias para receber esses trabalhadores. Ao falar sobre a cota que a lei estabelece, outro entrevistado, Ipê, ouvinte filho de pais surdos, nos relata algo muito parecido.

Eu imagino que... Eu não vou te confirmar que é realmente 3%, mas pelo que eu me lembro é sim, a contagem é 3% do PCD. Eu acho, eu imagino que eles veem por esse lado realmente grosseiro, que não vão se distrair mais, mas ... é realmente isso, eles querem realmente bater a contagem, se não tiver realmente não tem o que fazer... (Ipê, 2024)

Vereta e Streiechen (2024) apontam em sua pesquisa a respeito dos surdos no mercado de trabalho que as empresas contratam PCD's porque a lei determina uma cota, mas raramente se vê uma porcentagem superior. No caso dos surdos, muitas empresas veem como um obstáculo ou contratam, mas não entregam o mínimo, um intérprete, para que esse trabalhador possa ter compreensão da realidade da empresa. Por isso, ao ser questionada se os surdos estão inseridos de forma plena no mercado de trabalho, a entrevista Caliandra respondeu que:

Não, plena não. Eu já ouvi muito isso, né, igual você ouviu essa frase capacitista. Ouvimos também, assim, muitas vezes: - "Ah, o surdo não precisa nem EPI, né? Ele não escuta nada, então para que eu vou oferecer". Gente? Ele não escuta, mais a vibração, o barulho

incomoda, a mesma coisa, tem que oferecer EPI. "Ah, é? Tem que oferecer EPI para surdo?". Meu Deus, né? Então, frases capacitistas. Não está... a gente não tem um acolhimento pleno, né? Tanto, tem muitas empresas inclusivas, eu digo isso porque assim, ó, investe em formação, né? Eu digo isso porque chamam para dar curso de Libras, sabe? O meu foco é o meu funcionário. Ah, tem uma integração, alguma coisa, chamam, intérprete, ou tem alguém na própria empresa que eles investiram, né? A pessoa se manifestou: " - Olha, eu tenho... eu um gosto por Libras. Invistam em mim e eu vou fazer esse trabalho", né? Então tem isso. Mas tem aquela que o líder, o chefe, tem que se desdobrar para passar a informação. Muitas vezes é mostrando, olha, você pega isso e coloca aqui. Numa integração, o surdo está lá, sem entender nada, só segue o fluxo. Então, a gente não tem... eu não vejo como essa plena, não... temos pontuais. Como eu falei já no início, evoluímos muito. Para lá, naquele momento, alguns anos atrás, não precisava dar o EPI [para agora] ou... outra frase bem capacitista é: "- Ah, eu gosto de contratar surdo porque não tenho que arrumar nada de acessibilidade. Se eu contratar um cego, eu vou ter que colocar um piso. Se eu colocar uma pessoa que faz uso de cadeira de rodas, eu vou ter que tornar acessível o meu espaço aqui. O surdo não, o surdo é só colocar e trabalhar, está tudo bem". E aí não tem aquela valorização, não tem aquele entendimento de que ele precisa sim se comunicar, ele precisa sim entender como funciona a empresa, ele precisa sim ter um sinal de alerta, pegou fogo, tem que ter alguma coisa lá, ele precisa ter isso. Então, infelizmente, ainda temos isso. Evoluímos? Evoluímos, mas precisamos evoluir muito mais. (Caliandra, 2024)

Nos relatos que trouxemos aqui podemos perceber que, a situação tem melhorado, as empresas têm aos poucos se adequando para receber os PCDs, aqui colocamos os surdos como foco. Tem contratado intérpretes para as reuniões, têm realizado processos que cada dia mais vem incluindo essa parte da sociedade, embora os problemas ainda existam, sendo para os surdos a dificuldade comunicacional.

Caliandra, professora universitária de Libras, nos explica que por um tempo acreditava-se que não era necessário dar EPIs de segurança auditiva para os surdos, hoje já se entende que sim, é necessário. Ela também nos aponta que por muito tempo se entendeu que ao contratar um surdo não era necessária nenhuma adaptação, por isso eram o foco de contratação para cargo de PCD's, hoje já se entende que precisam de adaptações, como sinais luminosos e principalmente, intérpretes, porque aquela pessoa precisa estar integrada.

Na entrevista da Caliandra podemos ver que, no passado, até itens básicos por EPIs eram dispensados no caso dos surdos, ou não se entendia que a

acessibilidade que precisava ser promovida para eles era diferente, não era uma acessibilidade física, mas comunicacional.

No relato da Camélia temos uma realidade interessante, a do chefe e dos funcionários se esforçando para ajudar a colega surda. Essa é a importância do contato, pois quando se conhece uma pessoa surda passamos a compreender as necessidades deles, passamos a tentar, de alguma forma, tornar o local acessível para a pessoa. Esse deveria ser o trabalho realizado já dentro da escola, porém as escolas ainda têm falhado nisso, não por culpa dos professores, mas do Governo.

Em contrapartida percebemos que, a maior parte das empresas, como foi apresentado em uma pesquisa, ainda não faz a contratação dessas pessoas para as vagas comuns, apenas para as vagas cotadas para PCDs.

3.7 Considerações Finais

O capítulo teve como principal foco trabalhar com as entrevistas orais que foram coletadas através da metodologia da história oral, objetivando trazer o protagonismo para a comunidade surda, deixando que ela mesma narrou sua história, abordando as dificuldades de acessibilidade e os preconceitos da sociedade, mas além disso, para além da dor, abordou-se questões cotidianas, tendo em foco a importância que a Libras tem na vida de cada uma das pessoas que pertence a comunidade.

Um ponto singular do capítulo três em relação aos outros é que, nele, focou-se em trabalhar com as perspectivas de Joinville, afinal, foi a cidade onde concentraram-se as pesquisas. Durante as entrevistas também foi abordado, embora não de forma direta, os ouvintes que fazem parte da comunidade surda, que também estão engajados na luta, buscando melhorias de condições de vida e servindo de suporte para que as pessoas surdas possam ocupar ainda mais espaços.

Neste capítulo também nos deparamos com realidades duras, mas que precisam ser expostas e discutidas, como a falta de acessibilidade em diversos locais públicos. Porém, o mais tocante foi ver que as três pessoas surdas pontuaram a falta de acesso aos hospitais da rede pública. Através desses relatos e de tudo que sentimos ao ouvi-lo é que ficou ainda mais compreensível o quanto a história oral foi essencial nesta dissertação, pois através dela as pessoas surdas contaram

suas histórias e sua realidade, podendo assim sensibilizar quem se dispôr a ler este capítulo.

Ao analisar as leis, que são em uma quantidade razoavelmente grande, de acessibilidade e contrapor com o que foi colocado nas narrativas, podemos perceber que as leis existem, mas ainda falta acessibilidade e incentivo, este último para que se forme um número cada vez maior de intérpretes e tradutores, e que acima disso, estes também sejam valorizados, que sejam vistos como profissionais que precisam ser reconhecidos por seus esforços.

No âmbito trabalhista percebemos que as relações têm sido alteradas. As empresas têm se adaptado para receber os trabalhadores surdos, através do incentivo do governo e de leis, mas, ainda assim, não podemos ignorar que são pequenos avanços que precisam ser levados em consideração e entendido como pequenas vitórias.

Embora muito do que foi trabalhado durante o capítulo três tenha parecido negativo, ainda assim encerramos esse capítulo, como no anterior, de forma otimista, tendo a certeza de que aos poucos a situação tem mudado, não por boa vontade dos ouvintes, mas por persistência da comunidade surda. As pessoas surdas têm ocupado vários espaços da sociedade e galgado os que ainda não alcançaram, a mudança tem acontecido, aos poucos, com certa lentidão, mas a comunidade surda sempre teve força para persistir e lutar, e continuará tendo.

CONCLUSÃO

Podemos usar como ponto para a conclusão final dessa pesquisa a frase usada para encerrar o primeiro capítulo, “O surdo sempre existiu, a surdez foi inventada”, a partir dessa frase vamos analisar a dissertação que foi escrita como resultado dessa pesquisa.

Diante dessa frase, podemos analisar cada linha desta dissertação, afinal, toda a realidade dos surdos, a partir do ponto de vista dos ouvintes, não está baseada na pessoa surda, mas sim em sua surdez, apontada e entendida como algo ruim, uma deficiência, algo que precisa ser consertado e eliminado, afinal difere do padrão visto como algo normal, o ouvir. O ouvintismo impõe ao surdo que se adeque às questões de normalidade da sociedade ouvinte, e a partir dessa imposição a vida da pessoa surda é moldada.

As questões de falta de acessibilidade e inclusão foram problemas criados pelos ouvintes, na busca constante do corpo perfeito. Neste caso, todos aqueles que não se enquadrem nos padrões impostos como corretos e normais, devem ser segregados, rotulados e tratados, buscando emoldurá-los no padrão.

A história das pessoas surdas, ponto esse que está no âmbito da busca por poder, foi selecionada, narrada e escrita por ouvintes. Nesse ponto, precisamos voltar nas discussões de poder que já foram realizadas nesta dissertação, onde discutiu-se a partir de Bourdieu (1983) e Foucault (1996). Entendemos que a História é um campo de jogo, e nele, os jogadores disputam o poder entre si para ganhar o direito de narrar a história. Sendo assim, a história dos surdos narrada pelos ouvintes pode ser uma história de deficiência, de exclusão e sofrimento, raramente é uma história a partir dos surdos.

Não podemos pensar que essa escolha de narrar a história dos surdos a partir da exclusão é uma escolha inocente, mas sim pautada na luta de poderes, muito consciente, sempre pautada pelas estruturas sociais excludentes da sociedade ouvintista. Nessa pesquisa entendemos que os ouvintes impõem barreiras aos surdos, negando direitos e até mesmo sua língua. Nesse sentido, negar o direito à história e ao patrimônio cultural também é algo que acontece. A pesquisa aqui em questão tentou buscar narrar a história dos surdos por outro ângulo, buscou-se ressignificar a história, objetivando contar a história das pessoas surdas a partir delas, e não a partir da surdez.

No primeiro capítulo fez-se uma linha do tempo, trazendo temas como as violências contra os surdos ao longo da história, mas também as ações de resistência, como os banquetes, que foram importantes formas de convivência e trocas entre surdos e a comunidade surda, além de apontar a busca constante pelo direito à língua e espaço na sociedade, algo que por muito tempo lhes foi negado.

É interessante perceber que o passado e o futuro estão mais interligados do que imaginamos, nesse primeiro capítulo conseguimos compreender as questões de falta de acessibilidade nos dias atuais, como continuidades dos processos de exclusão e segregação do passado. O direito à vida plena em sociedade foi negado para os surdos por muito tempo, sendo assim, essas questões refletem hodiernamente, uma vez que, muitas vezes, o direito à acessibilidade ainda é negado aos surdos.

No primeiro capítulo também buscou-se compreender a atuação do Instituto Imperial de surdos-Mudos, um espaço não somente de isolamento, mas de acolhimento e convivência. Além de destacar como a Libras, longe de ser uma imposição externa, foi uma criação dos próprios surdos, que mesclou a língua de sinais francesa, ensinada no instituto, e os sinais usados no dia a dia dos surdos. A atuação do Instituto buscou atender às necessidades de comunicação e interação, além de fortalecer a cultura surda, consolidando a Libras como um elemento essencial de resistência e pertencimento.

Embora em muitos momentos da história e dos dias atuais, como nos descumprimentos das leis, algo que analisamos no terceiro capítulo, pareça ir sempre por um caminho ruim e pessimista, essa dissertação buscou destacar questões importantes de resistências e avanços no campo patrimonial e em outros setores.

Embora a história nos traga pontos de exclusão, apagamento e segregamento, precisamos levar em consideração que as pessoas surdas, juntamente com a comunidade surda, tomaram as rédeas da própria história. Os banquetes aqui já mencionados, são exemplos interessantes, afinal eles aconteciam como autorização dos ouvintes, usados como desculpa para homenagear o abade L'Epée e, na verdade, eram espaços de cultura e interação. Esses são bons exemplos de luta e resistência pelo direito à língua, esta que lhes foi negada e até mesmo proibida.

No segundo capítulo fizemos a análise do Corpus do IPHAN e a inclusão da Libras no Inventário Nacional de Diversidade Linguística. Inclusão essa que pode ser vista como uma conquista para a comunidade surda, pois, é uma ferramenta fundamental no fortalecimento da luta da comunidade surda, além de promover e garantir os direitos linguísticos. O Corpus fortalece e valoriza ainda mais a cultura surda, reconhecendo o status da Libras como uma língua, além de compreendê-la como um fator muito importante para a história e cultura das pessoas surdas. Conquista essa que impulsiona políticas públicas voltadas à preservação e ao fortalecimento e difusão da Libras.

Neste capítulo também abordamos a Libras como um instrumento fundamental de luta e resistência das pessoas surdas. Buscamos destacar o caminho para sua oficialização por meio da lei, que foi conquistada em 2002, resultado de décadas de mobilização e reivindicações. Buscou-se compreender o processo de resistência das pessoas surdas e da comunidade. Afinal, a lei não foi algo dado por boa vontade do Governo ou dos ouvintes, mas algo que exigiu muita luta e muito esforço pelas pessoas surdas que ousaram desafiar a exclusão imposta pelo oralismo e reivindicar seus direitos, tanto linguísticos como culturais.

O reconhecimento da Libras como uma Língua de referência e sua inclusão no INDL é um momento importante para a preservação e difusão da mesma, promovendo avanços importantes principalmente no âmbito educacional, que tem um papel fundamental no ensino da Libras e no combate ao preconceito e a desinformação. Para além, reconhecer a Libras como um Patrimônio, é compreender que ela é uma parte fundamental da identidade da comunidade surda.

O terceiro capítulo teve como base a História Oral, através de entrevistas, que foram espaços seguros. A comunidade pode contar ou sinalizar suas trajetórias, desafios e vivências, promovendo uma comparação entre suas experiências reais e o que está previsto nas leis de inclusão. Embora o estudo tenha tido como cenário Joinville, os relatos refletem a realidade de todo o país, onde as leis existem, porém não são cumpridas ou fiscalizadas.

Apesar das discussões conduzidas durante toda a dissertação evidenciarem que ainda nos resta muita luta pelo caminho e que este ainda é longo e pedregoso, as leis estão postas. No entanto, é preciso considerar que os direitos ainda não são assegurados, a exclusão ainda acontece. Porém, para além de ressaltar os desafios,

buscamos evidenciar os avanços conquistados e a força da comunidade surda, que segue resistindo, reivindicando espaço e promovendo mudanças significativas.

A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 assegurou o direito à educação e à acessibilidade para as pessoas com deficiência, porém, percebe-se ao observar nossa sociedade que, embora a lei seja notavelmente um avanço, na prática, no cotidiano, ela está longe de ser aplicada. Sua implementação enfrenta desafios ainda que tenham ocorrido avanços legislativos. Os obstáculos estão presentes, podemos citar a falta de acessibilidade, a falta de recursos e até mesmo a falta de conhecimento da sociedade ao redor, o que dificulta o cumprimento da lei. Pessoas com deficiência enfrentam diariamente a falta de acessibilidade, vivendo em meio ao isolamento social, que prejudica seu desenvolvimento e vida social.

Nesse sentido, entendemos que é de suma importância a conscientização e capacitação de profissionais, para que os direitos previstos por lei sejam respeitados e postos em prática na sociedade. Quando direcionamos nosso olhar para a História e a analisamos de forma crítica e interrogativa, entendemos que o tratamento dado às pessoas com deficiência, não é algo inocente ou sem propósito, mas algo planejado, para que as disputas de poder na sociedade pende sempre para um lado.

A escolha de trabalhar com a metodologia da história oral foi uma escolha pela democracia das narrativas. A história oral nos permite dar espaço narrativo para os mais diversos públicos, inclusive os marginalizados da história, afinal a história das pessoas surdas foi por muito tempo escrita pelos ouvintes. Além do aspecto inclusivo da história oral, podemos pensar por outras perspectivas, como a chance de conscientizar as pessoas a respeito dos desafios diários em que as pessoas surdas são submetidas, mas além disso, é uma chance de promover a difusão da Libras.

Desde o início, esta pesquisa teve como um de seus principais propósitos garantir o protagonismo dos surdos, permitindo que sua história fosse contada através da sua perspectiva. Esse objetivo perpassou os três capítulos da pesquisa, buscando destacar uma narrativa de luta, persistência e resistência da comunidade surda, em vez de reforçar a narrativa da exclusão, segregação e sofrimento. Ao longo da pesquisa, buscou-se evidenciar o protagonismo dos surdos na construção de sua própria história, apresentando-os como mais do que vítimas de um sistema ouvintista, mas como agentes ativos na conquista de direitos, no fortalecimento da Libras e na valorização de sua cultura.

Enquanto alguém que estuda Libras a mais de cinco anos e começando a aprender a profissão de intérprete/tradutora, consigo perceber a importância da história oral, principalmente por poder proporcionar para os três entrevistados um espaço onde possam ser eles mesmos, usando a própria língua, sem precisar fazer grandes esforços para se expressar. Foram três entrevistados surdos, pessoas comuns, que relataram suas histórias e suas vivências no dia a dia, relataram sobre suas experiências enquanto pessoas surdas e ajudaram a escrever mais algumas linhas da história das pessoas surdas.

Durante as entrevistas foi impossível não se sensibilizar, pois quando se aprende Libras e se entende a importância dessa da língua para essa comunidade – que você passa a fazer parte – o envolvimento acontece naturalmente, o sentimento de empatia e o colocar-se no lugar do outro.

Os relatos envolvendo a dificuldade de acessar os hospitais foram os que mais me marcaram e tocaram, afinal, é difícil não imaginar o quanto a situação é desesperadora, de estar doente, precisar de um médico e se deparar novamente com a falta de acessibilidade.

As entrevistas embora curtas foram momentos de muitas trocas e acima disso, foram momentos que promovam ainda mais conhecimento e empatia, porque embora faça parte da comunidade surda, os relatos que ouvi naquelas entrevistas foram tocantes demais, tanto as entrevistas das pessoas surdas quanto a dos outros, pessoas que também são parte da comunidade e vivenciam a realidade e querem mudá-la.

Finalizei essa dissertação tendo ainda mais certeza do que quando comecei, a Libras é sim um Patrimônio cultural da comunidade surda, não apenas por ser reconhecida como tal por estar no INDL, mas além disso, a Libras é um símbolo para nós que fazemos parte da comunidade, se torna parte de quem somos, uma parte que nunca vai embora. Mesmo que um dia, nós, ouvintes, deixemos de usar a Libras, tudo que ela representou um dia, continua, isso é algo que ficou claro durante uma das entrevistas, onde a entrevistada já não lembrava quase nada de Libras, por não usar, e ainda sim a dissertação de mestrado dela foi sobre a falta de inclusão dos surdos nos museus.

Quando aprendemos Libras, nos envolvemos com a comunidade, a Libras também passa a ser nosso Patrimônio, é um símbolo de quem somos, fazendo parte da nossa identidade, essa é uma experiência minha enquanto alguém que estuda e

usa a Libras, porque é através dessa Língua, usando minhas mãos, que posso promover acessibilidade para todos.

Eu termino essa dissertação com o sentimento de dever cumprido, alcancei o que desejava, propiciar um espaço para a comunidade surda, que faço parte. Finalizo sabendo que a luta continua, mas a comunidade surda tem força e vontade para conquistar todos os seus direitos e proteger o seu patrimônio.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA DE LIBRAS. **Ernest Huet: O pai dos surdos**. Academia de LIBRAS, 2019. Disponível em: <https://academiadelibras.com/blog/ernest-huet/>. Acesso em: 5 jul. 2024.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALAMANDA; BASTOS, Eloiza. **Entrevista oral**. [out. 2024, Joinville]. Entrevistadora: Eloiza Bastos. Projeto de pesquisa “Um Patrimônio Construído pelas mãos: Libras como um Patrimônio cultural da comunidade surda”.
- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: _____. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMANAK Laemmert (1844-1889). In: HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394x&pagfis=9468>. Acesso em: 29 jul. 2024.
- ALVES, Maria C. S. de Oliveira. A Importância da História Oral como Metodologia de Pesquisa. In: SEMANA DE HISTÓRIA DE PONTAL, 4., 2016, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 29 nov. - 2 dez. 2016.
- ANCHIETA, Ester Vitória Basílio. Suicídio e Surdez: A saúde mental não acessível. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, Criciúma, v. 6, n. 6, 2020.
- ARRUDA, Amanda Avansini. A Solidão da pessoa surda: Análises e sentimentos sobre o direito à comunicação da comunidade surda no Brasil atual. **Empório do Direito**, 2023. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/a-solidao-da-pessoa-surda-analises-e-sentimentos-sobre-o-direito-a-comunicacao-da-comunidade-surda-no-brasil-atual>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BEGÔNIA; BASTOS, Eloiza. **Entrevista oral**. [out. 2024, Joinville]. Entrevistadora: Eloiza Bastos. Projeto de pesquisa “Um Patrimônio Construído pelas mãos: Libras como um Patrimônio cultural da comunidade surda”.
- BENTES, José Anchieta de Oliveira; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Normalidade, diversidade e alteridade na história do instituto nacional de surdos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p. 957-976, out./dez. 2016.

BENVENUTO, Andrea; SÉGUILLON, Didier. Primeiros banquetes dos surdos-mudos no surgimento do esporte silencioso 1834-1924: por uma história política das mobilizações coletivas dos surdos. Tradução de Maria Luizete Sobral Carliez. **Revista Moara**, Edição 45, p. 66-82, jan./jun. 2016.

BERNARAB, Liazid; OLIVEIRA, Celso Socorro. Estudo da Língua Brasileira dos Sinais e da Língua dos Sinais francesa através da sua formação e da influência do segundo congresso internacional de Milão na Educação dos surdos. In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 4., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina, 29 a 31 out. 2007.

BESSE, Jean-Marc. Estar na Paisagem, Habitar, Caminhar. In: CARDOSO, Isabel Lopes (org.). **Paisagem Patrimônio**. Porto: Dafne Editora, 2013.

BIGOGNO, Paula Guedes. **Cultura, Comunidade e Identidade surda: O que querem os surdos?** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

BOEIRA, Elisama Rode. **O surdo e o intérprete de libras: histórias e vivências que se entrelaçam**. Curitiba: Appris, 2022.

BOURDIEU, Pierre. Alta cultura e alta costura. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Panorama – Joinville**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.387, de 23 de dezembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 1991.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CABRAL, Dilma. Instituto dos surdos-Mudos. In: **Dicionário da Primeira República**. Disponível em: <https://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/747-instituto-dos-surdos-mudos>. Acesso em: 5 jul. 2024.

CAMÉLIA; BASTOS, Eloiza. **Entrevista oral**. [set. 2024, Joinville]. Entrevistadora: Eloiza Bastos. Projeto de pesquisa “Um Patrimônio Construído pelas mãos: Libras como um Patrimônio cultural da comunidade surda”.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARRARO, Eloyse; MOURO, Karianny. O processo histórico da Língua Brasileira de Sinais. In: ENCONTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (ENCITEC), 12., 2015, Toledo. **Anais...** Toledo: FAG TOLEDO, 2015.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo. In: ALMEIDA, W. G. (org.). **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**. Ilhéus: Editus, 2015. p. 11-26.

CHAGAS, Carmen Elena das. O papel social da língua: o poder das variedades linguísticas. **Soletras**, vol. 8, n. 16, p. 1-12, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/26617>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CNPq - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Currículo Lattes**. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 12 abr. 2025.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar. Aproximações entre história pública e história oral: o caso do Laboratório de História Oral da Univille. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 96–129, 2016. DOI: 10.5965/2175180308192016096. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308192016096>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CORPUS. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha]. “corpus”. Def. 2: Conjunto de documentos que servem de base para a descrição ou o estudo de um fenómeno. Lisboa, 2008-2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/corpus>. Acesso em: 15 ago. 2025.

COSTA, J. S. da et al. Exclusão Social da Pessoa surda: Possíveis Impactos Psicológicos. **Revista Psicologia & Saberes**, Maceió, v. 9, n. 19, p. 86–97, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/1255>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CRISTIANO, Almir. surdo - Mudo. **Libras**, 2020. Disponível em: <https://www.libras.com.br/surdo-mudo>. Acesso em: 24 ago. 2023.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA. **FioCruz**. Disponível em: <https://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-auditiva.htm>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FELIPE, Tanya A. Pela Regulamentação da Lei 10.436, 24 de abril de 2002. **Revista Feneis**, Brasília, ano V, n. 24, p. 3-5, jan./mar. 2005.

FORESTI, Taimara; BOUSFIELD, Andréa Bárbara da Silva. A compreensão da Deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. **Psicologia Política**, v. 22, n. 55, p. 654-667, 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Aula de 1 de março de 1976. In: _____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREITAS, Karina. Dia Internacional da Linguagem de Sinais procura promover a inclusão de pessoas surdas. **Alesp: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?23/09/2021/dia-internacional-da-linguagem-de-sinais-procura-promover-a-inclusao-de-pessoas-surdas>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

GALUCIO, Ana Vilacy; MOORE, Denny; VOORT, Hein van der. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 38, p. 194-219, 2016.

GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. A História Oral nos vãos da Democracia. In: _____. **História Oral, A democracia das Vozes**. São Paulo: Pontocom, 2019.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de Valor: Patrimônio Cultural em Santa Catarina**. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.

GRUPO FENEIS. **Documento: A Educação que Nós surdos Queremos**. 2018. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/documento_a_educacao_que_nos_surdos. Acesso em: 24 jan. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HORA, Mariana Marques da; OLIVEIRA, Ana Nicolle Conceição de. Pessoas surdas, direitos humanos e o acesso à justiça. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2022. **Anais...** [S.l.], 2022.

HUET, Ernest. **Rapport à l'Empéreur**. 22 jun. 1855. Carta manuscrita. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/185>. Acesso em: 5 jul. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística**. Brasília: IPHAN, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Página de detalhes sobre patrimônio cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/140>. Acesso em: 18 nov. 2024.

JOINVILLE. Prefeitura Municipal. **Joinville: Cidade em dados – Características gerais (2018)**. 2024. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/Joinville-Cidade-em-Dados-2018-Character%C3%ADsticas-Gerais.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

JÚNIOR, Gláucio Castro. Dia do surdo: reflexões sobre a importância da Representatividade surda. **Notícias UNB**, 2025. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/6796-dia-do-surdo-reflexoes-sobre-a-importancia-da-representatividade-surda>. Acesso em: 28 jan. 2025.

KEZIO, Gérison Fernandes Lopes. Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LETRAS, 1., 2016, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2016.

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O Capacitismo e suas formas de Opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p. 1-22, 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LEITE, Tarcísio de Arantes. **Ensino de Segunda Língua com Foco no Professor: História Oral de Língua de Sinais Brasileira**. 2004. Dissertação (Mestrado em Língua Inglesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEVY, Cilmara Cristina Alves da Costa. **História da Surdez**. São Luís: UNA-SUS/UFMA, 2019.

LIMA, C. R. O.; RÜCKERT, F. Q. A ve(o)z do povo surdo: do historicismo à história cultural. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, v. 7, n. 1, p. 7-19, 2020.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Educação particular e publicidade no Almanak Laemmert (1844-1859). Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/pesquisa-e-editoracao/programa-nacional-de-apoio-a-pesquisa/pnap-2007/educacao-particular-e-publicidade-no-almanak-laemmert-1844-1859>. Acesso em: 5 jul. 2024.

LOURENÇO, Neide de Lima. **O que é patrimônio cultural para quem não ouve, mas vê, sente e se emociona? As representações dos surdos sobre o patrimônio cultural de Joinville**. 2018. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2018.

LULKIN, Sérgio Andrés. **O silêncio disciplinado: a invenção dos surdos a partir das representações ouvintes**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MANACÁ; BASTOS, Eloiza. **Entrevista oral**. [set. 2024, Joinville]. Entrevistadora: Eloiza Bastos. Projeto de pesquisa “Um Patrimônio Construído pelas mãos: Libras como um Patrimônio cultural da comunidade surda”.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTERIAL REPORT: Império, 1832-1888. In: CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Disponível em: http://ddsnex.crl.edu/titles/100?terms&item_id=1691. Acesso em: 29 jul. 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual da História oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MIRANDA, Sérgio Gomes de. Linguagem e Língua: Uma Reflexão Acerca da Dialética Ensino - Aprendizagem. **Griot – Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 1, n. 1, p. 1-12, jul. 2010.

MOISES, Ronaldo Rodrigues; STOCKMANN, Daniel. A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos. **History of Education in Latin America – HistELA**, v. 3, p. 1-23, 2020.

NEVES, Gabriele Vieira. **Educação de surdos em Caxias do Sul de 1960 a 2010: Uma História Escrita por Várias Mãos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

PAGNUSSAT, R. A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DAS ASSOCIAÇÕES DE surdos PARA TORNÁ-LOS SUJEITO ATUANTE NA SOCIEDADE. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste**, v. 3, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/17592>. Acesso em: 24 ago. 2023.

PAVAN, Grasiela. **Libras como língua (de direito) no registro da memória da comunidade surda**. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020.

PEREIRA, Márcio. A História da Pessoa com Deficiência. **Revista Ciências Gerais em Foco**, [S.l.], v. 8, n. 5, 2017.

PERLIN, Gladis T. T. A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais (ILS). **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 136-147, 2006.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: Um olhar sobre as diferenças**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

PERLIN, Gladis T. T. **O Ser e o Estar Sendo surdos: Alteridade, Diferença e Identidade**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PERLIN, Gladis; QUADROS, Ronice Müller de. Ouvintes: O outro do ser surdo. In: _____. **Estudos surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2008. (Apontamentos para Disciplina).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTUGAL. Ministério Público. **Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtosdeficientes.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

QUADROS, Ronice Müller de et al. **Corpus de Libras**. 2020. Disponível em: <http://corpuslibras.ufsc.br/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

QUADROS, Ronice Müller de et al. **Língua brasileira de sinais: patrimônio linguístico brasileiro**. Florianópolis: Garapuvu, 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. Documentação da Língua Brasileira de Sinais. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, 5., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: IPHAN, 2016. p. 157-174.

QUADROS, Ronice Müller de; MASSUTTI, Mara. CODA s brasileiros: Libras e português em zonas de contato. In: _____. **Estudos surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de Sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo. **A Escrita em si: Discursos sobre o ser surdo e a surdez**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ROCHA, Solange. Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de surdos (1856-1961). 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de surdo**. 2. ed. São Paulo: Paulina, 2010.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: Uma Viagem ao Mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SADA, Cintia Abrunhosa Pinto. Línguas como Patrimônio Cultural Imaterial: Da memória oral ao registro. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 15., 2019, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2019.

SALERNO, M. M. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 279-289, jun. 2006.

SANTOS, Angélica Niero Mendes dos; SOFIATO, Cássia Geciauskas. A Educação dos surdos no Século XIX e a Circulação da Língua de Sinais no Imperial Instituto de surdos – Mudos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-27, 2020.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: _____. **Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Beatriz de Aquino. **LINGUA DE SINAIS: LIBRAS, KA'APOR**. Edição Kindle, 2020.

SILVA, I. A. da; CASTANHA, A. P. EDUCAÇÃO DOS surdos NO BRASIL ENTRE 1856 E 1911. **Revista Faz Ciência**, [S.l.], v. 17, n. 26, p. 169-186, 2000.

SILVA, Morena Dolores Patriota da. **A Educação de surdos no Brasil de 1856 a 1961: Manutenção e resistência ao ideário eugênico**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: Uma Releitura da Primeira Escola Pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: PERLIN, Gladis; QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice Muller de. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. V, n. 9, p. 32-51, 2000.

SOARES, Flavia dos Santos; CARVALHO, João Bosco Pitombeira Fernandes. D. Pedro II e a Matemática: interesses, mestres e estudos. **Revista Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 15, n. 38, p. 1-22, 2022.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; CARVALHO, Paulo Vaz de; COELHO, Orquídea. A educação de surdos no Brasil no século XIX e o legado de países europeus. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 59, p. 1-25, 2021.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Caderno da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-88, 2021.

STROBEL, Karin Lilian. **As Imagens do Outro Sobre a Cultura surda**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

STROBEL, Karin Lilian. **surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90915>. Acesso em: 12 ago. 2024.

STROBEL, Karin Lilian. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Org.). **Estudos surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educacionais especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 18 abr. 2025.

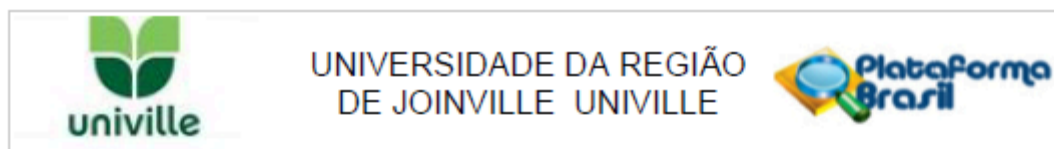
VERETA, C. et al. O surdo no mercado de trabalho. **Revista Processando o Saber**, [S.l.], v. 16, n. 01, p. 13-24, 2024. Disponível em: <https://www.fatecpg.edu.br/revista/index.php/ps/article/view/333>. Acesso em: 16 fev. 2025.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. **Introdução à Libras: língua, história e cultura**. Curitiba: UTFPR, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de aceite do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Um Patrimônio Construído pelas mãos: A Libras como um Patrimônio Cultural da Comunidade Surda

Pesquisador: ELOIZA BASTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76651123.0.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.761.071

Apresentação do Projeto:

Conforme parecer substanciado nº 6.669.520.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer substanciado nº 6.669.520.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme parecer substanciado nº 6.669.520.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme parecer substanciado nº 6.669.520.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme parecer substanciado nº 6.669.520., os roteiros de entrevistas foram postados e estão de acordo.

Recomendações:

Ao finalizar a pesquisa, o (a) pesquisador (a) responsável deve enviar ao Comitê de Ética, por meio do sistema Plataforma Brasil, o Relatório Final (modelo de documento na página do CEP no sítio da Univille Universidade).

Segundo a Resolução 466/12, no item

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro

Bairro: Zona Industrial **CEP:** 89.219-710

UF: SC **Município:** JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 6.761.071

XI- DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

d) Elaborar e apresentar o relatório final;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "Um Patrimônio Construído pelas mãos: A Libras como um Patrimônio Cultural da Comunidade Surda", sob CAAE "76651123.0.0000.5366" teve suas pendências esclarecidas pelo (a) pesquisador(a) "ELOIZA BASTOS", de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura deste parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/proreitorias/prppg/setores/coordenacao_pesquisa/comite_etica_pesquisa/status-parecer/645062.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2264296.pdf	20/03/2024 15:01:17		Aceito
Outros	cartaRespostaEloizaBastos.docx	20/03/2024 14:58:17	ELOIZA BASTOS	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	cartaRespostaAssinadaEloizaBastos.pdf	20/03/2024 14:54:42	ELOIZA BASTOS	Aceito
Outros	roteirosEntrevistaEloizaBastos.docx	20/03/2024 14:53:53	ELOIZA BASTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLEverSao2.docx	20/03/2024 14:52:58	ELOIZA BASTOS	Aceito

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro
 Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
 UF: SC Município: JOINVILLE
 Telefone: (47)3481-9235 E-mail: comitetica@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 6.761.071

Justificativa de Ausência	TCLEverSao2.docx	20/03/2024 14:52:58	ELOIZA BASTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoEloizaBastosVersao4.docx	20/03/2024 14:51:43	ELOIZA BASTOS	Aceito
Outros	TermoUsolmagemEVozOuvintes.docx	15/12/2023 12:50:57	ELOIZA BASTOS	Aceito
Outros	TermoUsolmagemSurdosSinalizantes.docx	15/12/2023 12:50:42	ELOIZA BASTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoEloizaBastos.pdf	15/12/2023 12:48:08	ELOIZA BASTOS	Aceito
Outros	termoDoacaoEntrevistaOral.docx	14/12/2023 19:52:23	ELOIZA BASTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOINVILLE, 12 de Abril de 2024

Assinado por:
Marcia Luciane Lange Silveira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 119. Campus Bom Retiro
Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
UF: SC Município: JOINVILLE
Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetic@univille.br

APÊNDICE B - Roteiro para entrevistas com familiares

Serão entrevistados três familiares próximos, não sendo necessariamente de uma mesma família. As entrevistas acontecerão de forma oral e somente serão realizadas mediante aprovação do Comitê de Ética.

Data e local de realização da entrevista:

Entrevistador:

Ferramenta de Tecnologia de Comunicação e Informação utilizado:

Dados Pessoais do entrevistado

Nome:

Data de nascimento:

Local de Nascimento (era urbano ou rural):

Estado civil:

Nome do cônjuge:

Filhos:

Profissão:

Formação (escolaridade):

Endereço:

Telefone:

E-mail:

ROTEIRO

- Como você soube da surdez do seu familiar? Qual foi a sensação inicial ao
- receber a notícia e hoje, como você encara essa realidade?
- Qual a importância da Libras no desenvolvimento do seu familiar?
- As escolas são receptivas com os alunos surdos?
- Quais as maiores dificuldades que você e seu familiar enfrentam pela falta de acessibilidade para os surdos?
- Como você aprendeu Libras?
- Quando você pensa na cidade de Joinville, nos espaços de lazer, nas diferentes paisagens, você pensa que é uma cidade acessível ou excludente para os surdos? Por quê? Você possui uma paisagem que gera sentimentos positivos ou negativos na Cidade? Poderia comentar um pouco sobre isso.

- A comunidade também propõe? Poderia comentar um pouco sobre isso.
- O que a Libras representa na sua vida? Você considera a Libras como um
- patrimônio cultural?

APÊNDICE C - Roteiro para entrevistas com intérpretes/professores de Libras

Serão entrevistados três intérpretes já conhecidos pela mestranda. A entrevista seguirá o formato oral e somente será realizada mediante aprovação do Comitê de Ética.

Data e local de realização da entrevista:

Entrevistador:

Ferramenta de Tecnologia de Comunicação e Informação utilizado:

Dados Pessoais do entrevistado

Nome:

Data de nascimento:

Local de Nascimento (era urbano ou rural):

Estado civil:

Nome do cônjuge:

Filhos:

Profissão:

Formação (escolaridade):

Endereço:

Telefone:

E-mail:

ROTEIRO

- Qual a sua formação na área da Libras?
- Quanto tempo você domina a Libras? Quanto tempo trabalha com ela?
- Por que você decidiu aprender Libras?
- O que faz um intérprete de Libras?
- Qual a importância da sua profissão?
- Quando você pensa na cidade de Joinville, nos seus espaços e paisagens, você
- pensa em uma cidade acessível para os surdos? Por quê?
- Qual o papel da Libras na sua vida?

APÊNDICE D - Roteiro para entrevistas com surdos

Serão entrevistados três surdos, selecionados com auxílio de uma amiga que tem contato mais próximo com a comunidade surda. As entrevistas serão realizadas em Libras e somente serão realizadas mediante aprovação do Comitê de Ética.

Data e local de realização da entrevista:

Entrevistador:

Ferramenta de Tecnologia de Comunicação e Informação utilizado:

Dados Pessoais do entrevistado

Nome:

Data de nascimento:

Local de Nascimento (era urbano ou rural):

Estado civil:

Nome do cônjuge:

Filhos:

Profissão:

Formação (escolaridade):

Endereço:

Telefone:

E-mail:

ROTEIRO

- Você nasceu na cidade de Joinville?
- Você nasceu surdo ou se tornou surdo durante a vida?
- Você tem parentes que são surdos?
- Como conheceu a Associação de surdos da cidade?
- Para você, o que é ser surdo?
- Quais os desafios que você encontra no seu dia a dia?
- Como você aprendeu Libras?
- Para você, qual o papel da Libras na sua vida?
- Qual a sua avaliação sobre as ações governamentais para a difusão da Libras e

- inclusão das pessoas surdas?
- Para você, o que é Patrimônio?
- Você entende a Libras como um Patrimônio da comunidade surda? Por quê?
- Qual sua relação com a cidade?
- Como você entende as paisagens da cidade através da cultura surda?
- Você considera a cidade de Joinville uma cidade acessível para a comunidade
surda? Por quê?

ANEXOS

ANEXO A - Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 18/08/2025.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (X) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Eloiza Bastos

Orientador: Profa. Dra. Roberta Barros Meira Coorientador: Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli

Data de Defesa: 30 de junho de 2025

Título: Um patrimônio construído pelas mãos: Libras como um patrimônio cultural da comunidade surda de Joinville/SC

Instituição de Defesa: Universidade da Região de Joinville (Univille)

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (X) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.

Documento assinado digitalmente
 **ELOIZA BASTOS**
 Data: 18/08/2025 20:19:49-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

 Assinatura do autor

Joinville, 18 de agosto de 2025

Local/Data